


**UNESP**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

MURILO PETITO CAVALCANTI

**VIDA ENTRE MUROS:** sociabilidades urbanas e  
distanciamento socioespacial.



ARARAQUARA – SP.  
2021

MURILO PETITO CAVALCANTI

**VIDA ENTRE MUROS:** sociabilidades urbanas e  
distanciamento socioespacial.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Conselho, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Alves Orsi.

Bolsa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ARARAQUARA – SP.  
2021

C376v Cavalcanti, Murilo Petito  
Vida entre muros : sociabilidades urbanas e distanciamento socioespacial / Murilo Petito Cavalcanti. -- Araraquara, 2021  
115 p. : fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara  
Orientador: Rafael Alves Orsi

1. Sociabilidades. 2. Loteamentos residenciais murados. 3. Condomínios fechados. 4. Cotidiano. 5. Distanciamento socioespacial.  
I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MURILO PETITO CAVALCANTI

VIDA ENTRE MUROS: SOCIABILIDADES URBANAS E  
DISTANCIAMENTO SOCIOESPACIAL.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Conselho – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Orientador: Prof. Dr. Rafael Alves Orsi**

Data da defesa/entrega: 04/05/2021.

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Professor Dr. Rafael Alves Orsi**  
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras

---

**Membro Titular: Professor Dr. Rodrigo Alberto Toledo**  
UNICAMP – Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

---

**Membro Titular: Professora Dra. Renata Medeiros Paoliello**  
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço primeiramente aos meus pais, Marcelo e Iara, por todo apoio e incentivo dado à minha trajetória de estudos e a continuidade de minha formação na etapa de pós-graduação. Estendo estes agradecimentos também ao restante de meus familiares, ciente da sorte que é tê-los comigo.

Agradeço a meu pai Ogum e a todos os Orixás, aos baianos e baianas do Terreiro de Pai Arruda e a todo povo que vem de lá, importantes nesse caminho como só quem conhece sabe. Ao “povo de aruanda”, fica registrada toda minha gratidão por sempre estarem comigo e com os meus. Axé!

Direciono meus agradecimentos também a figura de meu orientador, Professor Dr. Rafael Alves Orsi, que desde os tempos de graduação tem sido parte elementar de minha formação. Agradeço também a Professora Caroline Pinto de Oliveira Orsi, que conjuntamente com o Professor Dr. Rafael Alves Orsi, conduziram-me ao início de minha carreira profissional como professor de ensino básico. Muito obrigado!

Devo agradecer ainda o Professor Dr. Rodrigo Alberto Toledo e à Professora Dra. Renata Medeiros Paoliello pelo aceite em serem banca avaliadora desta pesquisa. Aos dois, pontuo aqui minha admiração e quero que saibam da importância ímpar que tiveram no percurso de meus estudos.

Deixo um “salve!” (saudação habitual), a todos os meus alunos e alunas do Colégio Progresso de Araraquara e da Coeducar, bem como aos alunos e alunas que tive no Curso Unificado do Câmpus de Araraquara (CUCA) – Unidade de Boa Esperança do Sul, na ciência de que um professor só pode completar sua existência transitiva na presença e nas trocas inspiradoras e enriquecedoras com seu alunato. Agradeço também aos colegas de profissão e à toda equipe do Colégio Progresso e da Coeducar pela parceria firmada.

A todas as minhas amigas, deixo um agradecimento especial. E sinto-me sortudo por ser incapaz de citá-los todos nominalmente sem cometer a injustiça de deixar um nome de fora. As amigas que estão em minha vida desde à primeira infância, aos amigos e amigas feitos no período da escola, da graduação e da pós-graduação, no trabalho e nos demais espaços da vida, a todos e todas, obrigado, obrigado e obrigado!

Agradeço à minha companheira Maria Giulia, amor que encontrei durante o mestrado e com quem almejo dividir os melhores e os piores momentos da vida. Maria Giulia, meu amor, obrigado por ser quem é e por topar todas as aventuras e desafios comigo. Te amo.

Agradecimentos também à Marina e sua família maravilhosa, à Isabela e a Amanda, pessoas que estiveram ao meu lado em períodos que marcaram épocas e que deixaram grandes aprendizados e boas memórias. Que saibam sempre da estima que guardo por vocês.

Por fim, um agradecimento ainda a todos os interlocutores da pesquisa, moradores e moradoras do Residencial Damha I e do Residencial Salto Grande I, por terem tornado este trabalho possível e viável.

Desejo que todos aqui mencionados saibam do meu desejo em agradecê-los sempre, certo de que nessa vida nunca alcançamos nada sozinhos.

## **RESUMO:**

A presença massiva de estruturas de segregação e confinamento, dos grandes centros urbanos até as cidades médias, tem moldado o cotidiano e produzido um novo conjunto de relações socioespaciais nas cidades do Brasil e do mundo. Naturaliza-se a existência de uma vida cotidiana permeada por câmeras de vigilância e demais equipamentos de monitoramento e controle da vida social. Dado este cenário, objetivamos compreender qual o caráter das sociabilidades que estão sendo produzidas a partir dos loteamentos residenciais murados de alto padrão, popularmente chamados de condomínios fechados. Tais empreendimentos residenciais fechados têm se proliferado com rapidez, sobretudo nas cidades médias brasileiras, sendo bastante procurados pelas camadas mais abastadas da sociedade. Até mesmo em contextos nos quais a violência estatisticamente registrada não atinge índices mais elevados, os muros, cercas e câmeras de segurança deste gênero de enclave tem se multiplicado, alterando a morfologia das cidades e, conseqüentemente, as relações entre os sujeitos e o espaço. O município de Araraquara-SP, no interior de São Paulo, com população estimada de mais de 230 mil habitantes, segundo último censo do IBGE (2019), é local do nosso estudo. Elencamos dois loteamentos residenciais murados de alto padrão, realizando entrevistas com moradores de ambos, no intuito de captar qual o teor das relações de sociabilidade que se desenvolvem por intermédio dos muros, tanto nas interações do interior do loteamento habitado, o chamado intramuros, quanto nas relações mais ampliadas com a cidade aberta, o extramuros. A presente pesquisa é um esforço de desmembrar os efeitos da fragmentação socioespacial ao nível das relações cotidianas, compreendendo novos modos de vida urbana que estão sendo gestados a partir da autosegregação e do distanciamento socioespacial.

**Palavras-chave:** Sociabilidades. Loteamentos residenciais murados. Condomínios fechados. Cotidiano. Distanciamento socioespacial.

## **ABSTRACT:**

The massive presence of segregation and confinement structures, from large urban centers to medium-sized cities, has shaped everyday life and produced a new set of socio-spatial relationships in cities in Brazil and around the world. The existence of an everyday life permeated by surveillance cameras and other monitoring and control equipment for social life becomes natural. Given this scenario, we aim to understand the character of the sociabilities that are being produced from high-end walled residential subdivisions, popularly called closed condominiums. Such closed residential developments have rapidly proliferated, especially in medium-sized Brazilian cities, being highly sought after by the wealthier strata of society. Even in contexts where statistically registered violence does not reach higher rates, the walls, fences and security cameras of this type of enclave have multiplied, changing the morphology of cities and, consequently, the relationships between subjects and space. The city of Araraquara-SP, in the interior of São Paulo, with an estimated population of over 230 thousand inhabitants, according to the latest IBGE census (2019), is the location of our study. We listed two high-end walled residential subdivisions, conducting interviews with residents of both, in order to capture the content of the sociability relationships that develop through the walls, both in the interactions of the interior of the inhabited subdivision, the so-called intramural, and in the broader relations with the open city, the extramural. This research is an effort to dismantle the effects of socio-spatial fragmentation at the level of everyday relationships, comprising new ways of urban life that are being generated from self-segregation and socio-spatial distancing.

**Keywords:** Sociabilities. Walled residential allotments. Closed condominiums. Everyday life. Socio-spatial distance.

### **Lista de figuras:**

Figura 01 – Localização do Residencial Damha I e do Residencial Salto Grande I .....	13
Figura 02 – Modelo do panóptico de Bentham .....	42
Figura 03 – Muros do Residencial Salto Grande I .....	42
Figura 04 – PIB per capita do município de Araraquara -SP. ....	67
Figura 05 – Entrada do Residencial Damha I.....	69
Figura 06 – Entrada do Residencial Salto Grande I.....	71
Figura 07 – Paisagismo no Residencial Salto Grande I.....	72
Figura 08 – Quadra de tênis no Residencial Salto Grande I .....	72
Figura 09 – Portão de entrada do Zoológico da Quinta da Boa Vista. ....	76
Figura 10 – Área verde com lago na Quinta da Boa Vista.....	77
Figura 11 – Placa de trânsito na Rua Lilia Eliza Eberli Lupo. ....	95



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1. A TEMÁTICA ESPACIAL E A (RE)PRODUÇÃO URBANA: DESAFIOS PARA A COMPREENSÃO DAS NOVAS DINAMICAS SOCIOESPACIAIS.....</b>	<b>20</b>
1.1 A posição do espaço na teoria social crítica.....	20
1.2 Incorporando as microescalas: a cidade nas reflexões sobre o espaço.....	23
1.3 O processo de urbanização capitalista: dialogando com o conceito de urbano.....	25
1.4 A expansão urbana no Brasil pelas vias do mercado imobiliário e de terras.....	29
1.5 Novas dinâmicas socioespaciais: oposições entre a cidade aberta e a cidade de muros.....	36
<b>2. SOCIABILIDADES E DISTANCIAMENTO SOCIOESPACIAL: A PRODUÇÃO DO COTIDIANO EM CIDADES FRAGMENTADAS.....</b>	<b>39</b>
2.1 Modos de apropriação cotidiana face à segregação e ao enclausuramento.....	43
2.2 O histórico dos muros e os sentidos da vida na cidade.....	45
2.3 Adentrando as estruturas de segregação e confinamento: da fragmentação ao distanciamento socioespacial.....	46
2.4 Relações entre sociabilidade e cotidiano no contexto das cidades médias.....	50
2.5 Sociabilidades e a problemática do sujeito.....	56
<b>3. VIDA COTIDIANA NA CIDADE DE MUROS: NARRATIVAS DE SOCIABILIDADES CINDIDAS.....</b>	<b>65</b>
3.1 Do trabalho de campo.....	65
3.1.1 Caracterização do município de Araraquara-SP.....	67
3.1.2 Caracterização do Residencial Damha I. ....	68
3.1.3 Caracterização do Residencial Salto Grande I. ....	69
3.2 Narrativas de sociabilidades cindidas. ....	72
3.2.1 Palavra e poder: desigualdades simbólicas no espaço urbano.....	72
3.2.2 Novos padrões de segurança urbana: os imperativos da vigilância e do controle. ....	78
3.2.3 Distanciamento socioespacial, autosegregação e cotidiano.....	84
3.2.4 O intramuros dos loteamentos residenciais murados .....	88
3.2.5 De quem é a rua? .....	92
3.2.6 “Eu vou chamar o síndico: Tim Maia!” .....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
<b>ANEXO) Roteiro das entrevistas.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>

## INTRODUÇÃO

*[Quais são, na sua opinião, os pontos positivos e os negativos de residir num condomínio fechado?]*

*Ponto mais positivo que você tem é a segurança e a sensação de segurança, de você estar aqui sentindo-se seguro. É seu filho poder “ir e vir”; ter liberdade, uma liberdade que não existe na cidade. Aqui eles se sentem soltos, pega a bicicleta, vai jogar bola... e isso é indiscutível, né. É uma sensação importantíssima até para o desenvolvimento da criança. O ponto principal para a gente ficar aqui é por conta do crescimento do nosso filho. Talvez, se não tivéssemos ele, não sei se estaríamos aqui. Porque daí tem os inconvenientes, né. É a distância, a falta de um comércio melhor aqui próximo. Mas é isso, de resto eu estou muito satisfeita.*

Humberto (58) e Laís (50).

Humberto e Laís, nomes fictícios de dois moradores que contribuíram com essa pesquisa, qualificaram como “muito satisfatória” a experiência de residirem num loteamento residencial murado de alto padrão. A fala é sintomática de um anseio de parte das camadas mais abastadas da sociedade brasileira por este modelo de empreendimento fechado, onde haveria uma “liberdade que não existe na cidade”.

A presente pesquisa tensiona um modelo de reprodução urbana que se desenrola também a partir da presença dos loteamentos residenciais murados que é o da fragmentação socioespacial, explorando os efeitos empíricos dessa forma de segmentação do espaço. A morfologia que assumem as cidades a partir de uma determinada forma de intervenção do capital sobre o espaço tem seus efeitos mais latentes sobre a vida cotidiana. O cotidiano, ou as análises microescalares, a depender da situação, assumem um papel tão ou mais importante para o entendimento do social do que as leituras macroescalares, como já alertava Simmel (2006). A aproximação do cotidiano pode ser lida também como uma tentativa de evitar a chamada “visão de sobrevoos”, frequentemente referida nas áreas que trabalham mais diretamente com as dinâmicas espaciais. Para Souza, esta perspectiva “do alto” e “à distância” representa um risco do ponto de vista político:

*“(...). Pois bem: o que significa, de um ponto de vista político, examinar os homens e os grupos sociais exclusiva ou quase exclusivamente “de longe”, “à distância” – vale dizer, “sem adentrar a suas casas, sem mergulhar em seu cotidiano, sem sentir os odores da pobreza, sem ouvir os sons do desespero ou os gritos de libertação” (SOUZA, 2007, p. 104)? Significa, essencialmente, emular ou adotar a perspectiva típica do aparelho de Estado<sup>1</sup>”. (SOUZA, 2020, p. 148).*

---

<sup>1</sup> Grifo do autor.

Nesses termos, colocamos que essa pesquisa tem por objetivo adentrar o ambiente dos loteamentos residenciais murados de alto padrão, mais especificamente de dois, localizados em Araraquara-SP, município do interior de São Paulo, afim de sentir os odores, captar os gestos, os olhares, o não-dito, tudo aquilo que possa contribuir para o entendimento de novas dinâmicas de sociabilidade que surgem a partir de um modelo de habitar que é o dos empreendimentos fechados de alto padrão. Questionamos, portanto, quais os impactos para nós, enquanto sociedade, ao naturalizarmos um modelo de reprodução urbana que visa garantir a “liberdade” e a “segurança” que a cidade teria perdido. Não obstante, nos indagamos também sobre o que significa assumir que um lugar de acesso restrito, vigiado e controlado é o melhor para do desenvolvimento e a criação dos filhos. Tais afirmações, expressas no trecho da entrevista supracitado, nos colocam diante de um novo pensamento sobre a cidade e o urbano, são uma expressão direta de um anseio de vida urbana que já se faz presente há algum tempo entre determinados setores de nossa sociedade.

\*\*\*

Habitações do tipo dos condomínios fechados e demais loteamentos residenciais murados têm sido cada vez mais comuns no Brasil, alterando a paisagem e as dinâmicas socioespaciais de grande parcela das cidades brasileiras. Com apoio de bibliografia fundamental (CALDEIRA, 2011; RODRIGUES, 2014; SPOSITO; GÓES, 2013), parte-se do pressuposto de que esses novos empreendimentos urbanos vêm se caracterizando não apenas enquanto manifestações de um novo estilo de morar, mas também como parte de um processo de autossegregação e fragmentação socioespacial.

Os novos residenciais fechados horizontais foram vendidos pela publicidade enquanto uma alternativa para os problemas da vida urbana<sup>2</sup>. Apareciam, sobretudo, como um antídoto contra as mazelas sociais que perturbam à cidade. Desse modo, isolar-se era sinônimo de proteger-se de um cenário urbano violento e hostil. A segurança converte-se, portanto, em mercadoria altamente lucrativa no seio de uma sociedade fraturada pela desigualdade social.

---

<sup>2</sup> Sobre a publicidade acerca dos condomínios horizontais fechados, ver em Caldeira (2011).

Não obstante, consideramos a forma como, uma vez inseridos no espaço, os residenciais fechados horizontais estão também a produzir uma nova morfologia da cidade. Sposito e Góes (2013) destacam o fenômeno da fragmentação socioespacial acarretada por este modelo de reprodução urbana que se desencadeia a partir dos novos *habitats* urbanos<sup>3</sup>, compreendendo a produção de espaços menos integralizados com o espaço da cidade e a origem de novas discontinuidades territoriais.

Vemos, portanto, como a imposição dos muros dá origem a distintas condições de apropriação da cidade e seus usos para os variados grupos sociais, uma vez que os de “dentro” tem a possibilidade de usufruírem do interior de seus loteamentos residenciais murados e da cidade aberta<sup>4</sup>. Aos de “fora”, resta a negação de grandes porções de terra, antes integradas ao espaço público, e agora reservadas aos que podem e decidem pagar por ela através da forma dos loteamentos residenciais murados. Essa forma de diferenciação das possibilidades de uso do espaço das cidades a partir da chave dos “moradores” e dos “não-moradores” remete a uma relação entre os *estabelecidos* e os *outsiders* no sentido de Elias (2000).

No entanto, é possível constatar como a própria possibilidade em si de se estabelecerem espaços exclusivos na cidade esbarrou em princípios fundamentais que assentam a vida urbana. A começar pela função social da cidade enquanto produto e uso de toda a coletividade, tal qual previsto no Estatuto das Cidades (RODRIGUES, 2014). A segregação e a fragmentação socioespacial derivadas desse modelo de habitação são barreiras a apropriação coletiva do espaço urbano.

O próprio modo como esses empreendimentos apropriam-se do espaço público é motivo de controvérsias legislativas. Existem duas leis no Brasil que visam estabelecer os parâmetros do parcelamento de novas glebas terras no espaço urbano, a saber: a Lei 4.591, promulgada em 1964, e a Lei 6.766, de 1979. O regime jurídico condominial está restrito a Lei 4.591. Já a Lei de 1979 estabelece outras diretrizes para o parcelamento urbano. A Lei Federal 13.465/17 acrescenta ao Art. 2 da Lei 6766/79 que se define loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento, cujo controle de acesso será regulamentado pelo Poder Público Municipal, sendo vedado o impedimento de

---

<sup>3</sup> Novos *habitats* urbanos é a expressão utilizada pelas autoras para referirem-se aos condomínios fechados e demais residenciais horizontais murados.

<sup>4</sup> Usaremos a expressão “cidade aberta” para nos referirmos ao espaço público das cidades, ressaltando sua dimensão de interação e comunicação entre os diversos grupos sociais que habitam o espaço das cidades.

acesso a pedestres ou a condutores de veículos não residentes, devidamente registrados ou cadastrados.

Observa-se que a Lei Federal 13.465/17 buscou solucionar uma contradição relacionada aos ditos “condomínios fechados” que estavam enquadrados na Lei de 1979. Nos termos desta Lei, estava vedada a possibilidade de barrar a livre-circulação de pessoas nas guaritas de segurança. Isto porque não incidia sobre as áreas comuns o IPTU, em razão de sua utilização pública. Na prática, esses empreendimentos operam de modo idêntico aos autênticos condomínios fechados. A Lei de 2017 torna legal uma prática que antes existia de modo ilegal.

A despeito da questão legislativa, mantem-se ainda, sob a forma dos condomínios fechados e demais loteamentos residenciais murados, um questionamento de ordem ética sobre o tipo de cidade que resulta deste modelo de reprodução urbana que é o da fragmentação socioespacial. Sendo assim, refletir sobre a forma desses empreendimentos na cidade é mais do que tratar de um novo estilo de morar. Significa questionar uma dada forma de habitar a cidade, assentada em valores reativos aos dramas da vida urbana.

Uma vez que se configuram enquanto solução paliativa para os problemas advindos da desigualdade social, estes espaços corroboram para uma acentuação simbólica das distâncias sociais. Já a barreira física dos muros atua de modo a marcar uma desigualdade que é também de um caráter espacial: ela garante, por exemplo, a separação entre ricos e pobres nas periferias das cidades. Daí o argumento de Santos (2014) de que as desigualdades sociais possuem uma tradução no espaço, entendendo que a cidade e seus usos se dão de modo distinto para os diferentes grupos sociais. São, portanto, desigualdades socioespaciais.

A inversão da lógica centro-periferia descrita por Caldeira (2011) ao trabalhar com empreendimentos residenciais fechados na cidade de São Paulo é um exemplo de como se acentuam e se tornam mais complexas as desigualdades socioespaciais. Isto se dá sobretudo a partir dos anos 1990, quando esses empreendimentos voltados para as camadas mais abastadas da sociedade passam a se direcionar para as periferias da cidade. Essa mescla nas margens não foi sinônimo de uma alteração no padrão de precariedade e carência de serviços essenciais já conhecido pelos habitantes da periferia. Tão logo viu-se que estar na periferia não era especificamente um problema regional, já que a distância do centro não parecia ser um problema para os mais ricos.

Pode-se compreender, neste prisma, como os loteamentos residenciais murados<sup>5</sup>, objeto de estudo desta pesquisa, se caracterizam por serem uma forma conservadora de reprodução urbana, já que, por intermédio dos muros, a segregação entre os grupos sociais é acentuada na mesma medida em que as desigualdades sociais são preservadas. O que se vê, portanto, é a criação de um espaço exclusivo na cidade que também nega à cidade. Este é o propriamente o paradoxo dos loteamentos residenciais murados no sentido de que estes, estando na cidade, produzem nela um microcosmos que se diferencia substantivamente do seu entorno.

Identificamos, portanto, que os loteamentos residenciais murados significam um dilema para as cidades apontado em, ao menos, dois aspectos: 1) como um problema da produção do espaço, uma vez que alteram a morfologia das cidades produzindo descontinuidades territoriais; 2) como o estabelecimento de uma nova relação dos usos da cidade, na forma como impactam a experiência urbana dos sujeitos no espaço. Este segundo aspecto desafia diretamente o pressuposto da cidade moderna enquanto espaço de livre-circulação e mobilidade e pode sinalizar uma reorientação dos sentidos da vida urbana. Alguns autores interpretam essa reorientação na chave de um novo urbanismo, como Graham (2016), que descreve a existência de um urbanismo militarizado no qual o inimigo, outrora externo, agora habita a mesma cidade. Bauman (2007) fala numa arquitetura do medo, identificada com facilidade do norte ao sul global: são os mecanismos de vigilância, monitoramento e segurança que permeiam os espaços comuns e as áreas residenciais.

O tema da produção destes empreendimentos já foi bastante explorado pela literatura relativa aos loteamentos residenciais murados<sup>6</sup>. Entendemos como ainda não suficientemente trabalhada a forma como estes empreendimentos podem estar a produzir também um outro tipo de relação entre os sujeitos e o espaço. Assim, nos colocamos diante da questão das sociabilidades: que dinâmicas socioespaciais derivam da sociabilidade intermediada pelos muros? Qual o caráter dessa sociabilidade cindida em relação ao espaço público e as vivências intramuros? Estas são as inquietações que movem esta pesquisa.

---

<sup>5</sup> Por loteamentos residenciais murados nós referiremos a condomínios fechados e demais residenciais horizontais fechados de modo a evitar incoerências legislativas relativas a forma condominial: como exposto neste texto, o termo genérico “condomínios fechados” incluía indevidamente também aqueles espaços que não se enquadram no regime jurídico de condomínios, mas que, na prática, operavam como tal.

<sup>6</sup> Ver em BOTELHO (2007); MELAZZO (2013); RIBEIRO (1996); RODRIGUES (2014).

Partimos da hipótese de que esses empreendimentos significam uma alteração qualitativa em relação as apropriações materiais e simbólicas executadas pelos sujeitos no espaço. Sendo assim, exploraremos de que modo a vida vivida na escala do cotidiano de moradores de loteamentos residenciais murados de alto padrão se estrutura a partir desta sociabilidade a que chamamos cindida. Desse modo, estaremos a traçar uma relação entre um determinado tipo de habitação e uma correspondente forma de ser e estar no espaço físico da cidade. Deduzimos que é só pela exposição desta relação que se é possível compreender o tipo de cidade que se desenha a partir da fragmentação socioespacial, da qual a interferência dos loteamentos residenciais murados na cidade é apenas uma entre tantas outras expressões, sendo possível destacar também espaços fechados variados e agrupados no que Caldeira (2011) chamou de enclaves fortificados<sup>7</sup>.

Como recorte, selecionamos dois loteamentos residenciais murados de alto padrão da cidade de Araraquara-SP. O Residencial Damha I e o Residencial Salto Grande I. Ambos situados em regiões distintas da periferia da cidade. Na figura abaixo, o Residencial Damha aparece sob marcador vermelho e o Salto Grande I sob marcador azul:

**Figura 01 – Localização do Residencial Damha I e do Residencial Salto Grande I.**



Fonte: Google Earth (2021). Org.

<sup>7</sup> Espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho (Caldeira, 2011).

Realizamos entrevistas com moradores dos dois residenciais selecionados buscando apreender que tipo de noção possuem acerca do espaço público e de suas interações com a cidade. Voltamo-nos também para explorar, a partir do relato dos moradores, qual o caráter das vivências intramuros, ou seja, de uma sociabilidade exclusiva que se desenrola do limite dos muros para dentro.

As entrevistas, enquanto forma de análise, são relevantes na medida em que o conjunto das mesmas compõe um texto maior e mais complexo do que cada relato em particular. Entendendo que os moradores de loteamentos residenciais murados de alto padrão compõem um grupo, na medida em que partilham uma dada condição de habitar, visamos explorar que concepções mais gerais sobre a vida na cidade estão presentes e que tipos de apropriações materiais e simbólicas estão sendo realizadas. Pretendemos, portanto, avançar para além da mera constatação da fragmentação socioespacial, visando perceber que tipos de relação na cidade ela engendra.

Objetivamos compreender de que maneira as sociabilidades produzidas a partir de loteamentos residenciais murados estão sendo articuladas; se existe, por exemplo, algum traço de cooperação entre os moradores que se originou a partir de um empreendimento urbano que fragmenta o espaço, ou, ainda, se há um empobrecimento qualitativo das trocas e das interações desses moradores com o extramuros – a cidade aberta.

Araraquara/SP, cidade escolhida para este estudo, é um campo fértil para o estudo das relações de sociabilidade que estão sendo desencadeadas a partir dos loteamentos residenciais murados de alto padrão. Este tipo de empreendimento fechado teve ampla adesão e expansão pelas cidades médias do interior paulista.

A Damha Urbanizadora, pertencente ao Grupo Encalso, iniciou no ramo da incorporação imobiliária em finais da década de 1970. O primeiro empreendimento Damha é da cidade de Presidente Prudente. Desde então, os produtos imobiliários da empresa estão a espriarem-se pelas cidades do interior paulista e também para fora do estado. Araraquara já conta com quatro empreendimentos da marca, o Residencial Damha I, primeiro da cidade, que avizinha hoje outros três residenciais horizontais fechados Damha, os Villages I, II e III, havendo ainda o IV que aguarda lançamento. Já o residencial Salto Grande é um produto mais recente no cenário dos loteamentos residenciais murados de alto padrão na cidade de Araraquara. Situado próximo à entrada



do Hotel Fazenda Salto Grande, este empreendimento junta-se a outros três residenciais horizontais fechados da mesma marca<sup>8</sup>, que dividem o mesmo trecho.

Em comum, os Damha e os Salto Grande têm o fato de que tomaram uma extensa faixa de terra da cidade por onde se estendem seus produtos. O recorte dos empreendimentos destas duas empresas serve para demonstrar a pujança e a aderência a este tipo de moradia no interior do estado. Sinalizamos ainda que, no segmento dos loteamentos residenciais murados de alto padrão, Damha e Salto Grande, embora tenham forte presença na cidade, não monopolizam o mercado, que conta ainda com outras numerosas opções do tipo.

A escolha de Araraquara como campo de estudo deve-se, sobretudo, ao seu caráter de cidade média. Como vimos, a presença desse tipo de empreendimento nas cidades médias é marcante. Já existem estudos sobre a urbanização de empresas como a do Grupo Encalso (Damha) em cidades médias vizinhas como é o caso de São Carlos (BIZZIO, 2015). São Carlos foi palco de um projeto ainda mais amplo da incorporadora, onde estão presentes três loteamentos residenciais murados de alto padrão, três Villages<sup>9</sup>, um loteamento residencial murado de “última geração” (Damha Golf), um mini-shopping, um Parque Eco Esportivo e um Parque Eco Tecnológico.

(...) O projeto desenvolvido em São Carlos integra moradia, lazer, trabalho e comércio, visando à criação de uma “cidade planejada” e parcialmente integrada ao tecido urbano tradicional, nos moldes do projeto Alphaville, desenvolvido em Barueri, ou de uma *edge city* americana. Trata-se da construção de uma nova centralidade na cidade de São Carlos, que imputa modificações profundas no espaço urbano e reorienta o sentido tradicional de urbanização empreendida até então pelo poder público (BIZZIO, 2015, p. 3).

Vê-se como a atuação de grandes incorporadoras no espaço urbano, sobretudo das cidades médias, é parte da produção de um novo modelo de cidade, o que fica evidente no caso da cidade de São Carlos, onde o complexo montado pelo Grupo Encalso integra eixos da vida social como comércio, casa e lazer. No Brasil, Alphaville é certamente o maior exemplo deste novo estilo de vida urbana derivado da produção da exclusividade e do isolamento socioespacial. A interferência destes empreendimentos no espaço urbano provoca o acirramento das desigualdades socioespaciais. O que se verifica a partir do

---

<sup>8</sup> A ideia de “marca” liga-se ao fato de que tais empreendimentos apontam para a grife, operando como signos de status e distinção social. O decorrer desta pesquisa apresentará trechos de entrevistas realizadas com moradores em que está expressa tal situação.

<sup>9</sup> Os Villages são loteamentos residenciais murados da marca Damha com menor metragem dos lotes e preços menos elevados, direcionando-se também para outras camadas da classe média.

modelo de reprodução urbana dos enclaves é ou a cidade de poucos, como no caso de Alphaville, ou a cidade da fragmentação socioespacial, como no caso de cidades como Araraquara e São Carlos.

Referimos nossa pesquisa a dois empreendimentos de alto padrão pois estes aglutinam maiores áreas comuns destinada ao lazer e ao convívio. O que outrora poderia ser buscado nos clubes da classe alta e das camadas médias, agora aparece no interior dos loteamentos residenciais murados. A exclusividade é ainda mais reforçada. Presumimos que isto tenha um impacto nas sociabilidades destes moradores, tanto na relação intramuros, quanto no modo perpetuam ou rompem determinadas relações com o extramuros.

Nosso ponto está em captar qual o tipo de relação entre as pessoas e o espaço que tem se desenrolado a partir de uma dada forma da fragmentação. Certeau et al. (2013) colocavam a casa e o bairro como núcleo das sociabilidades dos sujeitos na cidade. A mobilidade dos grupos sociais mais abastados na cidade tem se verificado de forma cada vez mais acelerada, o que permite a Bauman (2007) relativizar a atual relevância do entorno-imediato, postulando que as elites urbanas estão cada vez mais despreocupadas em relação aos assuntos de “sua” cidade: são habitantes globais. Noutro sentido, não nos parece possível dizer que tais elites estejam a menosprezar e/ou ignorar por completo o lugar enquanto presença de corpo. A produção de espaços restritos, monitorados e exclusivos não expressa outra coisa senão um modo de intervenção urbana próprio das elites que transformam ao seu modo e interesse à cidade. Resta-nos pensar, como alerta Frúgoli Jr. (2015) que tipo de noções esses habitantes, enquanto atores no espaço, mobilizam. Algumas concepções, como a de bairro, são ressignificadas quando se pensamos na nova realidade produzida a partir dos loteamentos residenciais murados.

Sposito e Góes (2013) e também Caldeira (2011) já constataram que o que se busca nesses espaços não é propriamente a fuga da cidade, nos modos de um “não pertencer”, mas, ao contrário, procura-se um pertencer dentro de um espaço que é elitizado tal qual o padrão de consumo a que esses cidadãos estão habituados. Logo, o que se produz são microcosmos que possibilitam um cotidiano que preserva certos privilégios, ainda que o restante da cidade seja perturbado pelos infortúnios da vida urbana. Esse movimento desencadeia novas sociabilidades. São novas dinâmicas socioespaciais.

Se a consideração do território, enquanto núcleo da existência corporal na cidade, ainda preserva seu significado, considerando tanto as elites urbanas como as classes

menos abastadas, então uma sociabilidade permeada por muros significa também uma forma específica de habitar a cidade. Foi nisso que se apoiou a publicidade feita em torno dos loteamentos residenciais murados desde sua aparição. Caldeira (2011) aponta que as propagandas traziam a promessa de uma espécie de estilo de vida total: não haveria mais nada a ser buscado na cidade que não pudesse ser oferecido pela comodidade, conforto e variedade de serviços e atividades presentes num empreendimento de alto padrão. Enquanto um produto, este estilo de vida total carrega ainda o peso do *status* social que é capaz de conferir aquele que o adquire. Pode-se dizer que as camadas média-alta e alta das cidades médias do interior paulista apostaram muito neste tipo de distinção.

Existem distâncias óbvias entre aquilo que é oferecido pela publicidade e a realidade. O que não podemos deixar de considerar é que uma nova vida cotidiana é gestada a partir desse novo padrão residencial. Este é um dos aspectos a serem abordados por esta pesquisa. Nossa leitura é sobre uma nova realidade empírica das cidades que se monta. A pensamos a partir do prisma dos moradores dos empreendimentos selecionados, que são aqueles que podem nos revelar o caráter ordinário daquilo que a fragmentação socioespacial produz a nível microescalar.

Direta ou indiretamente, esta nova relação com o espaço orienta um novo pensamento sobre a cidade e o espaço público. Sennett (2014) observa uma tendência ao esvaziamento do espaço público. Leite (2002) aponta para a existência dos usos e contrausos dos espaços, destacando a imprevisibilidade da ação dos sujeitos, que podem atribuir novos sentidos para as espacialidades presentes, mesmo até as fragmentadas. Compreendemos que os novos sentidos da cidade só podem ser destacados se considerarmos o que se passa no âmbito das relações mais imediatas dos indivíduos, que ora ou outra desafiam os padrões normativos existentes (MAIA, 2001)<sup>10</sup>. Para tanto, Simmel (2005; 2006) é uma referência clássica e sempre atual, justamente pelo modo como relaciona as macroestruturas com as microescalas da vida cotidiana.

Com Simmel articulamos um olhar propriamente sociológico na interpretação das relações espaciais. A geografia desempenhou um papel importante no entendimento do espaço e da vida humana que o anima. O olhar atento da geografia para as dinâmicas

---

<sup>10</sup> No decorrer deste trabalho, veremos como este item aparece na análise de campo: pudemos observar como a rua do entorno imediato do Residencial Salto Grande I foi transformada numa espécie de “parque”: lá, moradores do residencial e “de fora” desempenham práticas esportivas ou simplesmente param seus carros por ali estando a conversar e dividir minutos de lazer. Não há comércio, não há bares, nada além da presença dos loteamentos residenciais murados. No momento, cabe dizer que essa apropriação espontânea do espaço articula alguns tópicos relevantes para a presente pesquisa.

socioespaciais (da produção capitalista do espaço até seu impacto nas relações sociais) está presente nesta pesquisa. A estas, acrescentamos o teor fundamentalmente sociológico da análise dos afetos sociais que também estão a mobilizar a ação dos atores/ agentes no espaço. Sobre os afetos, destacamos, por exemplo, o peso que a insegurança urbana alcança quando se trata de loteamentos residenciais murados: mais do que a violência, a insegurança aparece como um entrelaçamento entre a violência estatística e a violência representada (SPOSITO; GOES, 2016).

Partimos do pressuposto de que as cidades-médias constituem relações socioespaciais específicas capazes de produzir outras expressões de vida cotidiana. Logo, é neste contexto que analisamos o fenômeno da sociabilidade permeada por muros em sua dimensão prática e simbólica. Como observamos, estes empreendimentos são muito comuns nas cidades-médias do interior paulista, como é o caso de Araraquara.

### **Metodologia:**

Realizamos sete entrevistas em cada loteamento residencial murado elencado. Sendo que uma em cada residencial com um membro que ocupa funções administrativas, afim de colher informações mais detalhadas sobre a organização interna e o estatuto de cada loteamento. Todas as entrevistas foram registradas com gravação, seguida da transcrição completa dos áudios.

As entrevistas são semi-estruturadas, estando articuladas em seis eixos principais, a saber: 1. Perfil dos Entrevistados; 2. Informações sobre os motivos para a escolha de morar no loteamento; 3. Vida cotidiana e relação com a cidade; 4. Relações com a vizinhança e com moradores externos ao condomínio; 5. Informações sobre os funcionários do condomínio; 6. Avaliação geral do morador.

Faz-se ainda necessária uma caracterização interna e externa desses empreendimentos, de maneira a visualizar de que forma estão situados na cidade e que tipo de alterações provocam na morfologia urbana. Desse modo, permite-se observar também como os elementos internos podem pautar as relações de sociabilidade desenvolvidas intramuros. Com o intuito de “auxiliar visualmente na compreensão de conceitos complexos” (GIL, 2014, p. 195) trabalhamos também com imagens feitas pelo próprio pesquisador, com aval da administração dos respectivos empreendimentos.

Importante frisar que a presente pesquisa não faz uso de método etnográfico, ainda que reconheça as diretas e indiretas influências que esta abordagem provoca nas observações do cotidiano e das relações imediatas. Afim de atender nossos propósitos,

julgamos que uma incursão adensada em campo não seria tão oportuna quanto uma rotina de visitas e conversas com diferentes moradores. Observamos ainda como a produção do isolamento socioespacial a partir dos muros dos loteamentos residenciais fechados não constitui uma realidade plenamente apartada do contexto urbano geral, de modo que estes moradores ainda realizam trocas e contatos com a cidade na qual estão inseridos. Interessa-nos, mais do que a hipotética “fuga” da cidade, o modo como este “habitar” está estruturado.

O conceito de sociabilidade tomado por base é o de Georg Simmel (2005), compreendendo também as atualizações das análises sobre este autor clássico<sup>11</sup>. Dado nosso interesse nas relações microescalares, cruzamos a abordagem simmeliana com a de outros autores empenhados nos modos de habitar o espaço urbano, remontando, por exemplo, a Benjamin e a figura do *flâneur*. Articuladas estas leituras, tecemos novas considerações sobre o sujeito da cidade contemporânea.

Ao longo de toda a pesquisa, entrelaçamos as reflexões teóricas expostas com nossa análise de campo, aprofundando, posteriormente, a análise tópica dos principais conteúdos extraídos dessas conversações no terceiro e último capítulo da pesquisa.

---

<sup>11</sup> Sobre o conceito de sociabilidade adotado, Hanke (2002) faz imersões necessárias ligadas às traduções da obra de Simmel. Cabe aqui diferenciar, como faz o autor, a sociabilidade da sociação, numa discussão que perpassa a forma e o conteúdo das interações sociais. No interior das interações, sociação e sociabilidade são duas formas distintas: a sociação é aquela movida por interesses e motivações dos indivíduos, que participam de uma conversação com finalidade específica. Já no caso das sociabilidades, o que ocorre é que a “forma” de interação se desprende de um conteúdo ou finalidade prática. Pelo contrário, a sociabilidade, como “forma lúdica da sociação” (SIMMEL, 2006), é o próprio modo através do qual os indivíduos desempenham a sociedade em suas relações livres e espontâneas, ou, como “jogam a sociedade”. Desse modo, preferimos falar em sociabilidade e não em sociação, entendendo que as relações desempenhadas entre os sujeitos e o espaço urbano são, por vezes, compostas por “inconsciências”, “não-ditos”, afetos incompreendidos, ações fluídas e comportamentos oscilantes, sendo temerário interpretar as interações entre os sujeitos e o espaço apenas em termos de intencionalidades conscientes, como no caso da sociação.

## **1. A TEMÁTICA ESPACIAL E A (RE)PRODUÇÃO URBANA: DESAFIOS PARA A COMPREENSÃO DAS NOVAS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS.**

### **1.1 A posição do espaço na teoria social crítica:**

A temática do espaço enquanto categoria de análise da teoria social ocupou, por longo período, um lugar marginal no contexto das reflexões das ciências sociais e de outras áreas afins. Em contrapartida, a Geografia, até meados dos anos 1960, não tratava das relações sociais de produção para análise dos fenômenos sociais e econômicos. Limonad (1999) observa como esse quadro deveu-se em boa parte a herança positivista de estanquização do conhecimento em diferentes competências.

Atualmente, a questão da produção do espaço é eixo central das reflexões acerca da estruturação das relações sociais de produção, inscritas no espaço e intimamente relacionadas a este. O espaço deixa de ser tomado apenas enquanto elemento cultural, integrante da superestrutura da sociedade, ou como “palco” da luta de classes, para situar-se enquanto produto e produtor das relações sociais de produção. Nessa direção, o espaço é encarado não mais enquanto mero reflexo dos movimentos gerais da sociedade, mas passa a ser interpretado pelo seu papel ativo nos circuitos de acumulação de capital e organização das relações sociais de produção.

A nova fase de inserção do espaço na teoria social crítica deve-se, sobretudo, a Henri Lefebvre, que atrelou a consolidação, o desenvolvimento e a expansão do sistema capitalista ao espaço socialmente organizado de acordo com os processos de reprodução ampliada e ao nível da estruturação do cotidiano e da reprodução da força de trabalho. O espaço, enquanto totalidade, estaria ligado a uma etapa do desenvolvimento capitalista na qual toda a sociedade está articulada ao nível da produção em sentido amplo: o da reprodução das relações sociais de produção.

Depois de Lefebvre, o espaço e a reflexão articulada entre as dinâmicas espaço-temporais não poderiam mais tomar o urbano enquanto mero resultado de determinações mais gerais no campo da economia e do conflito social entre as classes. Uma das principais contribuições da teoria lefebvriana esteve em destacar o urbano enquanto investido de um papel totalizante na construção de uma sociedade disposta em razão da reprodução das relações sociais de produção também enquanto relações de caráter

espacial. Já não estariam mais dissociadas as relações sociais das determinações do espaço.

Os termos dessa associação entre o espaço e a reprodução das relações sociais de produção a mesmo plano estão postos enquanto simultaneidades, ou, ainda, enquanto disposições intrinsecamente imbricadas. Isso significa dizer que de nenhum modo o espaço adquire papel autônomo, independente ou transformador das relações sociais, mas está atrelado a forma de reprodução destas, podendo impor determinações a sua reprodução (LEFEBVRE, 2006).

Carlos (2018) destaca o espaço enquanto categoria do pensamento e realidade prática, referência para o ser humano na medida em que é sua condição de existência. Deriva desse argumento sua definição de espaço enquanto condição-meio-produto. É condição já legada pela história, meio inescapável de reprodução da vida vivida e, ao mesmo tempo, produto dos movimentos associados entre a reprodução da vida e os circuitos de acumulação capitalista. A produção do espaço se faz no próprio processo de constituição da história humana, na reprodução das relações sociais de produção:

(...) a produção do espaço apareceria como *imane*<sup>12</sup> à produção social no contexto da constituição da civilização. O ato de produzir o espaço – isto é, a produção do espaço faz parte da produção das condições materiais objetivas da produção da história humana. Portanto, o espaço como momento da produção social encontra seu fundamento na construção/ constituição da sociedade ao longo do processo histórico como constitutivo da humanidade do homem. Assim, não haveria leis do espaço, nem a possibilidade de uma ontologia do mesmo, posto que sua produção situa-se na totalidade do processo histórico como processo civilizatório, realidade prática. Dessa forma, significa dizer que não existiria uma sociedade a-espacial, pois todas as relações sociais se cumprem como atividades determinadas por um espaço e um tempo – num espaço e num tempo definidos pela ação (CARLOS, 2018, p. 17-8).

O pensamento de Harvey também significou um novo marco para a compreensão do espaço enquanto categoria de análise da teoria social, elevando o patamar de discussão da temática urbana entre as décadas de 1970 e 1980. Limonad (1999) reúne suas contribuições em 3 pontos nodais, expostos de modo resumido para fins desse capítulo, a saber: 1. O entrelaçamento entre o capital e o trabalho, que expõe o modo pelo qual o capital domina o trabalho mesmo fora dos locais da atividade produtiva, o que nos leva ao entendimento de duas lutas que ocorrem simultaneamente: as lutas nos locais de viver e nos locais de trabalho; 2. A partir de leituras dos *Grundrisse*, de Marx, Harvey

---

<sup>12</sup> Grifo da autora.

compreende o processo de criação de novas estruturas espaciais como barreiras ao próprio desenvolvimento futuro da acumulação de capital. Nesse sentido, o capital cria estruturas móveis e fixas a serem superadas num momento posterior, numa dinâmica de supressão do espaço pelo tempo<sup>13</sup>; 3. O modo como a mobilidade tanto do capital quanto do trabalho está articulado na conformação dos territórios, o que pressupõe que os movimentos do capital na produção das paisagens podem ser contidos pelas vitórias das lutas do trabalho ou o contrário.

No decorrer de todo este trabalho, sobretudo no capítulo que se segue, alguns destes aspectos serão melhores desenvolvidos. Contudo, para além da repetição de temas já escritos por outros autores, o que se pretende destacar aqui é a centralidade da temática espacial para a compreensão das dinâmicas de vida cotidiana que se estruturam a nível dos territórios e dos lugares. A vida que preenche e anima o espaço atua sobre os elementos fixos e constrói suas apropriações numa interação constante com a paisagem física que encontra.

Desde Marx, já não compreendemos mais o homem e suas relações de modo dissociado das formas através das quais a humanidade produz sua vida material e está organizada em torno da atividade produtiva. Em dado momento do percurso do pensamento, a questão espacial urgiu como necessidade teórica e prática para a compreensão das então dinâmicas de reprodução da vida e da acumulação do capital. As relações espaciais de produção só ganham sentido na medida em que são preenchidas pelas relações sociais de produção, o que configura o carácter socioespacial de toda a produção.

O cotidiano, entendido por este prisma, é onde a vida vivida desafia as normatizações mais gerais da economia capitalista, bem como é condicionada por estas. A interação entre a humanidade e o espaço, para além de leituras deterministas entre homem e meio, revela uma complexidade intrigante de modos pelos quais a história da civilização vai sendo tecida. De tal forma que esta pesquisa pretende elucidar uma faceta deste mesmo fenómeno, buscando o sentido de modos de vida que se reproduzem no espaço a partir de estruturas segregadas e intensificadas pela fragmentação socioespacial.

---

<sup>13</sup> Ver em Harvey (1978).



## 1.2 Incorporando as microescalas: a cidade nas reflexões sobre o espaço.

A cidade também passa a ocupar um lugar privilegiado na reflexão da teoria social que incorporou a compreensão do espaço como realidade prática e analítica dos fenômenos sociais e econômicos da sociedade capitalista. Outrora entendida como “palco” dos conflitos sociais e lugar da troca e do consumo para ser agora compreendida como uma própria mercadoria a ser vendida nos circuitos do capital financeiro. Esse momento se deve, em grande medida, pela projeção que o planejamento estratégico passa a ter atrelado aos novos ciclos do capital financeiro e desindustrializado que encontra no espaço das cidades um novo alento para a aceleração do processo de acumulação. O caso das Olimpíadas de Barcelona, em 1992, e o projeto de planejamento urbano estratégico que o acompanhou é elucidativo desse cenário.

Observamos como, na sequência da implementação do planejamento urbano estratégico em Barcelona, alguns autores estiveram empenhados em defender uma cidade pautada pela competitividade e pela desburocratização, acelerando as trocas e a reprodução ampliada do capital. A cidade-empresa estaria plenamente ajustada às exigências e dinâmicas do mercado, que tinham no poder político um obstáculo: “as formas de gestão e de contratação devem assegurar a agilidade e a transparência e responder a critérios de eficiência econômica e eficácia social e não de controle político ou burocrático” (CASTELLS, M.; BORJA, J., 1996, p. 159).

A construção da cidade-empresa representava também a negação da cidade enquanto espaço político, de exercício da cidadania ativa, ou ainda, enquanto polis (VAINER, 2011). A cidade enquanto mercadoria ou o surgimento de uma mercadoria-espaço (CARLOS, 2018), bem como a tensão entre capital e trabalho no processo de produção do espaço urbano, sinalizam também para a possibilidade de análise da cidade e seus usos; orientação contrária à sua expressão enquanto produto, valor de troca. Nessa direção, inicialmente com Lefebvre, seguido por outros autores (HARVEY, 2014; MARICATO, 2013; ROLNIK, 2015), tem-se as reflexões sobre o direito à cidade. Poderíamos defini-lo como o direito aos usos do espaço em suas dimensões práticas e simbólicas em torno das quais se organizam a vida cotidiana, que depende de apropriar-se constantemente dos equipamentos de uso coletivo e das possibilidades de vida dispostas no espaço.

Nessa direção encontra-se a oposição posta por Lefebvre (2016) entre a cidade como *obra*, espaço da festa e produto dos usos coletivos da cidade enquanto campo de apropriação da vida em seus usos, e a cidade submetida a sua orientação irreversível na

direção do dinheiro e das trocas, ou seja, enquanto valor de troca. A consolidação do direito à cidade pressupõe, portanto, que sejam superadas as contradições que fazem do próprio espaço uma mercadoria a serviço dos imperativos do acúmulo de capital.

Para Harvey (2014), ainda que não sendo o estágio final de confrontação com o sistema capitalista, com suas estruturas relacionadas de poder de exploração de classe e do Estado, a luta pelo direito à cidade é uma forma intermediária para este mesmo fim, entendendo que o trabalho e a vida que anima o espaço podem obter vitórias pontuais frente ao capital e obriga-lo a recuar. Harvey (2014) também compreende que a conquista do direito à cidade enquanto um direito humano inalienável, já que sua realização liga-se intimamente ao direcionamento das formas de reprodução da vida individual e coletiva no espaço das cidades. Isso porque o autor entende que a luta pelo direito à cidade deve ser travada também no campo da discussão acerca dos rumos que o excedente de produção deve tomar no espaço urbano, tencionando-os na orientação dos usos da vida e não estando apenas à mercê das demandas de acúmulo de capital.

Nesses termos, observa-se a cidade enquanto passível de ser compreendida como a) espaço-mercadoria, novo alento para a inscrição do capital em busca da constante maximização de seus ganhos, o que se verifica de maneira radicalizada nas metrópoles, onde se tem a passagem da “cidade da fábrica”, do capitalismo industrial, para a “cidade dos negócios”, fonte de acúmulo para o capitalismo financeiro, que converte até mesmo a terra e a moradia em ativos financeiros passivos de especulação, como observa Rolnik (2015) e b) espaço de enfrentamento e resistência frente aos desígnios da acumulação capitalista e campo de reprodução da vida e da força de trabalho.

Dessa forma, nota-se como a cidade é expressão dos movimentos mais gerais da economia capitalista, bem como espaço das particularidades da vida vivida e da estruturação do cotidiano. A vida cotidiana, nessa direção, sintetiza as contradições das condicionalidades macroestruturais da sociedade, o que só é possível de se verificar pelo espaço da cidade, dos lugares, do território. Daí o modo como Carlos (2018) entende a vida cotidiana enquanto campo de reprodução contraditória da vida. Ou, ainda, como Seabra (2004), para quem o cotidiano é uma unidade integradora de diferenças.

Cabe ressaltar, como é parte dos objetivos deste trabalho, que ainda que o fenômeno descrito em (a) se verifique de modo mais acelerado e radicalizado nas metrópoles, também as cidades médias são campo de manifestação dos atuais modos de inscrição do capital no espaço, sendo parte de uma expressão geral das contradições do

processo de produção espacial e revelando também o sentido das desigualdades, das segregações e das fragmentações socioespaciais, como se verá a seguir.

### **1.3 O processo de urbanização capitalista: dialogando com o conceito de urbano.**

Compreende-se, portanto, que o urbano, enquanto totalidade, está para além da cidade. O urbano refere-se a própria sociedade, nos termos de uma sociedade urbana, que se reproduz na mesma medida em que produz o espaço. Se a cidade é, para Lefebvre, uma “realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico” (LEFEBVRE, 2016, p. 54), o urbano, por sua vez, apresenta-se como “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” (LEFEBVRE, 2016, p. 54).

A necessidade dessas distinções entre cidade e urbano apresenta ainda um risco de que o urbano se desvincule facilmente de sua morfologia material, passando a ter uma existência meramente especulativa, numa espécie de transcendência imaginária. Nesta acepção, a relação entre a “cidade” e o “urbano” deve ser estabelecida de modo a evitar confusões premeditadas que tendam tanto a metafísica quanto a redução ao sensível-imediato (LEFEBVRE, 2016). O urbano, a despeito de seu caráter totalizante, requer um pensamento que o ligue as necessidades da sociedade real e a materialização de seus aspectos no espaço da cidade.

Quando se pensa a urbanização faz-se referência a uma parte integrante do processo geral de estruturação da sociedade e do território, elemento que atua na construção do espaço para além das cidades (LIMONAD, 1999). A urbanização manifesta-se, assim, no âmbito dos lugares, com seus fixos e fluxos que compõe a paisagem, bem como na escala do território, na conformação de lugares integrados no curso da formação de uma estrutura complexa e estrategicamente diferenciada para fins da acumulação capitalista.

Harvey (2011) observa como o desenvolvimento capitalista e a urbanização estão intimamente ligados. A urbanização inaugura um novo alento enquanto eixo de absorção de um excedente de capitais que necessita de um destino para que siga sua trajetória de reprodução ampliada. É mediante a análise dos “ajustes espaço-temporais” que Harvey chega a compreensão das contradições internas ao processo de acúmulo de capital que intervém no espaço. Seguindo suas conclusões temos que o capitalismo tende a produzir crises de sobreacumulação, referidas a um excedente de força de trabalho e de capital que devem se combinar de maneira rentável. Esses excedentes podem ser absorvidos pelo

deslocamento temporal através de investimentos do capital em projetos de longo prazo ou com gastos sociais, que preparam terreno para um acúmulo futuro, ou com o deslocamento espacial que objetiva a abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e trabalho. Há ainda uma terceira via, que se dá pela integração das duas primeiras possibilidades.

Observando as formas através das quais se dá a absorção dos excedentes de capitais, deve se considerar também o caráter desigual do desenvolvimento capitalista a partir dos processos de urbanização. Harvey (2011) entende esse processo como parte da produção de uma diferença geográfica da qual o capitalismo pode se valer por determinado período, mas que também tem probabilidades de resultar em consequências traumáticas a humanidade. A criação de paisagens físicas para um momento de destruição posterior afins do acúmulo renovado de capital torna a própria reprodução da vida humana na escala dos lugares e dos territórios como uma barreira a ser superada. Até mesmo a moradia pode se converter num ativo imobiliário passivo de especulação<sup>14</sup>. Talvez o maior exemplo recente de explosão dessa contradição esteja na crise das hipotecas *subprime* nos EUA, entre 2007 – 2008, que se alastrou por todo o globo, e elucida um processo no qual já não havia mais um controle seguro para os investimentos e que resultou na perda da moradia para muitas famílias norte-americanas, que haviam justamente conseguido a compra do imóvel pela ampliação do crédito.

A radicalização desses fenômenos, que estouram na forma de crises de sobreacumulação, expõe a contradição elementar entre os usos do espaço e a sua conversão para a lógica da mercadoria, que impõe sua realização enquanto troca. A própria existência da vida humana nos lugares fica comprometida, tal como descrito a seguir:

Fazer o lugar, em particular o que chamamos de “casa”, é uma arte que pertence principalmente ao povo e não ao capital, assim como certos aspectos dos lugares que chamamos de cidades são ferozmente disputados por desenvolvedores capitalistas para fornecer as infraestruturas físicas tão necessárias para ocorrer a acumulação. O significado mais profundo que as pessoas atribuem a sua relação com a terra, lugar, casa e práticas da habitação está perpetuamente em desacordo com os comercialismos crassos dos mercados de terras e propriedades (HARVEY, 2011, p. 157).

---

<sup>14</sup> Essas questões estão bem desenvolvidas no livro *Guerra dos Lugares*, de Raquel Rolnik (2015), onde há uma leitura atualizada das atuais consequências de uma chamada era da financeirização e a produção do espaço urbano.

O entendimento da urbanização enquanto processo de absorção dos excedentes de capitais que se formam e são investidos na construção dos territórios, ainda que parte de um denominador geral da sociedade urbana que é o capital, não produz o espaço de maneira homogeneizante. Como vimos, é justamente o contrário que se verifica, sendo a expansão da urbanização realizada a partir de um desenvolvimento geográfico desigual. O capitalismo depende constantemente da criação e da destruição de suas próprias estruturas.

A proliferação da diferenciação geográfica como condição da acumulação do capital globalizado e financeirizado expande-se criando contradições internas ao capital e as condições de reprodução da vida humana. Ao capital, porque no ímpeto de suprimir o espaço pelo tempo, requer que sejam destruídas as estruturas criadas num momento anterior. Para a vida humana porque esta encontra-se, muitas vezes, a mercê de investimentos capazes de produzir empregos e outras formas de melhorias na qualidade de vida. O sentido das desigualdades sociais se constitui também a partir de desigualdades espaciais, o que implica que estas sejam tomadas enquanto desigualdades de caráter socioespacial (SANTOS, 2014).

Essa constatação aponta para a importância de distinguir os padrões de urbanização da sociedade contemporânea e debater as metodologias por detrás das teorias da era urbana, como fizeram Brenner e Schmid (2016). Como perceberam esses dois autores, o caráter multifacetado da urbanização no contexto contemporâneo tem sido facilmente reduzido a leituras sobre o êxodo rural e crescimento da população urbana. Essas teses podem encontrar complicações tipos variados, até mesmo em suas definições do que se entende por urbano e rural, num cenário em que a expansão das tecnologias urbanas permeia até mesmo os espaços agrícolas, não havendo mais espaço para uma separação rígida entre “dois mundos” no modelo da antiga dicotomia entre “rural” e “urbano”. Ademais, o que escapa ao escopo analítico da urbanização enquanto fenômeno uniforme e integrador de todas as esferas do globo é o caráter distintivo desse processo, que contribui para que determinadas regiões permaneçam estagnadas enquanto outras possam prosperar em ritmo acelerado, sendo cada vez mais atrativas para os capitais. Esse raciocínio inclui a diferenciação entre territórios próximos ou mesmo entre Estados, como observa Harvey (2011).

Para Brenner e Schmid (2016), o erro de definir a urbanização a partir de critérios de tamanhos de população ou por formas de classificação administrativa é que estas tendem a “dividir o indivisível”, classificando áreas entre rurais e urbanas a partir de

análises que desconsideram processos político-econômicos a partir dos quais a urbanização se estrutura, tais como: a acumulação de capital, a regulação estatal, a privatização dos recursos coletivos, a financeirização, a migração e a degradação/transformação socioambiental (BRENNER; SCHMID, 2016, p. 328).

Nesse sentido, esses autores, a partir das críticas a teses da era urbana, propõe orientações epistemológicas acerca da interpretação do urbano e da urbanização. Em primeiro lugar, observam que o urbano não é uma realidade, uma condição predeterminada e clarividente, mas sim que sua especificidade só pode ser definida em termos teóricos, consideradas suas propriedades, expressões e dinâmicas fundamentais. Em segundo lugar, que o urbano só pode ser interpretado na forma de um processo de urbanização, que não é outra coisa senão um processo histórico que evolui historicamente em vias do desenvolvimento do capitalista mundial. Terceiro, que as dimensões socioespaciais da urbanização são polimórficas, variáveis e dinâmicas, exigindo leituras contextualmente específicas dos fragmentos a partir dos quais esse fenômeno se manifesta. Quarto, que a urbanização implica no estabelecimento de redes de relações que estão para além dos polos de aglomeração, mas compreendem também as áreas ditas “vazias”, que tem seu padrão de desenvolvimento mediado e atrelado as zonas hegemônicas de concentração urbana. Em quinto lugar, apontam para o fato de a urbanização ter se convertido num fenômeno planetário, no qual o urbano representa um tecido desigual e que conecta desde as zonas metropolitanas até as regiões periféricas do desenvolvimento capitalista, de modo que não exista nenhum exterior ao urbano. E, por fim, consideradas as novas formas de diferenciação produzidas pela urbanização, visualizam a necessidade de um novo léxico que seja capaz de captar as geografias instáveis e os novos modos de acumulação do capitalismo que se desenvolvem desde os princípios do século XXI (BRENNER; SCHMID, 2016, p. 331-4).

Acreditamos que essas contribuições sejam centrais para a análise do que se chama de sociedade urbana. A despeito de seu caráter totalizante, o urbano está a moldar-se em morfologias específicas e integradas. A consideração de tais manifestações do fenômeno da urbanização impossibilita interpretações da realidade “em tela”, seguindo a crítica de Carlos (2018), para quem os elementos do espaço social e vida que os anima estão são um processo de construção mútua da sociedade humana e das formas espaciais, de modo que a compreensão dessas relações implica também um entendimento acerca dos processos históricos que se desdobram até o momento presente.

Ademais, pensar num modo de vida urbana significa considerar que, de um lado, a vida encontra-se integrada pelas tecnologias urbanas de comunicação, que fazem do lugar cada vez mais fantasmagórico (GIDDENS, 1991) já que contém aquilo que está visível e também um conjunto de relações virtuais invisíveis ao olhar da paisagem e que também estão a acontecer e a compor o lugar; por outro, que os lugares apresentam particularidades importantes entre si, de modo que a vida vivida em cada cidade está sujeita a condicionalidades culturais e infraestruturais de todos os tipos. Essas considerações são importantes com o intuito de frisar uma característica marcante da sociedade urbana que é a de integrar espaços preservando desequilíbrios e disparidades, quando não, intensificando tais diferenciações de modo estratégico e promovendo, a um nível ampliado, a desigualdade socioespacial.

O estilo de vida urbana ou o modo de vida urbana, nessa perspectiva, é múltiplo e diversificado. A temática das distinções produzidas pelo processo de urbanização são um enfoque da pesquisa capaz de ampliar nossas leituras acerca dos processos de globalização contemporâneos. São também um modo de interpretar e reconhecer (im)possibilidades de vida urbana em contextos variados.

O debate a respeito das cidades médias, enquanto subcentros distantes da metrópole, que expressam outros ritmos e padrões de comportamento na cidade, são interesse desse trabalho tanto por aquilo que apresentam de específico, como por sua inclusão nos circuitos de acúmulo do capital e a verificação, também nesses espaços, de fenômenos urbanos tradicionalmente ligados aos espaços metropolitanos como o da fragmentação socioespacial (GOES; SPOSITO, 2013).

#### **1.4 A expansão urbana no Brasil pelas vias do mercado imobiliário e de terras.**

A inserção do espaço nos circuitos de acumulação capitalista se deu de diferentes formas no curso da história, seja pela mercantilização das terras, pelo seu parcelamento por loteamento ou pela verticalização, ou ainda pela recente inclusão nas esferas de circulação do capital financeiro (BOTELHO, 2007). A produção do espaço é, portanto, elemento estratégico para a acumulação do capital uma vez que:

(...) o capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso à escala mundial. (...) A estratégia vai mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa

da produção subordinada aos centros de informação e decisão (LEFEBVRE apud BOTELHO, 2007, p. 16).

A associação entre o capitalismo financeiro e o mercado imobiliário e de terras complexifica a relação entre o capital e o espaço. As estruturas fixas do espaço são ora barreira para os novos processos de acumulação capitalista, ora são ativos financeirizados, passivos de especulação e, portanto, cada vez mais desvinculados de sua utilidade concreta. Na medida em que o imóvel se converte em lastro de valorização financeira, há também uma sobreposição da razão econômica sobre uma demanda social por moradia, o que resulta na forma e no sentido das incompatibilidades entre o número de pessoas sem moradia e a porção de imóveis inabitados (ROLNIK, 2015). Em que pese a existência longínqua dessa contradição no decorrer da história da produção capitalista do espaço, ressalta-se aqui o modo pelo qual se acirram esses processos em tempos de expansão do poderio das finanças no sistema capitalista.

O espaço, inserido nos processos de reprodução capitalista, é apropriado tanto como meio de produção, o que leva a crescente privatização do espaço, tanto como bem móvel. Botelho (2007) destaca que ainda que o capital se “imobilize no imobiliário”, o ambiente construído e o próprio solo podem se tornar “bens móveis” na medida em que circulam através de títulos de propriedade que podem transformar-se rapidamente em dinheiro. A propriedade fundiária adquire assim uma intercambialidade a partir dos títulos de propriedade negociáveis no mercado financeiro, estabelecendo uma garantia contratual entre compradores e vendedores.

Segundo Melazzo (2013) o mercado imobiliário é o conjunto de capitais que agem sobre a cidade e seus objetos na busca permanente e crescente de sua valorização. Bem como qualquer outro mercado, o imobiliário está sujeito e condicionado às condições econômicas mais gerais, tanto em escala local, como de forma mais aguda em escala nacional, sensível as determinações de volume de crédito, taxas de juros, política tributária e movimentos da renda disponível. As inovações financeiras relacionadas ao mercado imobiliário, contudo, são razoavelmente recentes. O setor imobiliário, diferentemente de outros setores da economia, demorou a se financeirizar e, como veremos a seguir, no caso brasileiro essa associação ainda não atingiu os seus limites.

A Lei de Terras, em 1850, inaugurou a forma da propriedade privada como forma de reprodução da força de trabalho no Brasil. Contudo, será apenas no século XX que o mote da urbanização se alargará em escala nacional, mais especificamente a partir dos



anos 1930 na Era Vargas, quando o espaço urbano passa definitivamente a ter maior relevância na formação socioeconômica brasileira.

A crise de 1929 teve um forte impacto no mercado global, alterando as dinâmicas de importações e fragilizando os comércios exteriores do Brasil, que até 1930 vivenciou o auge do ciclo do café no interior paulista. Dessa forma, a saída para a crise ocorreu com o fortalecimento do mercado interno, num pulso do desenvolvimento das forças produtivas e da crescente modernização da sociedade, acompanhada do aumento populacional e do êxodo rural.

A questão da moradia passa a ser encarada pela primeira vez enquanto um problema de Estado, já que, no curso da expansão do trabalho livre originou-se uma massa de trabalhadores urbanos que corroboravam para a existência de um evidente déficit habitacional no país. De acordo com Fix, é nesse contexto que “dissemina-se a visão de que a iniciativa privada era incapaz de enfrentar o problema da habitação sozinha, tornando inevitável a intervenção do Estado” (FIX, 2011, p.74).

Com o golpe militar de 1964, a questão habitacional permanece vinculada ao Estado, mas com um novo mote.<sup>15</sup> Foi criado durante o período militar o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o que viabilizou a existência do Banco Nacional da Habitação (BNH)<sup>16</sup>, com o objetivo de expandir a criação de unidades habitacionais pelo país. O BNH foi responsável pela criação das COHABS.

O que nos interessa evidenciar sobre o BNH é que, pela primeira vez, estava constituído o entrelaçamento do setor público, enquanto financiador, e o setor privado, na execução, em relação a produção de moradias.

Esse sistema de financiamento evidenciou uma disparidade nas possibilidades de acesso à moradia entre as classes sociais no Brasil. O alto custo das parcelas inviabilizava a aquisição dos imóveis para as camadas mais subalternas da população, seguindo os interesses das empresas do ramo da construção civil. A padronização das residências e a baixa qualidade dos materiais utilizados na construção dos empreendimentos nas COHABS também é uma marca das desiguais condições de habitar no espaço urbano no Brasil, sobretudo em comparação com o padrão arquitetônico e urbanístico alcançado

---

<sup>15</sup> Entre o período varguista e a ditadura militar, observa-se a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) e a Fundação da Casa Popular (FCP) enquanto instituições públicas de maior destaque na promoção do acesso à moradia. No caso do FCP, pela primeira vez houve uma efetiva tentativa do Estado em prover moradias, contudo, os resultados não foram tão efetivos quanto o esperado, ficando abaixo até mesmo do número de moradias produzido pelos IAPs.

<sup>16</sup> Lei Federal 4.380 de 21/08/1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4380.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.html)>. Acessado em 11 de junho de 2019.

pelos setores mais abastados da sociedade que dispunham de serviços especializados e numa porção central da cidade, já que é no curso da explosão do setor da construção civil e das facilidades de financiamento do período que os prédios de apartamento irão se generalizar. Como observa Maricato (2001), há uma alteração no padrão de produção das cidades a partir da existência do BNH:

Foi com o Banco Nacional da Habitação (BNH) integrado ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), criados pelo regime militar a partir de 1964, que as cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção. A drenagem de recursos financeiros para o mercado habitacional, em escala nunca vista no país, ocasionou a mudança no perfil das grandes cidades, com a verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos (MARICATO, 2001, p. 20).

No contexto dos anos 1970, sobretudo em relação as áreas metropolitanas, o espaço urbano sofre uma alteração radical relacionada ao “milagre econômico brasileiro” onde seguem-se intensos investimentos na infraestrutura urbana de circulação, ampliando os espaços de ruas e avenidas, na construção de pontes, viadutos e vias expressas em razão da otimização da circulação de pessoas e mercadorias.

Ainda nos anos 1970 observa-se uma relativa e restrita desconcentração industrial no país, na região Sudeste e no estado de São Paulo (LENCIONI apud BOTELHO, 2007). A medida em que grandes e médias indústrias deslocam-se do espaço das cidades, os antigos bairros industriais tornam-se áreas residenciais, de comércio e de lazer.

De acordo com Botelho (2007), ao lado das transformações na indústria, ocorreram também importantes mudanças relacionadas ao setor terciário nas atividades econômicas da metrópole, o que contribuiu para uma produção do espaço ligada a estratégias monopolistas, com maior participação do capital financeiro em relação aos empreendimentos imobiliários. Tais transformações contrastam com um aumento do número de favelados e moradores de cortiços relacionados ao aumento do desemprego e ao subemprego da indústria informal.

Para Santos (2010), é no contexto de perda da centralidade da indústria que se afirmam as metrópoles, ao mesmo tempo em que crescem em relevância as cidades de médio porte enquanto novos pontos de expansão do urbano. Algumas destas chamadas cidades de porte médio (mais de 100 mil habitantes) assumem um papel de centros regionais e articuladores do território, assumindo propriamente a função de cidade média.

Ao contrário do que defendem alguns autores, não nos parece possível tratar de uma desmetropolização a partir da década de 1970. Em 1970 o Brasil possuía apenas duas

metrópoles com mais de 2 milhões de habitantes, passando para cinco em 2000. Nota-se, contudo, como até os anos 1980 o percentual da população urbana concentrada nas áreas com mais de um milhão de habitantes caiu para 38,31%, sendo que este percentual era de 51,35% nos anos 1950 (SANTOS, 2005). As metrópoles não diminuem seu tamanho e nem perdem sua importância, mas o crescimento vertiginoso das cidades médias no mesmo período produz novas dinâmicas na reprodução urbana. De imediato, verifica-se uma distribuição mais abrangente da população pelo território nacional. São estabelecidas novas redes e eixos articuladores do território. As contradições do urbano também se diversificam e se espalham. Se não há desmetropolização, ao menos, está posto um novo padrão de urbanização:

As transformações ocorridas na constituição da rede urbana brasileira, como consequência do crescimento das cidades médias, não só apontam para o mercado ou para as novas exigências ou demandas sociais urbanas mas, principalmente, adentram e redefinem conceitualmente os espaços públicos, bem como, dão novos conteúdos aos lugares, enquanto definidores da eficácia das relações sociais. Provavelmente o lugar mais íntimo dessas transformações é a habitação.

Toda uma parafernália tecnológica doméstica se impõe como necessária, invadindo este espaço íntimo e privado que é a habitação. Pois, a partir de 2001, 89% (41 milhões) dos domicílios possuíam televisão; 12,6% (6 milhões) tinham microcomputador; 85% (40 milhões) tinham geladeira e 59% (27 milhões) tinham telefone. Esta massa disseminada de inúmeros eletrodomésticos e outros bens eletrônicos transformaram radicalmente o modo de vida, como também, a sociabilidade, marcada por originais espaços intrinsecamente urbanos (SANTOS, 2010, p. 8).

Nos anos 1980 se acirravam as críticas e as insatisfações com o regime militar, com a ascensão dos movimentos populares que demandavam participação ativa da sociedade civil nos processos políticos decisórios. As contradições do BNH, conseqüentemente, também foram evidenciadas, sendo alvo de críticas pelos setores de mais baixa renda da sociedade, não-beneficiários dos programas de financiamento. Tais fatores, somados a alta inflação do início dos anos 1980, o que acarretou no aumento da inadimplência dos financiamentos concedidos pelo programa, corroboraram para a extinção do BNH em 1986.<sup>17 18</sup>

O fim do BNH marcou uma completa desestruturação da política habitacional do país, presente também em diversos outros setores da economia e formatando uma forte

<sup>17</sup> Enquanto vigorou, o BNH financiou em torno de 4,8 milhões de habitações, cerca de 25% das moradias construídas no país entre 1964 e 1986.

<sup>18</sup> As atribuições do BNH foram transferidas para a Caixa Econômica Federal (CEF).

recessão econômica nos anos 1980. A recessão aprofundou as desigualdades sociais fazendo com que se proliferassem ainda mais os espaços concentrados de pobreza por todo o território nacional. O mercado imobiliário, no período, centrava suas ações as camadas mais ricas da população, capazes de arcar com os custos do financiamento.

Nos anos 1990, num período de reestruturação do financiamento habitacional, são criados os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e os Fundos de Investimento Imobiliários (FIIs). Em suma, esses instrumentos são um novo passo em direção à financeirização com um aumento da presença dos circuitos de valorização do capital em relação a produção do espaço.

A década de 1990 marca a inserção, de forma tardia, do Brasil nos circuitos da globalização. Observa-se na década as políticas de austeridade fiscal adotadas pelo governo FHC seguindo o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa inserção, contudo, demora a atingir o mercado imobiliário que permanece dominado capitais nacionalizados, como destaca Fix: “O capital portador de juros enfrentou barreiras para libertar a terra urbana para circular na forma de títulos financeiros. O imobiliário seguiu como órbita predominante das empresas brasileiras” (FIX, 2011, p. 217).

No fluxo das transformações das atribuições do Estado e da crescente internacionalização dos capitais, o urbano sofrera pressões de diversas frentes afim de contribuir para sua adequação as necessidades da globalização. Ainda que o setor imobiliário não tenha se integrado objetivamente aos circuitos de acumulação do capital financeirizado no período, a produção do espaço urbano teve transformações sobretudo a partir da ação de agentes ligados a construção de *shoppings centers*, edifícios e escritórios de alto padrão.

A partir da criação de novos instrumentos de captação de recursos financeiros o poder de intervenção do setor imobiliário se amplia, observando-se a aquisição de recursos necessários para a superação do problema do alto preço da terra urbana nas áreas mais valorizadas e a aceleração do tempo de rotatividade do capital da construção (BOTELHO, 2007). Como veremos no capítulo a seguir, esse momento histórico foi palco do crescimento do número de empreendimentos urbanos do tipo dos condomínios fechados e loteamentos residenciais murados, o que contribuiu para o aumento da fragmentação e da segregação socioespacial, já que esses empreendimentos existiam ao lado de áreas urbanas periféricas habitadas por uma população de mais baixa renda.

Os anos 2000 acompanham uma ampliação do crédito no princípio do governo Lula. A construção do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)<sup>19</sup>, em 2009, significou a reestruturação de uma política habitacional em escala nacional, algo que não havia se constituído desde a extinção do BNH. Os subsídios do PMCMV e as novas facilidades de obtenção de crédito possibilitam, ao contrário do que se averiguou em relação ao BNH, uma maior inserção das camadas mais subalternas da população no acesso à casa própria. A elaboração do PMCMV, contudo, é uma resposta a questão urbana que obedece mais uma demanda das empresas do que do déficit habitacional e da qualidade da vida urbana.

Como expõe Fix: “O MCMV injeta fundo público em um sistema no qual os novos espaços são formulados predominantemente segundo os atuais critérios e parâmetros dos negócios imobiliários” (FIX, 2011, p. 223). Segundo a autora, O PMCMV impulsionou um conjunto de empresas que já estavam em um processo de centralização e concentração do capital pela via financeira.

A relação entre as empreiteiras privadas e a execução do PMCMV segue seu curso, e os subsídios governamentais, dispostos segundo critérios de renda familiar, tendem a abarcar não só as camadas menos abastadas, como também parte da classe média brasileira. A resolução do déficit habitacional do país, contudo, carece de outras estratégias que estejam para além dos alcances e das limitações que essa política pública já demonstrou ter<sup>20</sup>.

Observa-se, ainda, como a questão do déficit habitacional não é o único entrave a política urbana do país. A falta de saneamento básico, a questão da mobilidade urbana, o alto preço dos aluguéis, o endividamento resultante da alta taxa de juros são alguns dos fatores que contribuem para a ausência de condições de urbanidade em diversos territórios brasileiros.

Atualmente, o setor imobiliário vem se diversificando e se especializando. Enquanto algumas empresas cresceram seu capital em parcerias com o governo na promoção de políticas públicas de habitação, outras concentraram seus esforços em abarcar a parcela da sociedade de renda mais elevada. Nesse nicho específico dos mais ricos, dividem-se ainda entre aquelas de prédios de apartamentos e as que empreendem

---

<sup>19</sup> Lei Federal 11.977. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11977.htm) >. Acessado em 11 de junho de 2019.

<sup>20</sup> Ver em AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. (org.). Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

os contemporâneos loteamentos residenciais murados. Há também uma alteração importante na morfologia das cidades, que é a da inversão da lógica centro-periferia, bem apontada por Caldeira (2011), que destaca o processo de deslocamento das classes mais abastadas do centro em direção à periferia das cidades.

A assim chamada inversão da lógica centro-periferia não acarretou numa diminuição do preço da terra nas áreas centrais. Pelo contrário, tem sido cada vez mais difícil a aquisição privada de lotes centrais por comerciantes individuais com menores capacidades de investimento, que se tornam reféns do aluguel ou mesmo são impedidos de exercerem suas atividades no centro, onde a terra está subdivida entre algumas elites financeiras. Logo, o acesso e, sobretudo, a permanência dos mais pobres numa porção central das cidades está longe de ser uma realidade. As periferias se constituem, nesse contexto, por outras tecnologias segregação que envolvem a criação de um *habitat* privilegiado em proximidade com os espaços de periféricos mais pobres e marginalizados. A existência dos loteamentos residenciais murados desempenha um papel de destaque nesse processo.

Apontamos como a proliferação de espaços segregados como os *shopping centers* e os loteamentos residenciais murados também foi marcante nas cidades médias do interior de São Paulo no mesmo período. Nos anos 1990, por exemplo, se efetiva a entrada do Grupo Encalco no ramo da incorporação imobiliária. O primeiro empreendimento residencial fechado da empresa data de 1979, na cidade de Presidente Prudente. Mas foram nos anos 1990 que se iniciou a expansão dos residenciais Damha para demais cidades do interior do estado de São Paulo. Destaque para cidades como Araraquara, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente e São Carlos. O crescimento exponencial da empresa no âmbito das cidades médias reforça a existência de alterações substantivas no padrão da urbanização brasileira e de novas tendências de ocupação do espaço na escala dos territórios.

### **1.5 Novas dinâmicas socioespaciais: oposições entre a cidade aberta e a cidade de muros.**

Sennett (2018) buscou inspiração em sua experiência enquanto professor de planejamento no MIT para comparar a atividade dos pesquisadores do Media Lab e dos desenvolvedores da Microsoft. Segundo relatos com os quais teve contato, conta que os trabalhadores do Media Lab se esforçavam em operar de modo a descobrir as falhas dos produtos da Microsoft. O que se dizia é que os trabalhadores do Media Lab pensavam

“aberto”, desafiando a ciência convencional, enquanto os da Microsoft pensavam fechado. Neste ponto inicia, no seu livro “Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta”, uma trajetória que encontra, das ciências exatas até obras da teoria social, um nexos que relaciona o termo “aberto” as noções de complexidade, heterogeneidade, multiplicidade, dinamismo e afins. O que haveria de “fechado” nos sistemas estaria naquilo que os paralisa, enquanto os sistemas abertos estariam a abarcar sempre maiores possibilidades. Na transposição desse pensamento para a temática do urbano, Sennett nos conduz até o dilema ético das cidades hoje em dia: “o urbanismo deve representar a sociedade tal como ela é ou tentar muda-la?” (SENNETT, 2018, p. 14).

Curiosamente, ainda sem ter conhecimento do texto de Sennett, cheguei ao termo cidade aberta como forma de referir-me ao espaço público ressaltando suas possibilidades de produzir o contato e as trocas entre grupos sociais distintos, que se unem no espaço da cidade e compõe ao seu modo as dinâmicas do urbano (CAVALCANTI, 2019). Este termo foi um alento para diferenciar as experiências de vida homogêneas dos loteamentos residenciais murados em contraposição com as possibilidades do espaço público extramuros. Naquele momento a maior inspiração para enxergar no espaço público uma forma “aberta” possivelmente estivesse nas descrições do balé da rua Morgan feitas por Jacobs (2000).

A cidade aberta de Sennett é obra para o futuro. O caminho que nos levaria até ela é longo. Ainda assim, traz uma verdade inescapável sobre o presente: talvez nossas cidades atuais ainda não sejam verdadeiramente abertas. Acreditamos que existam muros invisíveis que estão a ocupar o espaço público estando a impedir sua realização “aberta”. Acreditamos também que mais do que uma hipótese, as imensas distâncias sociais de nossa sociedade confirmam a esses “muros invisíveis” o status de uma confirmação. Contudo, para fins dos nossos objetivos nesta dissertação, segue válida a referência a uma cidade aberta presente, enquanto espaço público e suas diversas possibilidades, ainda que nem todas essas formas possíveis se materializem no jogo do cotidiano. Sobretudo porque esta acepção do termo cidade aberta nos ajuda a desafiar um modelo de reprodução do espaço urbano que tende a capturar o cotidiano e fazê-lo cada vez mais circunscrito em muros visíveis e concretos. Nossa hipótese primordial de pesquisa é justamente a de que essa forma de reprodução do urbano signifique, mesmo em contextos de cidades médias, uma alteração qualitativa em relação aos modos de apropriação material e simbólica da cidade.

A compreensão de que o sentido da reprodução da vida vivida na cidade se altera a medida em que também se modificam as formas de habitar nos exige analisar o fenômeno dos loteamentos residenciais murados tanto pela via dos interesses privados do mercado imobiliário como também pela via subjetiva na escala do cotidiano dos indivíduos. A mesma constatação é feita por Sposito e Goes (2014), que diferenciam suas análises acerca dos novos *habitats* urbanos daquelas feitas por Lacarreu, Girola e Murgida e Sabatini e Brain, na medida em que estes tomam por base majoritariamente a questão do mercado imobiliário.

Na esteira desse pensamento, também não pretendemos nos descolar da escala objetiva de análise do fenômeno. Não obstante, nos concentramos neste capítulo nos aspectos materiais da lógica de reprodução do urbano no mundo da mercadoria, sem perder de vista que o espaço não é composto exclusivamente por determinações materiais, mas também pelas dinâmicas às vezes imprevisíveis da vida humana que o preenche. Apenas a partir desta introdução é que podemos agora iniciar nosso percurso em direção ao problema da sociabilidade, enfoque desta pesquisa, e que será melhor explorado nos capítulos que se seguem. Observamos também que nossas preocupações com relação aos modos de sociabilidade referem-se, sobretudo, aquela sociabilidade a que chamamos cindida, derivada da forma dos loteamentos residenciais murados, a partir do estudo dos dois empreendimentos elencados para esta dissertação, o Residencial Damha e o Residencial Salto Grande, ambos localizados na cidade de Araraquara-SP.



## **2. SOCIABILIDADES E DISTANCIAMENTO SOCIOESPACIAL: A PRODUÇÃO DO COTIDIANO EM CIDADES FRAGMENTADAS.**

Nesta pesquisa consideramos a produção do cotidiano a partir do fenômeno dos loteamentos residenciais murados como nossa perspectiva central de análise. Esta é apenas uma faceta das muitas possibilidades de pesquisa que tem se desdobrado a partir da reflexão sobre o enclausuramento, seja na forma de espaços residenciais fechados ou no estudo de outros tipos de enclaves fortificados.

Tal como introduzido no capítulo 1, isso não significa que estamos a desconsiderar a produção dos mercados e a atuação do imobiliário sobre a morfologia urbana das cidades. Nosso enfoque para as relações aproximadas, na escala da vida vivida, são um intento de observar a tradução imediata e animada da cidade que se desdobra e se descobre a partir de um dado modelo de (re)produção urbana. Interessa-nos, sobretudo, explorar os tipos de relações possíveis a partir do enclausuramento, da autossegregação e da fragmentação socioespacial enquanto realidade empírica das cidades.

A escolha do cotidiano enquanto via de análise já nos impede, de saída, de incorrer no perigo dos determinismos, estando a considerar os indivíduos e suas relações como reflexos previstos pela situação econômica. Lefebvre, Santos, Harvey, entre outros, estiveram extensivamente a chamar nossa atenção para a complexidade do fenômeno espacial e suas múltiplas constituições a partir de entrecruzamentos incessantes e indissociáveis entre a vida humana e o modo de produção. No campo das Ciências Sociais, a Antropologia foi a maior responsável por dissecar as relações microescalares, por vezes invisíveis para a análise centrada nas macroestruturas. As contribuições da etnografia são, inclusive para os estudos urbanos, um método valioso de entendimento do cotidiano.

Caldeira (2011) define a vida em condomínios e demais loteamentos residenciais murados: pela promessa de um estilo de vida total. O seu argumento é de que, ao incluírem vastas áreas de uso comum, como piscinas, academia, campos de futebol, quadras poliesportivas, pistas de corrida, áreas para convívio recreativo, etc. esses espaços estariam a oferecer uma possibilidade de vida na qual se criasse a sensação de que nada exterior aquele ambiente houvesse de ser buscado. Como se a vida vivida fosse possível circunscrita a um microcosmos restrito, exclusivo e homogeneizado, intramuros.

Este argumento não é, de forma alguma, especulativo. A publicidade feita a partir desses empreendimentos apostava na oferta de uma vida ideal apartada das mazelas da vida urbana:

“Desperte o homem livre que existe em você. Mude para a Chácara Flora. Aqui você vai poder ser gente a semana inteira e não só no sábado e no domingo. Aqui você vai mudar de vida sem sair de S. Paulo. (...) Segurança total com gradis e guarita com interfone”. (O Estado de S. Paulo, 22 de janeiro de 1989).

“O direito de não ser incomodado. Estamos oferecendo a você um conceito habitacional todo novo e revolucionário. Sobrados de dois dormitórios. Toda a segurança para você e a tranquilidade para seus filhos. As residências formam um conjunto totalmente protegido por muros. O acesso é permitido exclusivamente aos moradores. A portaria controla tudo. Mas você nunca estará isolado. 5.000 metros quadrados de jardins e áreas de lazer, com duas piscinas. (...) Vila das Mercês”. (O Estado de S. Paulo, 6 de janeiro de 1980). (CALDEIRA, 2011, p. 267).

Os espaços residenciais fechados criam um eixo de convivência aproximada, ao qual chamamos intramuros, onde algumas relações são produzidas e definidas a partir do limite dos muros. Contudo, não podemos concluir, seguindo nossos dados de campo, que exista aí uma realização efetiva de um cotidiano sumariamente apartado do restante da cidade.

A realidade empírica da vida intramuros é um tanto quanto diferente daquela oferecida pela publicidade. Cotidianamente, os moradores não usufruem de um estado de plenitude e descolamento dos problemas de sua cidade e de seus descontentamentos particulares, como se verá a seguir. Melhor dizendo, é fato que nem todos os problemas da cidade os afligem tão diretamente como seria se habitassem de outro modo, em outra localidade, com outras condições. Mas também não nos parece verdadeiro que suas vidas sejam a realização desse estilo de vida total que lhes é ofertado pela propaganda. Ao menos, não sem as ambiguidades que estão implicadas no processo de condominização.

Todas essas ambiguidades serão exploradas no decorrer desta pesquisa e, mesmo o motivo relatado pelos moradores para a escolha de residirem num loteamento residencial murado, comprova que estes não estão completamente isolados do que há na cidade: a busca por segurança é razão para que quase a totalidade de nossos entrevistados tenha optado por residir num espaço fechado. Mesmo aqueles que não elencaram a segurança como motivo primordial, trataram dela em algum momento de suas falas.

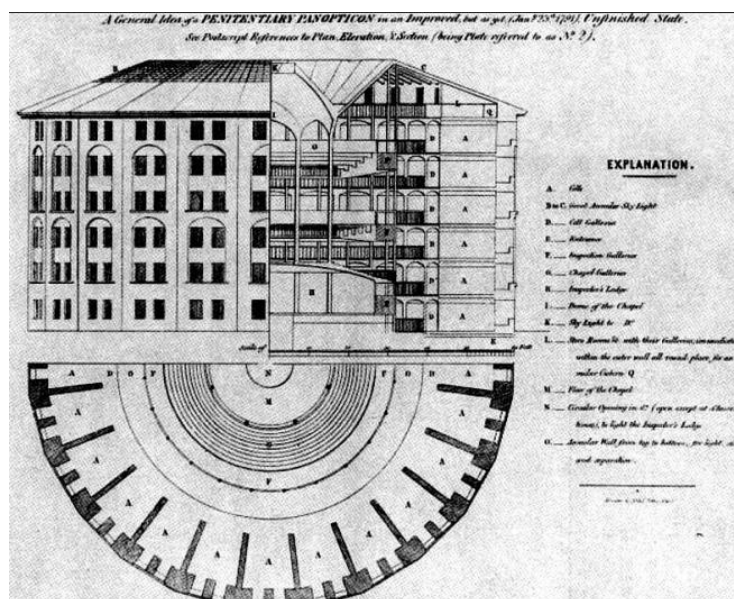
A insegurança urbana e o afeto social que ela mobiliza, o medo, ainda que nem sempre tenha correspondência com os dados estatísticos, como os da violência, por

exemplo, denota que determinado grupo entende como ameaçadora a vida na cidade. Nesse momento, a segurança torna-se mercadoria a ser explorada pelo mercado imobiliário, e os loteamentos residenciais murados aparecem como produto de destaque. Mesmo antes de a violência estatística atingir seus picos mais elevados nos grandes e médios centros urbanos, já se verificava que o apelo ao monitoramento e a vigilância, a presença de mais variadas tecnologias de segurança e controle, eram apontadas como fatores positivos na publicidade desses empreendimentos.

A proliferação de estruturas segregadas, além de alterar a morfologia urbana das cidades, está assentada em valores de negação da cidade. Isso é verdadeiro na medida em que estes espaços configuram uma solução escapista para os dramas urbanos, contribuindo para “deteriorar a qualidade de vida, a civilidade e as condições de exercício da própria cidadania na cidade, sob determinados aspectos” (SOUZA, 2008, p. 73). A reprodução de estruturas conservadoras, calcadas em mecanismos de segurança intensiva, são apontadas como mecanismos de emprobecimento das trocas, portanto, das sociabilidades.

Esse argumento é reforçado se considerarmos que as contemporâneas estruturas de segregação e confinamento recuperam o ideal de segurança do panóptico de Bentham, teorizado por Foucault (2013), onde prevalece a lógica do “ver sem ser visto” e do observar de “dentro para fora”. Nesse sistema, os corpos que estão dentro da estrutura e também aqueles que se aproximam de seus arredores não estão livres dos olhares das câmeras ativas na cabine de segurança. A figura 02 apresenta o modelo do panóptico benthamiano. Na figura 03, foto extraída do acervo do próprio autor, na fronteira do Residencial Salto Grande, como exemplificação dos contemporâneos sistemas de vigilância dos loteamentos residenciais murados, que aprimoram o alcance da vigia nas cabines de segurança, cenário típico dos espaços disciplinares:

**Figura 02 – Modelo do panóptico de Bentham.**



Fonte: Foucault (2013).

**Figura 03 – Muros do Residencial Salto Grande I.**



Fonte: Acervo do próprio autor.

A presença massiva de tais instrumentos de controle, se é fato que atuam sobre os corpos de modo a disciplinarizar a conduta e as práticas dentro de comportamentos esperados, legítimos e insuspeitos, também é verdade que não tem sido “demonizada” por setores da classe média alta e alta, mas, pelo contrário, é alvo de desejo e sinônimo de tranquilidade e *status* para a vida na cidade. Naturaliza-se a presença dos mecanismos de monitoramento, corroborando com certo ideal de vida urbana das elites, onde a busca por tranquilidade e conforto só se efetua a partir da vigilância 24hrs.

O distanciamento social, portanto, aparece como uma tendência para os novos modos de “viver à cidade” e “viver na cidade”. No interior dessa relação conflitiva entre a insegurança e a iminência do contato com o outro a cada próxima esquina é que se tece essa sociabilidade a que chamamos cindida. O conceito de sociabilidade, a partir de Simmel, aparece como: “um tipo ideal entendido como o “social puro”, forma lúdica arquetípica de toda a socialização humana, sem quaisquer propósitos, interesses ou objetivos que a interação em si mesma” (FRÚGOLI JR, 2007, p. 9). Logo, deve-se frisar que a existência de enclaves fortificados não elimina a sociabilidade, e nem poderia, tal qual é a inscrição da sociabilidade na constituição daquilo que é social por excelência. O ponto está em perceber em que termos esta sociabilidade está circunscrita e como estes elementos moldam tais relações de interação social, tanto a nível mais aproximado, quanto nas trocas mais ampliadas com a cidade aberta.

Encaramos, portanto, daqui em diante, o tema das sociabilidades. Buscamos, assim, adensar nas relações que são produzidas no intramuros, bem como constatar o teor das interações extramuros da perspectiva dos moradores dos loteamentos residenciais murados analisados. A compreensão desses eixos articulados de “dentro” e “fora”, ou, intra e extramuros, poderá ser bem observada a partir das teorizações acerca das sociabilidades urbanas, que estão a confrontar o cotidiano e as macroestruturas sociais.

## **2.1 Modos de apropriação cotidiana face à segregação e ao enclausuramento.**

Posto que falaremos do fenômeno das sociabilidades urbanas em uma de suas múltiplas variáveis, devemos dizer que o interesse pela pesquisa de loteamentos residenciais murados e cidades é parte do esforço em desvendar a dinâmicas de um cotidiano que, das metrópoles às cidades médias, está a se desenvolver por ambientes fechados, restritos, controlados e vigiados.

Nesses termos, identificamos uma alteração de hábitos na vida cotidiana de classes médias e altas, que orientam suas práticas ordinárias com intensidade crescente na direção do consumo. Essa relação reificada com o espaço acompanha um cotidiano que parece ser, cada vez mais, capturado por estruturas de segregação e confinamento. Não raro, pode-se imaginar que, cotidianamente, a rotina de muitas pessoas se faça entre o residencial fechado, o escritório e o *shopping center*, num “ir e vir” que vai de um enclave ao outro e no qual o espaço público é tomado apenas enquanto passagem.

A preferência por consumir em locais fechados como são, por exemplo, os *shoppings centers*, expressa um desejo pelo distanciamento das classes altas em relação

as classes menos abastadas, algo que ficou evidente durante o fenômeno dos rolezinhos<sup>21</sup>. Para Pinheiro-Machado e Scalco (2014), o fato de os rolezinhos terem sido o assunto mais debatido nas redes sociais e na mídia impressa entre dezembro de 2013 a janeiro de 2014 deve-se, sobretudo, a ferida aberta da segregação social e racial na sociedade brasileira, o que permite espaço para o pensamento e a realização da política cotidiana nas entranhas de uma sociedade segregada. As autoras ainda destacam pesquisa do Datafolha<sup>22</sup> que mostrou que, naquele período, 80% dos paulistanos desaprovavam os rolezinhos e 72% entendiam que a polícia militar deveria agir para reprimi-los.

Face a este fenômeno, devemos insistentemente nos questionar sobre os rumos de uma sociedade que constrói espaços que são a materialização e a consolidação, na cidade, das desigualdades sociais.

Vale lembrar que habitar a cidade, ao longo da história, nem sempre significou coisa semelhante, e que os muros erguidos obedeceram a uma variedade de sentidos. Objetivamos, em que se pese as possibilidades e as limitações desta pesquisa, compreender parte do sentido histórico dos novos muros, uma vez que estes são agora: 1. Reflexos de uma lógica de (re)produção urbana que é a da fragmentação socioespacial<sup>23</sup>; 2. Seguindo o primeiro ponto, são também uma alteração qualitativa na morfologia urbana das cidades; 3. Estão a delimitar o lugar social das classes no espaço e, com isso, impactam também o sentido do espaço público. Na prática, o que fazem os enclaves fortificados é apropriarem-se do público convertendo-o em privado.

---

<sup>21</sup> O episódio dos rolezinhos destaca os termos de uma sociabilidade juvenil e de uma sociabilidade de elites (entenda-se elites num sentido mais amplo, abarcando também as classes médias mais privilegiadas no cenário urbano). Esses jovens que iam juntados em grandes grupos em busca de entretenimento no shopping center o faziam como o fazem em seus bairros, na periferia da cidade. O diferencial está no fato de que, ao irem para o shopping center, estavam desafiando uma barreira de classe. A barreira dos muros, do limite das guaritas, portarias, e da vigilância privada separa simbólica e fisicamente as classes no espaço da cidade. Ao saírem do “pedaço”, recorrendo ao termo de Magnani (1992) no estudo das sociabilidades da periferia, entravam num outro lugar, produzido sumariamente a partir dos princípios da segregação e do distanciamento socioespacial. Os jovens da periferia provocavam, portanto, os padrões de divisão de modo que não acontece quando estão circunscritos ao “pedaço”. A lembrança de Bauman (2007) também é oportuna, acerca dos guetos involuntários, dos pobres, e dos guetos voluntários, dos ricos. Os guetos involuntários seriam territórios de onde os pobres não tem permissão de sair e onde os ricos não vão. O efeito provocado pelos jovens do rolezinho, ao adentrarem um gueto voluntário, só pode ter a amplitude destacada porque esteve a desafiar os limites de uma separação intencionalmente produzida.

<sup>22</sup> Fonte: pesquisa divulgada pelo Instituto Datafolha em 23 de janeiro de 2014.

<sup>23</sup> Sobre o caráter da fragmentação socioespacial ver em Souza (2008). Para o autor, não se deve confundir segregação e fragmentação socioespacial. A fragmentação significa uma transformação qualitativa em relação a primeira, à medida em que se acrescenta a ela e a agrava.

## 2.2 O histórico dos muros e os sentidos da vida na cidade.

A cidade nunca preservou uma dada forma e sentido no curso da história humana. Ao contrário, esse termo usado para designar agrupamentos humanos dos mais diversos já obedeceu a formas de estruturação muito variadas. No seu nascedouro, a *pólis* grega era pensada no encontro e no exercício da política; esta que guardava também outro sentido, ligada a própria noção de bem-comum. A cidade, *lócus* da vida pública e da realização da atividade política, orientava também uma outra relação com o trabalho, posto em oposição a prática democrática, de onde se justificava cosmologicamente a escravidão, direcionada aos povos tomados como inferiores, garantindo que os cidadãos dispusessem de tempo livre para participação direta na democracia.

Houve um tempo também em que a cidade era a proteção do intramuros frente a invasões estrangeiras. Estar na cidade era situar-se numa fortaleza fortificada com objetivo de preservar a vida humana. Também com origens na Grécia Antiga, esse modelo de cidade murada, uma fortaleza contra invasões estrangeiras, entende-se para a Idade Média, onde o feudo circundava a vida a um microcosmos restrito, sob os domínios do senhor feudal e, conseqüentemente, da realeza. A servidão como atividade produtiva se adequava a esta relação com o espaço.

A cidade industrial, do trabalho livre, não poderia mais estar circunscrita aos muros da Idade Média. A atividade industrial alterou radicalmente as relações entre a vida humana e o espaço. Destacamos a emergência de uma nova relação com o público, ou mesmo, de uma nova concepção de espaço público. Estavam postos, portanto, os movimentos de um novo tempo histórico. O ensaio teórico de Engels (2008) e a poesia de Baudelaire aos olhos de Benjamin (2015) são referências clássicas sobre a experiência moderna das cidades. No texto de Engels, estavam descritas as condições do proletariado fabril inglês e as contradições na questão da habitação entre os bairros burgueses e os bairros operários – chamados espaços de miséria. A vida humana em meio a multidões e aos signos da vida metropolitana – a própria questão da experiência, foram matéria de Benjamin<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> O desencantamento com o progresso tecnológico foram matéria ostensiva da poesia de Baudelaire. Benjamin, inspirado pela figura heroica da modernidade, imortalizada na poesia, o *flâneur*, procurou captar as transformações históricas da Paris oitocentista, ambiente vibrante, contraditório, e nascedouro de um conceito de modernidade urbana: O *flâneur* reaviva no imaginário a ideia de um cidadão transeunte, que consegue tomar a cidade artisticamente numa espécie de distanciamento do caos e da insegurança das cidades modernas, mesmo sem deslocar-se completamente do espaço no qual está inserido. A ideia desse ser que vagueia pela cidade nos remonta aos valores calcados pela experiência da cidade moderna de acessibilidade, livre circulação e mobilidade.

O surgimento de análises cunho sociológico e a estruturação da sociologia como disciplina no campo científico também são fruto da industrialização e dos novos modos de vida humana nas cidades. Foram inaugurados também novos paradigmas para outras áreas da ciência como a geografia e a arquitetura. Filosoficamente, eticamente, esteticamente e socialmente, o universo humano não era mais o mesmo. Configurava-se, no âmbito do pensamento, um tipo de reflexão sobre a própria a modernidade e a existência de um mundo coletivo hiperbolizado, da sociedade de massas. Ao nos referirmos a este processo estamos falando também do aparecimento dos chamados modos de vida urbana, referentes a um estilo de vida dominado pelo trabalho assalariado e mais fluído no espaço da cidade.

No nosso tempo histórico vemos contradições e alterações na relação entre homem e espaço que não param de surgir. Presenciamos, por exemplo, o ressurgimento de mecanismos de segregação e confinamento. Para Ferreira (2014,) a cidade que se abria, volta a se fechar. Nesses termos, os valores da cidade moderna de livre circulação, acessibilidade e mobilidade são desafiados pela busca por segurança no espaço das cidades. Graham (2016) coloca que o inimigo, outrora externo, passa a estar dentro da própria cidade, de onde se tira a motivação para a existência de um urbanismo militarizado, nos termos do autor, ou ainda de uma arquitetura do medo (BAUMAN, 2008).

### **2.3 Adentrando as estruturas de segregação e confinamento: da fragmentação ao distanciamento socioespacial.**

Desde as origens da cidade industrial as desigualdades econômicas passam a se configurar também enquanto desigualdades espaciais. Encontramos em Santos (2014) a referência adequada para esse fenômeno enquanto desigualdades de um caráter socioespacial. As condições de habitar a cidade, assim, passam a ser um problema de referencial: a depender do lugar de onde se vê, mudam-se ritmos, relações, dinâmicas, expressões, gestos, condutas e afetos que circulam.

O paradoxo da cidade moderna é, também, parte do descompasso irresoluto do capitalismo: criam-se a possibilidades de fluidez entre classes sociais, tal qual são criadas novas formas de apropriação ampliada do espaço; ainda assim, persistem estruturas muito sólidas de separação e a insegurança torna-se uma das marcas mais poderosas da cidade burguesa. De algum modo, o capitalismo ofereceu as possibilidades de apropriação e uso do espaço enquanto, na mesma medida, as tolheu pela via da desigualdade. Voltando a Benjamin, o encantamento do *flanêur* pelas luzes e movimento da cidade e o



desencantamento de Baudelaire com o progresso tecnológico são parte do mesmo fenômeno; aspectos irreconciliáveis da modernidade urbana.

As antigas estruturas de segregação não desaparecem com a mudança de século, mas se ajustam as novas demandas do acúmulo continuado de capital. O avanço do neoliberalismo, nas últimas décadas do século XX, trouxe a passagem de uma economia baseada a indústria para uma economia pautada nos serviços. Dos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos, a economia dos serviços caracteriza-se, sumariamente, pelo trabalho informal. Com o advento do neoliberalismo, o capital foi reempoderado em relação ao trabalho:

(...) Mas o uso do poder estatal para transcender a barreira da organização do trabalho tem sido muito efetivo desde meados da década de 1970 em muitas partes do mundo. Outro método é facilitar, se não subsidiar, a mobilidade do capital para que ele possa se deslocar para onde haja condições de negócio mais vantajosas, incluindo oferta de trabalho e organização fraca do trabalho (como nos assim chamados Estados antissindicatos do “Direito ao trabalho” no Sul dos EUA). A competição interurbana, inter-regional e internacional por parte dos aparatos estatais por investimentos de capital tem um papel importante aqui (HARVEY, 2011, p. 60).

Nesse contexto, os indivíduos veem-se desprotegidos de todas as estruturas sociais que poderiam garantir padrões mínimos de segurança e dignidade humana. As novas relações do mundo globalizado fragmentam, cada vez mais, a vida individualizada, que não tem mais garantias sobre o trabalho, segurança ou moradia. A quebra da estabilidade e o aumento vertiginoso das desigualdades sociais são razão para que Bauman (2001) atribua ao medo o papel de afeto fundamental da modernidade líquida.

Souza (2008) destaca como a cidade tradicional não era tão segura, ordenada e harmônica como, por vezes, se imagina. Contudo, o medo da violência não era mais assustador do que o medo da fome, das doenças e das guerras. A novidade histórica do que o autor chama de fobópole – um contexto urbano dominado pelo medo, pela sensação de insegurança e marcada pela militarização do urbano – estaria num ponto em que a sensação de insegurança nem sempre é correspondente a violência estatística. Nos termos de Sposito e Góes (2014), há que se diferenciar a violência real da violência representada. Estas distinções permitem identificar o medo como sendo propriamente um afeto social, que se multiplica nas diversas camadas da sociedade, traduz-se em novas formas de habitar o urbano e não se relaciona diretamente com os números da violência ou com o risco iminente.

Apenas a partir da consideração de um cenário urbano no qual o medo e a insegurança ocupam a centralidade das dinâmicas do cotidiano é que se pode explicar a ocorrência generalizada de mecanismos de segregação e confinamento do tipo dos enclaves fortificados e, conseqüentemente, dos loteamentos residenciais murados. Para Raposo (2012)<sup>25</sup>, não é possível anteceder a cidade burguesa quando se trata da origem dos condomínios fechados. A autora observa que a ordem tradicional não precisava de barreiras físicas para assegurar suas enormes distâncias sociais. De fato, a modernidade, com o advento da industrialização e da urbanização, traz em seu bojo os pressupostos de um tipo de segregação socioespacial que é esta produzida por condomínios fechados. A autora ainda sinaliza que é significativo que esse modelo de empreendimento tenha surgido, no caso inglês, no subúrbio de cidades industriais como Manchester e Londres.

Em meados dos anos 1990, a proliferação de empreendimentos do tipo dos condomínios fechados e demais loteamentos residenciais murados já era um fenômeno globalizado. No Brasil, com pujança nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, esses enclaves passavam a se direcionar para a periferia das cidades, ocupando faixas de terra cada vez mais extensas, e invertendo a antiga lógica do centro rico e da periferia pobre, como observa Caldeira (2011). No restante do país, com destaque para o interior do estado de São Paulo, empresas outrora ligadas à indústria pesada da construção civil, como é o caso do Grupo Encalço, compreenderam que a construção de *shopping centers* e de loteamentos residenciais murados era uma forma lucrativa de diversificação de atividades e compensação de lucros, passando então a expandir suas ações para o ramo da incorporação imobiliária. Hoje, os Residenciais Damha são a marca mais presente desse tipo de empreendimento no interior paulista.

Nos vemos diante de um momento urbano onde proliferam-se enclaves e a busca por segurança no espaço das cidades é forte mercadoria de especulação, sobretudo por parte do mercado imobiliário. A cidade, outrora espaço de encontros, contato e livre circulação encontra bolhas exclusivas que produzem, em escala sempre ampliada, as descontinuidades territoriais. Nesse contexto, as elites urbanas guardam cada vez menos relações com o local, estando desligadas dos assuntos de “sua” cidade (BAUMAN, 2007).

---

<sup>25</sup> Raposo (2012) discute a origem dos atuais condomínios fechados (CFs) a partir da contestação de duas teses originárias apontadas para este fenômeno: a da Cidade Jardim, de Ebenezer Howard (1850 – 1928), e a das cidades europeias pré-modernas, de muralhas fortificadas, procurando apontar como, a despeito de possíveis semelhanças, o que as difere dos atuais empreendimentos analisados é uma alteração qualitativa no sentido da segregação, algo que só faz sentido no período histórico moderno: trata-se de uma segregação que é também fruto de um processo de autosegregação, da busca de distinção entre as classes sociais no espaço da cidade e do medo dos efeitos colaterais da desigualdade econômica.

Para as camadas subalternas da sociedade, o espaço não é razão de preocupação ou despreocupação, mas, antes, de sobrevivência imediata e de condições de existência dignas na cidade.

Se falamos em autossegregação enquanto processo intencional de produção de isolamentos socioespaciais, o que está fundamentalmente ligado aos interesses das classes mais abastadas, poderíamos tratar a questão também enquanto uma gestão da separação. Se, por um lado, deseja-se estar distante das mazelas sociais da vida urbana e do contato com grupos sociais desprivilegiados, por outro, o ingresso desses grupos no universo das elites não deixa de se estabelecer no âmbito da prestação de serviços. Esta relação, expositora de uma das maiores contradições da sociedade brasileira, é bem retratada no filme “Que horas ela volta? ”, de Anna Muylaert. O que chamamos de gestão da separação, neste caso, é o que se poderia traduzir como uma gestão do contato com a pobreza, entendendo que o objetivo desta não é extirpar a relação com as classes subalternas, mas circundar disciplinarmente tal interação às regras do domínio da força de trabalho.<sup>26</sup>

Em campo, observamos o quanto a preocupação com aqueles vem “de fora” e ingressam um espaço residencial fechado é ostensiva, sobretudo quando o enfoque são os trabalhadores da prestação de serviços, como entregadores e afins:

[Sobre o ingresso de funcionários no residencial]:

*(...). Esse esquema de entregas, dos horários, isso também é de segurança. Geralmente é o morador quem precisa ir buscar uma encomenda na portaria. E, por exemplo, se você pede uma comida, eles não podem entregar aqui dentro. Trocam bastante de porteiro também, eles fazem o período, acho que são 3 ou 2 períodos. São dois porteiros por turno.*

Maurício (22) e Patrícia (59).

*O Damha tem estabelecido desde o começo as comissões. (...) “como se faz o controle de um entregador de pizza que surge às 2h da manhã?”. Pode ser que não aconteça nada, mas de repente é uma pessoa que se vestiu de entregador de pizza e ele vai aproveitar essa vulnerabilidade das pessoas para poder entrar. Se resolve que “a partir de tal hora o segurança vai acompanhar essa pessoa de moto”, por exemplo. Então é para tudo isso que serve a Comissão de Segurança.*  
Cristina (50).

---

<sup>26</sup> A lembrança de intérpretes do Brasil como Sérgio Buarque de Holanda, de *Raízes do Brasil*, e Gilberto Freyre, de *Casa Grande & Senzala*, é significativa para demonstrar como o Brasil atual não se despreendeu dos modos de vida coloniais, ainda mais quando se destaca o âmbito do lar, que segue a admitir o contato com a pobreza desde que circunscrito as hierarquias da exploração da força de trabalho.

O que garante a continuidade de uma relação estrita entre as classes sociais mais abastadas e os trabalhadores da prestação de serviços é a necessidade que a primeira classe tem do tipo produto que é oferecido pela segunda. O contato se dá por razões de dependência. Nesse prisma, não há nenhum tipo de espontaneidade no contato e na interação social.

Esse dado é sintomático para pensarmos o quanto as sociabilidades, e ao tratar de sociabilidades falamos sempre da sociabilidade de uma classe ou fração de classe social, estão “naturalmente” segregadas. O distanciamento entre as classes sociais não é um fenômeno restrito aos espaços residenciais fechados. Contudo, esses empreendimentos caracterizam-se por circunscreverem disciplinarmente o contato entre as classes através dos muros, das câmeras de segurança e dos cartões de ingresso. Essa forma de controle é chamada de segurança.

Ao discutirmos as relações de sociabilidade e a vida cotidiana considerando a presença de estruturas de segregação e confinamento deve-se pensar que o caráter das interações sociais nesses espaços não é semelhante ao modo como essas relações se dão nos espaços públicos. Nos enclaves fortificados, as barreiras físicas e simbólicas atuam de modo a condicionar o comportamento dos corpos pelo espaço. Isso explica, em alguma medida, o incômodo generalizado de parte da sociedade brasileira no caso dos rolezinhos: aqueles jovens traziam corpos “estranhos” ao ambiente em que estavam. Isso era percebido pelas roupas, pelo modo de se comunicar, andar, gesticular; em grupo, cantavam, falavam alto, se mostravam.

Portanto, os princípios de vigilância e controle, que são característica de todos os tipos de enclaves fortificados, nos levam a questionar aquela sociabilidade que se desenvolve valorizando e desejando um conceito de segurança que naturaliza a segregação<sup>27</sup>. Isso é importante tomando como ponto de partida os autores que teorizaram sobre o conceito de sociabilidade de modo pioneiro, como Simmel (2006), para quem a sociabilidade era o resultado indeterminado das interações sociais livres e espontâneas.

#### **2.4 Relações entre sociabilidade e cotidiano no contexto das cidades-médias.**

As sociabilidades urbanas tem sido uma importante fonte de entendimento das relações socioespaciais (SANTOS, 2010). Para tanto, faz-se necessária uma explicitação

---

<sup>27</sup> A passagem da cidade fabril para a cidade dos serviços é, novamente, vista com clareza, já que a clausura e a vigilância da fábrica agora se estendem para toda a vida social sob a forma de desejo de uma vida urbana protegida, segura e, nesses parâmetros, segregada.

do que está contido quando falamos em sociabilidade, já que este conceito pode assumir sentidos variados. As contribuições de Georg Simmel (1858 –1918) neste item são centrais e parecem estar longe de perder sua atualidade. Em uma de suas definições para o conceito, Simmel (2006) toma a sociabilidade como um jogo onde as pessoas jogam/desempenham a própria sociedade. Dessa forma, olhar para a sociabilidade é estar diante de um “confronto sempre contraditório e agonístico com as ordens normativas e os padrões culturais mais amplos da sociedade” (MAIA, p. 4, 2001).

Simmel (2006) entendia a sociabilidade também enquanto “a forma lúdica da sociação”. A sociação é a forma através da qual os indivíduos, motivados por suas paixões e interesses, unem-se em sistemas de colaboração e cooperação, constituindo a base da sociedade humana. Já a sociabilidade se constitui como uma instância na qual, diferentemente da sociação, a forma já não mais se submete ao conteúdo, tendo uma finalidade em si, sendo ela mesma seu próprio conteúdo. Logo, vê-se a constituição de uma “forma pura”, que tem sua espontaneidade preservada por seu caráter imprevisto e indefinido:

O que é autenticamente “social” nessa existência é aquele ser com, para e contra os quais os conteúdos ou interesses materiais experimentam uma forma ou um fomento por meio de impulsos ou finalidades. Essas formas adquirem então, puramente por si mesmas e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais; esse é justamente o fenômeno da sociabilidade (SIMMEL, 2006, p. 64).

Essas interpretações para o conceito de sociabilidade apontam para um fenômeno no qual a espontaneidade da ação dos indivíduos em suas múltiplas relações forma uma manifestação livre, incerta e que não se cristaliza com o tempo; mas, ao contrário, está a ser produzida ininterruptamente pelo fluir da vida cotidiana.

O pensamento de Simmel coincide com uma postura que, hoje, parece sensata para teoria social, que consiste numa recusa das interpretações “macro” que rebatem em modos mecânicos de interação social, estritamente reprodutores das definições mais estruturantes da sociedade. Também há uma recusa de compreender as ações dos atores individuais como plenamente desprendidas de estímulos que são exteriores e independentes das vontades subjetivas. A própria relação estabelecida no título de um dos textos mais conhecidos de Simmel, “A metrópole e a vida mental” (1902) já dão ao leitor indicativos de que o conteúdo daquela obra pretendia conectar o “eu” e o “mundo”.

O caráter de espontaneidade, imprevisibilidade e indefinição que assume o conceito de sociabilidade a partir de Simmel também aponta para um distanciamento das

teorias sistêmicas e organicistas da sociedade, que tomam o social enquanto um ordenamento lógico e racional entre as partes. Simmel situa-se assim nos entremeios que podem escapar as teorizações mais gerais acerca do social e das que tomem como absolutas as manifestações dos microcosmos da vida. Acreditamos na vivacidade que essa resolução dá ao pensamento social, já que refina o olhar analítico para relações nem sempre previsíveis, e que compõe parte expressiva da complexidade das mais variadas formas de reflexões sociológicas. Nesses termos, não é mais o “macro” que esgota ou totaliza o “micro”; mas vê-se que as micro-instâncias do social são capazes de revelar dados sobre os fenômenos do macro.

Ademais, atribui-se a Simmel o relevo dado aos estudos da dimensão lúdica para o entendimento do social (MAIA, 2001). O fenômeno da sociabilidade, neste sentido, pode ser pensado como uma interpretação das interações livres e espontâneas dos indivíduos em sociedade, que dão materialidade para as contradições sociais passando sempre pelo campo do simbólico, da simbolização. A ideia de que a sociabilidade é um “jogo” no qual as pessoas jogam a própria sociedade traduz bem o propósito de análises desse tipo:

Como um jogo social, a sociabilidade pode tomar muitas formas, desde as mais universais presentes no “instrumento mais abrangente da vida comum da humanidade – a conversação” (SIMMEL, 1997, p. 126), até as mais específicas, tal como no jogo erótico do flerte, ou da sedução. O elemento de “jogo” sugere o modo complexo pelo qual os indivíduos podem se identificar e se inserir nas categorias socialmente construídas; abre questões acerca do modo pelo qual podemos nos apresentar para outras pessoas e manejar nossa própria apresentação, e indica, ainda, o caráter inevitavelmente construído das convenções, e, portanto, da própria realidade social (MAIA, 2001, p. 9).

As sociabilidades urbanas são permeadas a todo instante por isso que se chama de dimensão lúdica do social, ou, em outros termos, poderíamos dizer que são sua própria forma. O vivido é o campo onde as contradições materiais da sociedade ganham corpo, com os ritmos e os dramas da vida urbana. A sociabilidade, enquanto eixo de análise, é um modo de captar as traduções incessantes entre a vida vivida e as determinações mais gerais da sociedade. Logo, a necessidade de que as sociabilidades urbanas se estabeleçam como campo de estudo, se deve ao fato de que estas são um modo de revitalizar a teoria social interessada em desvendar as formas e os conteúdos que emanam das interações entre a materialidade do presente histórico e os signos do cotidiano.

Essas considerações fazem com que, em estudos dessa natureza, o cotidiano assuma uma centralidade no entendimento do social. Para Seabra (2004), o fenômeno da

metropolização dos espaços eleva o cotidiano ao patamar de conceito. Isso é importante quando pensamos as tensões do processo contraditório de desenvolvimento das cidades, que conformam territórios da clausura e do confisco do tempo, mas também guardam a potência da pluralidade e da diversidade das interações sociais. Nesses termos, a vida cotidiana como conceito “corresponde a uma articulação que totaliza espaço e tempo na modernidade, que reúne e distingue, em diferentes níveis, o particular e o geral, o singular e o universal, o abstrato e o corpóreo” (SEABRA, 2004, p. 181).

A teorização acerca das operações da vida cotidiana exige a interpretação das transformações dos modos de vida urbana em concomitância com a emergência de novas relações de trabalho, o problema latente da moradia, as formas de mobilidade urbana e os tempos de lazer. Passamos da cidade da fábrica para uma economia com a presença forte dos serviços, novas tecnologias foram incorporadas a vida dos indivíduos; aplicativos de mobilidade urbana estão a impactar as formas de deslocamento na cidade; tecnologias do mesmo tipo também representam uma nova fase na precarização do trabalho. Essas contradições impõem novos parâmetros e demandam novas soluções para agentes públicos e privados.

Cabe ressaltar ainda que a metropolização dos espaços se relaciona também ao contexto das cidades médias (FERREIRA, 2014). Mesmo não conhecendo alguns fenômenos com a velocidade e a radicalidade das cidades metropolitanas, as cidades médias se incluem nas alterações demográficas, econômicas e tecnológicas inscritas na metropolização. Nessas cidades, o cotidiano é transformado dentro de relações contextualmente específicas no âmbito dos usos do tempo e do espaço, bem como nas dinâmicas estabelecidas entre essas cidades e o entorno de cidades menores que as circundam. Essa colocação nos permite também observar as diferenças entre as cidades médias, enquanto locais de centralidade distantes da metrópole, e as cidades de porte médio que, a depender de sua posição geográfica, não guardam nenhum papel de centralidade.

Um conceito que nos auxilia na discussão sobre a posição que as cidades médias ocupam no contexto do atual processo de urbanização é o de cidade-região. Entende-se que a cidade-região é uma unidade espacial a ser considerada para entender o atual sistema de cidades em suas múltiplas escalas (BEZERRA, 2017). Este conceito visa reorientar os aportes teórico-metodológicos implicados nas leituras sobre a urbanização, de modo a abarcar a diferenciação das redes geográficas e seu devido papel nas formas de (re)produção urbana.

A cidade-região, enquanto unidade espacial, não está plenamente desvinculada dos processos que se desenrolam nas áreas metropolitanas, mas capta processos interiores no curso da urbanização, compreendendo, por exemplo, os fluxos entre as cidades médias e pequenas que não necessariamente passam pelos espaços metropolitanos (MARANDOLA JR; OJIMA apud BEZERRA, 2017). Ademais, são uma forma de compreender o fenômeno urbano em suas múltiplas variáveis, já que este ocorre também a partir da produção da diferenciação entre as escalas geográficas (BRENNER; SCHMID, 2016; HARVEY, 2011).

O emprego do conceito de cidade-região, portanto, reajusta uma relação entre as metrópoles, as cidades-médias e as cidades pequenas, entendendo que essas últimas nem sempre podem ser compreendidas à luz de teorias direcionadas aos cenários metropolitanos. Seguindo as considerações de Bezerra (2017):

O conceito de cidade-região pode ser identificado em algumas escalas geográficas do espaço, como relatado por Simões e Amaral (2011, p. 566), quando enfatizam o aumento do fluxo intrarregional e a desaceleração da migração demográfica para os grandes centros urbanos, ocasionada, em parte, pela oferta de serviços e pela disponibilidade de acesso a bens de consumo mais próximos da população que vive nas cidades menores, formentada, em grande parte, pela difusão das políticas de repasse de renda registrada nas últimas décadas no Brasil (JARDIM, 2011). E, mesmo com seu afastamento das grandes regiões metropolitanas, estas cidade-região possuem ligações com estes centros maiores, seja por conexões aéreas, pluviais ou rodoviárias, mais comuns para esse nível de cidade (BEZERRA, 2017, p. 169).

Logo, destacamos que, seja na forma de cidade média ou a partir do conceito de cidade-região, a ocorrência de conceitos que consideram a escala na reprodução geral do urbano são um intento de abarcar as dinâmicas urbanas diferenciais. Desde Lefebvre (2019), já se tinha a noção de que compreender o urbano em termos de totalidade implica também desvendar as diferenças produzidas pelo urbano. Diferenças a partir das quais este se reproduz. De modo que, quando tratamos das cidades médias, o que se destaca não é a mera extensão, em proporções diminutas, dos fenômenos que se desenrolam na metrópole. Tampouco se refere estritamente ao número de habitantes. Em suma, trata-se, sim, da função de articulação e centralidade numa dada rede urbana. Nesta definição, apontamos os critérios elencados por Amorim Filho e Serra (2001) na classificação das cidades médias:

- I. Interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;



- II. Tamanho demográfico e funcional suficiente para que se possam oferecer leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; suficientes, sob outro ponto, para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrarem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas;
- III. Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- IV. Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização como o espaço rural microrregional que o envolve;
- V. Diferenciação do espaço intra-urbano, como centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos. (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 9).

Associando o fenômeno das sociabilidades com as formas diferenciais de reprodução urbana, acerca das quais os conceitos de cidade-região e de cidades-médias contribuem para a delimitação da unidade espacial a qual está voltada a presente pesquisa, procuramos definir também o caráter específico de produção do cotidiano neste contexto, visando explorar as formas de interação social derivadas de estruturas de segregação e confinamento, no caso, dos loteamentos residenciais murados, e as decorrentes formas de apropriação material e simbólica da cidade por parte de seus moradores.

Nos vemos, assim, na necessidade de pesquisas que tenham as sociabilidades urbanas como objeto afim de desvelar as formas que o cotidiano assume num momento de transformações aceleradas na relação entre tempo e espaço nas cidades. De nenhuma maneira isso deve significar que a reflexão sobre a vida em suas formas rotinizadas seja um afastamento radicalizado de todas as contribuições que as teorias sociológicas mais ligadas ao “micro” ou ao “macro” tenham nos deixado, nem ignorar os denominadores mais evidentes que derivam dessas análises. Maia aponta uma resolução importante para esse paradoxo quando observa que “não se trata de abolir as distinções entre a micro e a macro teorização sociológica”, mas sim de “encontrar ferramentas conceituais apropriadas para apreender o modo pelo qual as dimensões do “micro” se relacionam com as do “macro” (MAIA, 2014, p. 14).

Esses esclarecimentos são fundamentais como ponto de partida dessa operação pretendida pelos estudos de sociabilidade urbana, já que a aproximação dos microcosmos da vida social não representa apenas um interesse empírico estrito e específico. Ao contrário, o cotidiano é sempre uma tradução e uma (re)interpretação de fenômenos

sociais mais amplos. Nesses casos, o local contribui para a explicação do geral tanto ou mais do que o geral para o entendimento do local. Ainda que o geral, neste caso, se refira a uma faceta de um fenômeno ainda mais amplo que é o da urbanização.

## **2.5 Sociabilidades e a problemática do sujeito.**

Outro aspecto decisivo para as discussões sobre as sociabilidades urbanas é o papel do sujeito nas relações sociais. Ao refletirmos sobre o sujeito, estamos tocando, logo, nas discussões entre ator e agente, onde cabem algumas definições. A distinção entre essas categorias ressalta o fato de que as ações têm motivações das mais distintas, abrindo campo para o entendimento tanto das intencionalidades e estratégias do agir, como também para o caráter passivo e de reprodutibilidade de algumas dimensões da ação.

De acordo com Ferreira (2014), o sujeito é uma categoria analítica que engloba as de ator e agente. Envolve, portanto, um nível maior de complexidade. O ator refere-se a dimensões mais envoltas nas estratégias e nas relações de poder. Configura-se, assim, em razão de um papel ativo, levando em conta sua posição e as dinâmicas decorrentes de sua participação. Já o agente, embora não esteja desligado da dimensão prática, tem sua ação passiva no que se refere as intencionalidades do agir.

O pensamento de Simmel procura conectar o sujeito e as formas. As sociabilidades são construídas a partir do jogo entre essas interações. Para Simmel, o ator sempre preserva uma possibilidade de exercer influência sobre as formas. Nesse sentido, as formas têm um caráter dual, são superiores aos atores, ao mesmo tempo em que são a eles submissas (MAIA, 2001).

A riqueza do pensamento simmeliano pode estar no fato desse autor ter percebido tanto a possibilidade de uma inércia da ação, da falta de reação aos estímulos da cidade grande, quanto no olhar atento para a espontaneidade social que emana dos atores. Tanto o caráter *blasé* como a intensificação da intelectualidade na cidade grande ligam-se, ambos, aos estímulos nervosos que se alteram rapidamente e se condensam em seus antagonismos (SIMMEL, 2005).

O caráter *blasé* não se relaciona propriamente a falta de percepção das coisas, mas sim na incapacidade de reação. A atividade *blasé* é então aquela marcada pela inexpressividade, pelo embotamento que deriva do denominador comum do dinheiro – que encerra a pluralidade dos objetos a um *quantum* determinado (SIMMEL, 2005).

Essa indistinção frente a variedade pode ser lida como um esgotamento gradativo da potencialidade dos sujeitos na cidade da economia monetária<sup>28</sup>. Já apontamos que em Simmel há sempre uma possibilidade de saída ligada a espontaneidade da ação dos atores. Haveríamos de pensar, portanto, qual o nível de presença da atividade *blasé* em nosso presente, e em formas de cidade que possam funcionar como antídoto para o arrefecer dos modos de expressividade ativa.

Benjamin também refletiu sobre o indivíduo afetado pela vida metropolitana. O pensamento sobre a experiência, que é experiência urbana, é mais uma forma de ligar o sujeito e a cidade. Inspirado pela poesia de Baudelaire, o autor descreve a partir das vivências do *flâneur* as transformações do tempo histórico e os significados que elas poderiam ter para a vida humana. Assim, o *flâneur* é uma afirmação dos próprios valores da cidade moderna de acessibilidade e livre-circulação.

O modo pelo qual esse cidadão transeunte flana pelas ruas da cidade é o despertar de um sentimento de curiosidade e inspiração pela nova vida moderna, que tem vazão numa espécie de ócio permanente, um distanciamento artístico dos problemas concretos para a liberdade de explorar os *boulevares*.

De maneira radical, a experiência do *flâneur* se difere daquela do indivíduo *blasé*. Não obstante, ambos constituem nossa bibliografia mais elementar sobre o surgimento da experiência moderna das cidades. Essas leituras nos ajudam a identificar aspectos contraditórios da vida urbana, que ora parece oferecer uma amplitude de sensações e despertar a curiosidade, e ora corrói a capacidade de reação vívida aos estímulos exteriores. Nos dois casos, vemos o sujeito imbricado num transcurso que o ultrapassa provocando o agir.

O curso do *flâneur* e a atividade *blasé* são como pontos opostos numa escala imaginária de ação. Ao mesmo tempo, ir de um ponto a outro não parece nada improvável. O “*blasé*” e o “*flâneur*” convivem, estão imersos na multidão que forma o caráter da vida metropolitana. E, nesse caso, a materialidade do cotidiano oscila entre o afetar-se e a distância da afecção. O próprio ritmo acelerado da vida nas cidades, sobretudo nos contextos metropolitanos, parece empurrar a vida para mais próximo da figura simmeliana. Já o *flâneur* requer um distanciamento das limitações da concretude para

---

<sup>28</sup> Lembramos como Nietzsche é um pilar para as reflexões de Simmel: “Nietzsche vê a condição para o pleno desenvolvimento dos indivíduos na luta mais brutal dos singulares, ou o socialismo, precisamente na manutenção do nível mais baixo de toda concorrência – em tudo isto atua o mesmo motivo fundamental: a resistência do sujeito a ser nivelado e consumido em um mecanismo técnico-social” (SIMMEL, 2005, p. 577).

que possa prover da metrópole. Ainda assim, circunscrever os símbolos que o flunar suscita a um campo meramente metafísico talvez seja um grave erro. De certa forma, a ânsia em conhecer o novo, que motiva o agir desse vetor do pensamento benjaminiano, é a expressão do gozo na cidade. Mesmo que distante da realidade concreta, os signos suscitados pelo *flâneur* são a conformação de um horizonte utópico de cotidianidade- que possa envolver uma outra relação entre espaço e tempo, uma nova concepção de ócio.

O cruzamento das interpretações de Benjamin e Simmel nos ajudam a demonstrar como as dimensões da ação dos sujeitos podem ser difusas e diferirem-se qualitativamente. Ao mesmo tempo, este sujeito torna-se um medidor para a cidade: testa seus estímulos, seus ritmos, desafia o cotidiano ofertado pelas relações que nela se desenvolvem<sup>29</sup>.

Se pudermos qualificar a ideia de sujeito que tentamos construir até aqui, um bom termo seria: oscilante. Esse sujeito oscila entre as possibilidades e as impossibilidades, a conformidade e a revolta, a reação e a inércia. Oscila entre as categorias de ator e agente. Do mesmo modo, as sociabilidades urbanas também expressam suas antinomias. O fenômeno da fragmentação socioespacial, por exemplo, é um fator para a produção de um cotidiano que se desagrega, na medida em que segmenta os grupos sociais no espaço e cria ambientes de circulação restrita e homogênea, de acordo com um critério de divisão das classes sociais.

Seabra (2004) também tratou das antinomias do processo urbano que, segundo a autora, são mais do que uma separação formal, mas expressam a natureza da atual fase da formação social capitalista, que tem suas abstrações reveladas no cotidiano:

(...). Na concentração urbana metropolitana foram sendo aprofundadas as separações, pois, não só o centro (velho centro) foi sendo aniquilado como as camadas de melhor renda da sociedade passaram a viver a experiência da retirada dos bairros centrais, com a formação de territórios exclusivos.

Esses territórios do urbano são inscrições espaciais com limites absolutos, visíveis no conjunto da área edificada. Seus limites formam aquilo que se pode identificar como uma “linha dura”, que são as ‘zonas’ de contato, marcadas por singulares experiências de viver o processo urbano (SEABRA, 2004, p. 184).

Observadas as ambiguidades e/ou antinomias do processo urbano, tem-se que a produção e a reprodução das desigualdades socioespaciais, uma vez que conformam

---

<sup>29</sup> Poderíamos recorrer ainda a existência de um terceiro tipo de sujeito na cidade: o observador estático, para o qual *Morte e vida das grandes cidades*, de Jane Jacobs, é a maior expressão. Este observador também é construído pelos impactos que as imagens urbanas produzem em subjetividade. No seio desse universo urbano, o observador passa de figura estática para observador-ator, ou, ainda, observador incorporado.

novos territórios, engendram também outras experiências de urbano, relacionadas a presença ou ausência de fixos e fluxos, ao intercâmbio ou a restrição do contato entre grupos sociais, etc. De tal modo que, para se compreender os atuais significados da fragmentação socioespacial, demandam-se sempre novos estudos acerca das novas morfologias urbanas e do que estas mobilizam em termos de sociedade. No caso dos loteamentos residenciais murados de alto padrão, trata-se de explorar o teor dos vínculos estabelecidos no intramuros e das trocas existentes com o eixo extramuros, numa dinâmica cotidiana que oscila entre a homogeneidade e a imprevisibilidade da cidade aberta.

A bibliografia sobre espaços residenciais fechados em geral tende a enfatizar a produção da segregação e do isolamento socioespacial.<sup>30</sup> Contudo, como temos descrito, as sociabilidades são um fenômeno vivo e estão a se tecer ainda que a partir de estruturas fragmentadas. Devido a isto, tratamos também de uma sociabilidade que se desenrola no intramuros e que, apesar de restrita aos moradores desses empreendimentos fechados, pode apontar para algum tipo de vinculação.

A primeira entrevista realizada no Residencial Damha sinalizou a existência de um vínculo intramuros através de encontros, ora mais frequentes, ora mais esparsos, entre os membros da associação. Mais do que isso, foi possível averiguar que haviam signos específicos daquele espaço:

*(...) aqui você vai ter a oportunidade de entrevistar outras pessoas e você vai perceber que aqui tem um convívio muito grande entre os adultos. Tem muito esse lado de lazer entre os adultos. Tem a quinta para os homens, a TPM, que é a terça para mulheres... teve um encontro agora em janeiro para comemorar os aniversários das moças... das damas, né. Dametes. Damas, vai. Mudou porque elas não gostam de serem chamadas de dametes. E foi um evento que foi muita gente, sabe? O pessoal daqui se encontra muito. Agora vai ter o evento do carnaval... eu particularmente frequento muito raramente porque estou sempre viajando, mas tem muito evento por aqui.*

Maria Clara (38).

A encontros dessa natureza é que chamamos vinculação; este fenômeno está relacionado a vínculos e interações que não aconteceriam sem que houvesse um campo de convivência aproximada originado pelos muros. Outro sentido para a vinculação

---

<sup>30</sup> Os loteamentos residenciais murados podem ser tomados como uma forma conservadora de reprodução urbana, na medida em que visam atenuar e/ou amenizar os efeitos indesejados da desigualdade e da marginalidade socioeconômica, ao invés de solucioná-los. E o fazem apenas para um setor da população. Nesse prisma, a qualidade de vida urbana aparece como mercadoria e não como um projeto de sociedade. Cabe-nos investigar como a sociabilidade se reproduz a partir dessa forma conservadora, o que nos permite identificar parte dos modos atuais de interação entre o homem e o espaço; entre os homens no espaço.

intramuros é a forma como o termo “dametes” ou “damas” é utilizado: ele se refere as mulheres que residem na associação. É possível induzir que o termo venha de uma associação com a marca da urbanizadora<sup>31</sup>, que possui tradição no ramo da incorporação imobiliária, e goza de prestígio dentro deste segmento.

Magnani (1992), ao tratar de contextos culturais na periferia, observou a existência de uma “categoria nativa” consagrada no campo das ciências sociais: “o pedaço”. A referência a este lugar, o “pedaço”, incluía um conjunto de códigos e sinalizava uma trama de relações que envolviam lealdades, signos compartilhados, pertencimentos, etc. Habitar este espaço era como que dotar de sentido a existência de um cotidiano específico para essas populações:

E aí que se tece a trama do cotidiano: a vida do dia-a-dia, a prática da devoção, o desfrute do lazer, a troca de informações e pequenos serviços, os inevitáveis conflitos, a participação em atividades vicinais. Para uma população sujeita às oscilações do mercado de trabalho, à precariedade dos equipamentos urbanos e a um cotidiano que não se caracteriza, precisamente, pela vigência dos direitos de cidadania, pertencer a um *pedaço* significa dispor de uma referência concreta, visível e estável – daí a importância do caráter territorial na definição da categoria. Pertencer ao *pedaço*<sup>32</sup> significa também poder ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que até mesmo os “bandidos” da vila, de alguma forma, acatam (MAGNANI, 1992, p. 193).

A forma pela qual as moradoras do Damha se referem entre si se assemelha a isso que poderíamos chamar de uma “categoria nativa”. A diferença fundamental do intramuros de loteamentos residenciais murados de alto padrão para os cenários periféricos está no gosto da distinção: o “pedaço” é genérico, embora seja um território delimitado e bem definido na mente dos que lá habitam, não carrega a marca da distinção socioeconômica. Pelo contrário, habitar o “pedaço” é se confrontar com uma situação de marginalidade. A identificação que se estabelece é devida também ao compartilhamento de um cotidiano urbano em que a carência de equipamentos e direitos de cidadania é a tônica dos desafios diários para a sobrevivência. Já os termos “dama” e “dametes” se assentam no reforço de um privilégio. A identificação, neste último caso, não se dá

---

<sup>31</sup> A Damha Urbanizadora refere-se a si própria enquanto detentora do melhor conceito urbanístico do país, atrelando moradia, segurança e lazer. Os espaços residenciais fechados de alto padrão são produto de destaque da Encalco Damha, multiplicando-se, primeiramente, no interior de São Paulo e, atualmente, estando presente em grande parte do território nacional. Informações colhidas do site da urbanizadora: <http://www.damha.com.br/>. Acesso em 02 de março de 2020.

<sup>32</sup> Grifos do autor.

necessariamente pela existência de um cotidiano semelhante, mas sim fato de habitarem um loteamento residencial murado de grife - o *status* da marca.

Logo, enquanto “categoria nativa”, o uso de “dama” e “dametes” é indicativo de pertencimento e denota a existência de um vínculo entre aquelas que compartilham uma característica em comum, no caso, o fato de residirem no mesmo loteamento residencial murado. A expressividade de códigos e ações de convivência que esses termos mobilizam, contudo, parecem diminutas quando comparadas a categoria de “pedaço” explorada por Magnani. Os vocativos “dama” e “dametes”, de acordo com relatos colhidos em entrevista, são utilizados apenas dentro do residencial, e não há indícios o suficiente para afirmar que sejam expressão de um laço cultural rigoroso entre esses moradores, ao ponto de reconhecerem-se genuinamente em atos de colaboração e solidariedade. Algo diferente do que ocorre na periferia, onde valores idiossincráticos vigoram, como a “igualdade”, a “liberdade”, a “justiça”, ou o próprio “proceder”, estabelecendo um forte comprometimento entre os membros daquele “coletivo”<sup>33</sup>.

Ainda assim, o simples fato de expressões como “damas” e “dametes” emergirem no intramuros, denota que há um tipo de vínculo constituído, e que está assentada no privilégio da distinção. Este dado foi um indício de que as sociabilidades do intramuros poderiam ser exploradas.

Atualmente, sobretudo em cenários metropolitanos, grupos das camadas mais abastadas da sociedade vem sendo percebidos por suas especificidades, e são identificados a partir do território da cidade que habitam. É o caso dos “fariálimers”<sup>34</sup>, jovens empresários que dão características particulares a avenida Faria Lima, polo de

---

<sup>33</sup> Feltran (2013) analisa padrões culturais da periferia de São Paulo, observando como a atividade criminal do PCC deu origem a uma espécie de ética de periferia, baseada em conceitos próprios de justiça e autoridade. Essa ética é referida enquanto “proceder”, tendo se popularizado entre grupos periféricos que orientam sua prática cotidiana em resistência à norma vigente, sob a qual estas populações se mantêm em situação de marginalidade. Conhecer o “proceder”, nesse sentido, é entender o tipo de ação esperada para cada situação que ocorra, pautando-se nos valores estipulados entre os “irmãos”: “Sabe-se que o PCC preconiza *igualdade* entre os “irmãos”, que atuam em periferias e cadeias em sistema idealmente despersonalizado de liderança. Sabe-se que os “irmãos” devem “dar exemplo”, ou seja, agir sempre “pelo certo”, zelando pelos ideais de *paz, justiça, liberdade e igualdade* entre seus pares, ou seja, “entre os ladrões, os pretos, os da periferia”. Estudando a historicidade da representação desses valores, tomados em suas concepções internas, pode-se notar a capilaridade com que se constrói a figura típica do “irmão”, correlata à do “anjo” (FELTRAN, 2013, p. 65).

<sup>34</sup> “Faria Limers: como é o jeito de viver de quem trabalha no “condado”. Com os holerites mais altos da cidade, as maiores empresas e o metro quadrado mais disputado, a via torna-se símbolo de riqueza. (...) A vontade de fazer muito dinheiro no menor período de tempo possível acelera o batimento cardíaco dos fariálimers. Em um país com relação tumultuada (e cheia de culpa) com o capitalismo, é um polo que lembra o hipotético encontro entre a nova-iorquina Wall Street e o californiano Vale do Silício, onde essas tribos quase se misturam”. Extraído de VEJA. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/faria-lima-condado-mercado-financeiro/>>. Acessado em: 03 de março de 2020.

empresas multinacionais na cidade de São Paulo. Esses jovens diferem-se por suas roupas, estilos de mobilidade urbana, hábitos alimentares, *know-how* sobre o mercado financeiro, etc.

“Dametes” e “fariálimers” assemelham-se por gozarem de um reconhecido privilégio. O privilégio converte-se em “marca”, ou “semblante” da distinção. Os termos em destaque simbolizam todo o conjunto de desfrutes associado ao ambiente de pertencimento. Observamos, portanto, que entre as elites urbanas também circulam códigos e identificações próprias. Mais do que isso, observamos também como estas identificações estão, sumariamente, ancoradas na segregação socioespacial. Esta segregação contém uma distinção de raça e de classe.

Observa-se como no caso das elites urbanas, os signos assumidos relacionam-se, costumeiramente, aos fatores de diferenciação socioeconômica. Isso se deve não apenas ao fato de “estarem longe” dos pobres, mas também porque o gosto e os vínculos que se estabelecem são em razão da distinção social, algo já muito explicado por Bourdieu:

O estilo de vida das classes populares deve suas características fundamentais, compreendendo aquelas que podem parecer como sendo as mais positivas, ao fato de que ele representa uma forma de adaptação à posição ocupada na estrutura social” [O que encerra uma forma de reconhecimento dos valores dominantes] “O que separa as classes populares das outras classes é menos [...] a intenção objetiva de seu estilo [que] os meios econômicos e culturais que elas podem colocar em ação para realizá-la (BOURDIEU apud GAMBARO, 2012, p. 21).

Ou, ainda:

Não basta lembrar, contra o relativismo semi-erudito, que a ‘cultura’ dominada está marcada, de ponta a ponta, pela cultura dominante e pela desvalorização da qual ela é objeto. A própria cultura dominante deve também suas propriedades mais fundamentais o fato de que ela se define, sem cessar, negativamente em relação às ‘culturas’ dominadas (BOURDIEU apud GAMBARO, 2012, p.21).

Destacamos como este fenômeno da distinção tem um forte componente espacial. A cidade fragmentada oferece palcos para apropriação restrita de grupos que desejam a exclusividade. A velocidade da reprodução urbana pulverizou os antigos polos do “centro rico” contra a “periferia pobre”<sup>35</sup> e novos modos de separação se espalharam pela periferia das cidades grandes e médias. Ao pisarem na periferia, os ricos modificam todo o complexo de relações espaciais daquele espaço, alterando os fluxos de mercadoria e o preço da terra. O aumento do custo de vida nessas regiões faz com que os pobres sejam

---

<sup>35</sup> Ver em Caldeira (2011).



obrigados a abandonarem seus atuais locais de moradia em busca de preços mais acessíveis nas periferias ainda mais distantes do centro.

Aqui cabe uma ponderação: a diferença é o aspecto constitutivo de toda a vida social (DELEUZE, 2018), os estranhamentos, o conflito e as trocas entre grupos sociais distintos fundamenta a experiência moderna das cidades. O espaço público contemporâneo segue a produzir estes estranhamentos, que podem ser identificados como fonte de sustentação do espaço público<sup>36</sup> na contemporaneidade (LEITE, 2010). Contudo, o que se questiona aqui é, justamente, a produção de um cotidiano capturado por estruturas segregadas de *viver à cidade*, o que aponta para uma tentativa de circunscrever a diferença dentro de limites “aceitáveis”.

Enquanto categoria antropológica por excelência, a diferença, produto inexorável das culturas e seu dinamismo, não desaparece nem mesmo em contextos de ofensiva a determinados símbolos e formas de articulação cultural. A literatura pós-colonial (HALL, 2006; BHABHA, 1998) segue a demonstrar como a produção capitalista do espaço/ da sociedade não elimina os focos de produção da diferença, mas os reelabora. Logo, o eixo de questionamento pretendido por esta pesquisa não tensiona a possibilidade de que as culturas sigam a encontrarem novas formas de vigorar e seguir existindo; em movimento. O ponto está em identificar uma tendência geral a redução do intercâmbio entre as classes, que se legitima a partir de um modelo de reprodução urbana empiricamente verificável nas cidades, e que objetiva extirpar um espaço entre os grupos.

Se for possível tratar de uma cultura urbana, relacionada aos modos de produção capitalista do espaço, então este trabalho exerce um papel de crítica aos modelos de reprodução da vida vivida no espaço. Esses passos são a base para as discussões acerca do direito à cidade, ou do fazer-cidade, como formulou Agier (2015). A expansão urbana está a produzir cisões no espaço, o que afeta o fluxo e as dinâmicas das relações. Portanto, discutimos o fenômeno urbano a partir de suas entranhas, que demonstradas pelas antinomias do processo urbano, estão a unir e a dividir os grupos e indivíduos, balizando também as (im)possibilidades de ação e de transformação da vida da cidade.

Nesta direção, tudo aquilo que é eminentemente urbano nos interessa à medida em que também é parte da política em sentido amplo. A cidade que existe enquanto

---

<sup>36</sup> O autor identifica o espaço público como: “(...) uma categoria analítica da sociologia que o vê como um espaço interativo construído a partir das interfaces entre *espaço* e *ação*. Embora se constitua no espaço urbano, é possível entender o *espaço público* como algo que ultrapassa a *rua*; como um conjunto de práticas que se estruturam num certo lugar (LEITE, 2010, p. 84).

virtualidade, aberta ao horizonte utópico (LEFEBVRE, 2016) não é possível de ser prevista ou esperada. Ainda assim, a realidade concreta dos processos que se desenrolam no momento histórico presente expõe – politicamente – os distintos projetos de cidade. A cidade da fragmentação social, neste prisma, não é expressão da simples ação do mercado imobiliário sobre a cidade, mas é produto da intencionalidade da ação de atores empenhados na segregação enquanto novo modo de existência da cidade. Este fenômeno desafia os usos e as apropriações materiais e simbólicas que conferem vitalidade aos espaços.

### 3. VIDA COTIDIANA NA CIDADE DE MUROS: NARRATIVAS DE SOCIABILIDADES CINDIDAS.

#### 3.1 Do trabalho de campo:

A pesquisa empírica do trabalho foi realizada, em torno de 70%, no período pré-pandêmico, o que facilitou a interlocução com os moradores e a realização de entrevistas presenciais, gravadas e transcritas integralmente após sua realização. Ao falar diretamente com os residentes, pode-se captar olhares, hesitações, desconfortos, ponderações, ou mesmo contribuir para que o entrevistado se sinta confortável para expressar suas opiniões e percepções como bem desejar. Era possível explorar também, com mais atenção, tópicos que pareciam relevantes dentro de cada entrevista, orientando a conversa de acordo com os rumos que a própria experiência de campo nos revela.

Parte dos dados coletados *in-loco* e das entrevistas realizadas devem-se a uma pesquisa anterior (CAVALCANTI, 2019), com a qual foi possível desenvolver um estudo de caso a partir de um dos loteamentos aqui estudados, o Residencial Damha. O retorno ao campo, que se deu nos dois primeiros meses de 2020, já como aluno da pós-graduação, rendeu novas entrevistas no Residencial Salto Grande I. Contudo, o início da propagação do vírus Sars-Cov-2 dificultou o prosseguimento previsto dos trabalhos. Com boa parte do campo encaminhada, foi necessário repensar as formas de finalizar a pesquisa empírica.

A pandemia significou uma interrupção forçada das atividades de campo, mas não foi a única dificuldade enfrentada para a realização desta pesquisa. O contato com moradores desconhecidos passa por estranhamentos, dificuldades de agenda, ou mesmo, com o compreendido e respeitado desinteresse de alguns residentes em contribuir com uma pesquisa acadêmica. Nesse sentido, foram inúmeras tentativas de ampliar a rede de contatos a partir dos novos moradores que engajaram nosso trabalho. Parte considerável dessas tentativas não lograram em resultados positivos. Destaco, contudo, que encontrei moradores muito solícitos em conceder entrevistas e indicar novos possíveis interlocutores, fazendo a ligação necessária, utilizamos, portanto, a técnica da bola de neve (snow ball) para estabelecer novos interlocutores.

Para superar os desafios impostos pela pandemia, seguindo os protocolos da OMS para proteção individual e coletiva, optei pela realização de entrevistas on-line, dando a opção para os moradores de realiza-las por e-mail ou vídeo chamada. Nesse caminho, são notórios os impactos na coleta de dados. A letra fria da digitalização não revela facetas

que se fazem presentes numa conversação presencial, tampouco permite que a entrevista prossiga para eixos diferentes daqueles previstos no roteiro. Entretanto, compreendidos os desafios do tempo em que vivemos, esta foi a alternativa mais viável para finalizar nosso trabalho de campo, cientes de que, mesmo que não fazendo o levantamento de campo da forma como desejávamos, os dados assim obtidos contribuíram e somaram-se aos anteriormente coletados, fortalecendo o arcabouço da pesquisa.

Por fim, ressaltamos que as dificuldades de interlocução com os moradores dos dois loteamentos residenciais murados analisados já eram, em alguma medida, previstas. Adentrar a intimidade e a vida cotidiana das pessoas não é uma tarefa simples, sobretudo quando o que se pretende é transpor a barreira física e simbólica dos muros que existem justamente para separar, distanciar e homogeneizar a experiência social. Tão difícil quanto necessário, acreditamos que cruzar estas distâncias é o único modo de fazer ciência social com enfoque naquilo que nunca devemos perder de vista: as realidades imediatas do vivido.

### **3.1.1 Breve caracterização do município de Araraquara:**

O município de Araraquara tem uma extensão territorial de 1.003,26 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 238.339 habitantes<sup>37</sup>. A densidade demográfica é de 207,90 hab/km<sup>2</sup> e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,815<sup>38</sup>.

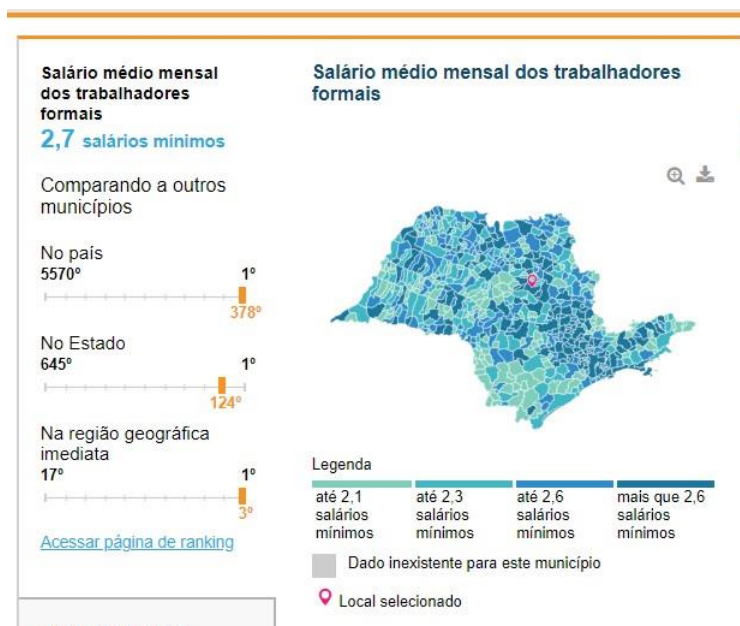
A cidade está a aproximadamente 270 km da capital do Estado e tem PIB per capita de R\$ 40.253,93, sendo o terceiro de sua microrregião, conforme figura abaixo:

---

<sup>37</sup> População estimada (2020). Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/araraquara.html?> >. Acessado em 11 de junho de 2019.

<sup>38</sup> Dados obtidos a partir do último censo (2010). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/araraquara.html?> >. Acessado em 11 de junho de 2019.

**Figura 04: PIB per capita do município de Araraquara/SP.**



Fonte: IBGE, s.d.

A cidade destaca-se pelo porte médio e também pela centralidade territorial no Estado, o que favorece a circulação demográfica e econômica, de fato podendo ser caracterizada como uma cidade média. Araraquara concentra um grande centro industrial com a presença de empresas nacionais e multinacionais. É também um pólo tecnológico que, conjuntamente com São Carlos, constitui referência no setor em âmbito nacional. Em relação ao Ensino Superior, a cidade dispõe duas instituições públicas, a Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e o Instituto Federal de São Paulo (IFSP), bem como instituições privadas de ensino presencial e à distância. A atividade agrícola também é destaque na região, predominando o plantio de cítricos e cana-de-açúcar. O setor de serviços é diversificado e atinge não só o mercado interno como também as cidades mais próximas.

A forte concentração industrial e as relações entre campo e cidade aquecidas devido a atividade agrícola fazem com que Araraquara seja uma cidade atrativa para as classes médias devido a capacidade geradora de empregos do município. Dada a dinâmica da cidade, houve crescimento também do setor residencial, que acompanhou a formação de “vácuos territoriais” na forma de vazios urbanos entre os bairros periféricos, na maioria pobres, e a região central que concentra áreas comerciais e prédios residenciais da classe média e média alta.

Na primeira década do século XXI os loteamentos residenciais murados de alto padrão começavam a surgir nas periferias da cidade, muitas vezes em proximidade com bairros periféricos mais pobres.

### 3.1.2 Caracterização do Residencial Damha I.

O Residencial Damha I faz parte de uma marca já conhecida de empreendimentos urbanísticos do segmento dos loteamentos residenciais murados destinados a uma população de média e alta renda. A unidade escolhida para a realização do trabalho empírico foi o primeiro empreendimento da marca na cidade, o Residencial Damha. Araraquara possui ainda outras três unidades do loteamento: os Villages Damha I, II e III, situadas no entorno do primeiro Residencial Damha, aguardando ainda o lançamento de uma quarta unidade, já em construção e fase de venda. O modelo dos Villages é formatado no mesmo padrão paisagístico implementado no primeiro e maior empreendimento da marca na cidade, mas é composto por lotes menores com menor valor de mercado e, conseqüentemente com menor “prestígio” entre os produtos. Os residenciais Damha inserem-se numa porção da periferia da cidade, estando em proximidade com os bairros Águas do Paiol, Paraíso, Parque Igaçaba e Vale do Sol.

O Residencial possui espaço de convívio e equipamentos de uso coletivo ao centro, com casas distribuídas no entorno desse polo central. A área central dispõe de centro de convívio, playground, duas quadras de tênis, quadra poliesportiva, duas quadras de vôlei de areia, minicampo de futebol, campo de futebol suíço, circuito de *cooper* e três espelhos d'água ornamentais.

O Residencial Damha I dispõe de uma área total de 540.750 m<sup>2</sup>, com 407 lotes que variam de uma metragem máxima de 769,50 m<sup>2</sup> até um mínimo de 400 m<sup>2</sup>.<sup>39</sup> As casas possuem muros altos e largos e algumas possuem dispositivos de segurança particulares. Não há padronização arquitetônica das unidades residenciais, que variam em estilo e tamanho. Os lotes de maior metragem ocupam a fachada do Residencial, que possui vista aberta para essas moradias.

---

<sup>39</sup> Dados obtidos através do site da própria urbanizadora. Disponível em: <<http://www.damha.com.br/?empreendimentos=araraquara-damha-i>>. Acessado em 11 de junho de 2019.

**Figura 05 – Entrada do Residencial Damha I.**



Fonte: Acervo próprio.

O Residencial Damha foi inaugurado no ano de 2005 e conta com mais de 200 lotes ocupados, restando pouco menos de uma centena a serem construídos.

### **3.1.3 Caracterização do Residencial Salto Grande I.**

A história dos residenciais “Salto Grande” começa muito antes dos condomínios. Ela faz parte de uma propriedade adquirida pela família Lupo nos anos 1940. A Lupo S. A. é uma empresa fundada no ano de 1921 com o nome de Meias Araraquara. Em 1937 a empresa mudou de nome para se chamar Meias Lupo S. A. Em 1947, a empresa já era a maior fabricante de meias masculinas do Brasil e, em 1960, adquiriu as primeiras máquinas para a fabricação de meias femininas.

Em 1987, a empresa receberia seu nome atual, Lupo S. A. A partir da década de 1990, a Lupo passou a diversificar sua produção, primeiramente com a fabricação de cuecas. Nos anos 2000, a empresa ampliou ainda mais sua produção, entrando para o mercado esportivo com a Lupo Sport, patrocinando o uniforme de equipes futebolísticas da primeira divisão nacional. Em 2011, a Lupo contratou o jogador Neymar<sup>40</sup> como

---

<sup>40</sup> Neymar da Silva Santos Jr, futebolista brasileiro, atualmente jogador do clube de futebol francês Paris Saint-Germain e, no período citado, atleta da equipe brasileira Santos Futebol Clube.

garoto-propaganda de suas campanhas de cueca, num contrato que, no período, estava estimado em 4,4 milhões de reais<sup>41</sup>.

Com sede em Araraquara e negócios por todo o globo, a Lupo também construiu um verdadeiro estoque produtivo em sua cidade natal. No ano de 1940, a família adquiriu uma propriedade construída em 1850, com mais de 500 mil m<sup>2</sup> para o cultivo de café, arroz, laranja e a criação de gado. Em 1992 a propriedade foi transformada no Hotel Fazenda Salto Grande, nome dado em menção a uma cachoeira com 50 metros de queda d'água que fica no interior da propriedade. O Hotel se descreve como sendo a “união do conforto urbano com o aconchego do campo”<sup>42</sup>. Em tempos pandêmicos, destaca que “todos os travesseiros contam com capas protetoras desenvolvidas a partir do fio têxtil de poliamida Amni® Vírus-Bac Off, mesma tecnologia utilizada nas máscaras de proteção da Lupo”<sup>43</sup>.

As terras disponíveis na porção leste do Hotel Fazenda, as mais próximas da mancha urbana, foram transformadas em loteamentos residenciais murados de alto padrão. A incorporadora desses empreendimentos foi a Haw Empreendimentos S. A., empresa que também pertence a família Lupo. Além do Residencial Salto Grande I, temos o Residencial Salto Grande Campo Belo, o Quinta do Salto Eco Residence e o Salto Grande Cedros do Campo. Nesta região também ocupam a rua Lilia Eliza Eberli Lupo um pequeno conjunto de comércios, também de propriedade dos Lupo.

No primeiro capítulo desta pesquisa, destacamos o papel da produção do espaço urbano nos circuitos de acumulação capitalista. Aqui, é oportuna ainda mais uma incidência no tema, com uma passagem de Harvey:

A construção de espaços, bem como a criação de uma morada segura chamada casa e lar, tem um impacto tanto na terra quanto na acumulação do capital, e a produção de tais lugares se torna um grande veículo para a produção e absorção de excedente. A produção do “urbano”, onde a maioria da população mundial em crescimento agora vive, tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada à acumulação do capital, até o ponto em que é difícil distinguir uma da outra (HARVEY, 2011, p. 122).

O processo de controle da produção e da absorção de excedentes de capitais pela via do urbano foi o que ocorreu com a família Lupo na cidade de Araraquara. O

<sup>41</sup> “O contrato de Neymar com a Lupo”. Disponível em: < <http://globoesporte.globo.com/platb/olharcronicoesportivo/2011/08/17/o-contrato-de-neymar-com-a-lupo/>>. Acessado em 01 de março de 2021.

<sup>42</sup> Portal do Hotel Fazenda Salto Grande. Disponível em: < <http://www.hotelfazendasaltogrande.com.br/o-hotel/>>. Acessado em 01 de março de 2021.

<sup>43</sup> Idem.



investimento feito na década de 1940 tornou hoje na forma de um grande estoque produtivo. A valorização do preço da terra, associada as novas dinâmicas do mercado e a nova fase do mercado imobiliário, sob a forma de um produto de prestígio no setor, angaria, no início do séc. XXI, ganhos que certamente superam aquilo que era possível prever na primeira metade do século XX.

Nesse contexto é que se insere o Residencial Salto Grande I, primeiro da série de quatro empreendimentos fechados de alto padrão. O loteamento analisado possui noventa lotes de tamanhos diferentes, não atendendo a um padrão de metragem mínima ou máxima. Desses noventa lotes, quatro estão destinados para áreas de lazer, sendo: duas quadras de tênis, um playground, um centro de convívio e uma quadra poliesportiva. Os outros lotes estão destinados a moradias, tendo, aproximadamente, 80% do seu total já ocupados.

**Figura 06 – Entrada do Residencial Salto Grande I.**



Fonte: Acervo próprio.

**Figura 07 – Paisagismo no Residencial Salto Grande I.**



Fonte: Acervo próprio.

**Figura 08 – Quadra de tênis no Residencial Salto Grande I.**



Fonte: Acervo próprio.

\*\*\*

### **3.2 Narrativas de sociabilidades cindidas.**

Nesse momento, passaremos para análise tópica da parte central de nossa pesquisa de campo: as entrevistas. Apontaremos os principais temas abordados nessas entrevistas, afim de desmembrar o caráter empírico das relações de sociabilidade intermediadas pelos muros.

#### **3.2.1 Palavra e poder: desigualdades simbólicas no espaço urbano.**

Toda a tradição clássica do pensamento sociológico se ateve, em algum momento, para a importância da palavra. Podemos começar com Durkheim, por exemplo, que considerou que o objeto de estudo da sociologia haveria de ser o fato social: realidade

empiricamente verificável, localizada fora dos indivíduos, e que os abarca com força coercitiva. Em Durkheim, vemos como os fatos sociais são influentes na construção de padrões de conduta, formas de pensamento, proibições sociais, etc. Logo, o estudo dos fatos sociais levava a identificação do que chamou de *consciência coletiva*. Dessa constatação em diante, seria impossível considerar temas como liberdade ou mesmo a agência e a inventividade/ espontaneidade dos indivíduos sem considerar também os nexos que os ligam e os identificam socialmente. É pela via da palavra, portanto, que a consciência coletiva estava inscrita na mente dos indivíduos. Pode-se interpretar que a consciência coletiva é uma espécie de texto compartilhado.

Em outros dois autores clássicos, um moderno e outro contemporâneo, também se vê um olhar atento para a linguagem. Marx e Bourdieu, cada um ao seu modo, estiveram a denunciar que quase tudo aquilo que julgamos como sendo “natural” é, no fundo, uma construção social; fruto de um processo histórico de aparecimento e desaparecimento; hegemonia e queda; verdade ou mentira. Desse modo, a palavra aparece não apenas como função de naturalizar os processos históricos, bem como também em sentido ideológico, de ocultar, mistificar, fetichizar às relações econômicas e de força no interior da sociedade. Daí a importância teórico-científica do discurso de conhecimento, que trabalha para revelar, pela via da palavra, o que também por ela é encoberto.

Para Foucault, a palavra não está desconectada do poder. O poder, que na visão do autor não é algo que se possui, como uma arma, por exemplo, que indica apenas a capacidade de exercer poder pela força. Mais do que isso, o poder é uma relação social: está presente em toda parte, e pode correr em qualquer direção. Trata-se, portanto, de algo que é veiculado, exercido, dentro de determinadas relações contextualmente específicas. De modo que, se podemos compreender um grande número de relações sociais em uma mesma sociedade, podemos também visualizar uma grande variedade de exercícios do poder. Ademais, em Foucault, as relações de poder são responsáveis pela construção dos “discursos”. Como discurso, entende-se uma fala que é sempre reforçada e legitimada por seus próprios praticantes. O discurso está, constantemente, reafirmando sua validade, estando a construir os regimes de verdade. Amplia-se, portanto, o conceito de verdadeiro ou falso no seio do fenômeno social: a verdade é uma construção discursiva, reforçada e legitimada até o momento em que se estabeleça como tal. O estabelecimento de um tipo de discurso como verdadeiro, por sua vez, acaba também por delimitar o que será considerado como mentira.

Todos os autores acima elencados, que configuram apenas parte de uma vasta tradição clássica do pensamento sociológico, teceram considerações sobre aspectos discursivos, questões de linguagem. Não haveria de ser de outra maneira, já que a língua é parte fundamental da cultura, fenômeno social por excelência. Suas análises constituem fonte vertiginosa de inspiração para as abordagens sociológicas do presente. O cientista social deve se preocupar, portanto, em dar a devida atenção para as palavras, inscritas nos muros, nos letreiros, na televisão, ou, mesmo, naquelas palavras “não-ditas” e/ ou “interditas”, que escapam por gestos e atos falhos.

Desejando adentrar a discussão no enfoque de nosso objeto de pesquisa, devemos passar por Souza, que faz uma valiosa aproximação entre as palavras e as relações de força no espaço urbano no seu ensaio *A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano* (2020). Segundo o próprio autor pontua, sua pretensão neste ensaio é chamar atenção para uma generalidade de discursos presentes no aparelho Estatal e nas falas de senso comum que estão a legitimar desigualdades sociais no interior da sociedade. Assim, termina com um chamamento:

Que se volte a atenção para as palavras *em si*, e não somente para a decisão explícita que encerram. Que palavras são usadas, com quais propósitos, em que circunstâncias, por quem? Que efeito ideológico *subliminar* desempenham? Como as palavras são “*armas*”, podem elas também... *desarmar*? *Vulnerabilizar*? *Amansar* ou *domesticar*<sup>44</sup>? E como isso se dá ou pode se dar, em cada caso concreto? Em que medida as “primeiras palavras” (e que permanecem), ou seja, o discurso e seu vocabulário, influenciam (ou, eventualmente, atritam com) a “última palavra” – e quem dirá, e como a dirá? Que se constate e aceite: não se subestime as palavras por serem “nada mais do que palavras”, posto que, enquanto tal, muito já são, significam e implicam (SOUZA, 2020, p. 163).

Cabe ainda fazer menção a distinção que Souza realiza sobre a natureza dos discursos, ou, ainda, sobre os discursos e suas intencionalidades/ potencialidades. Numa remontagem indireta ao sentido de liberdade kantiana – como autonomia, Souza argumenta que os discursos se dividem em autônomos ou heterônomos:

Se autonomia significa “dar-se lei a si próprio” (e, com isso, muito simplificada, um sinônimo de democracia radical, de autogoverno), um discurso autônomo é aquele que defende e afirma a autodeterminação e a ausência de dominação como valores fundamentais. Um discurso heterônimo é, pelo contrário, aquele que, produzido por indivíduos e instituições direta ou indiretamente comprometidos com a perpetuação de desigualdades e assimetrias

---

<sup>44</sup> Grifos do autor.

estruturais, legítima, reforça ou fomenta a heteronomia, em qualquer uma de suas manifestações (dominação de classe, sexismo, racismo, etc.) (SOUZA, 2020, p. 154).

Pretendendo produzir, como adverte Souza, discursos autônomos e que considerem realmente as palavras, algo que não poderia passar despercebido por esta pesquisa, teceremos uma breve análise acerca dos nomes que costumam receber os contemporâneos loteamentos residenciais murados de alto padrão. Argumentamos sobre como esses nomes costumeiramente reforçam simbolicamente as distâncias sociais impostas fisicamente pelas barreiras dos muros. Pretendemos demonstrar como, na cidade de Araraquara ou em qualquer outra região do Brasil, os nomes dos empreendimentos residenciais fechados destinados a um público de elevado padrão socioeconômico tendem a marcar, acentuar e, até mesmo, explicitar uma segregação que é concreta e simbólica no espaço urbano.

Começando pelos loteamentos residenciais murados que são objetos dessa pesquisa temos: Residencial Damha e Residencial Jardim Salto Grande. Os Damha recebem o sobrenome do empresário Anwar Damha, dono do Grupo Encalso Damha, responsável por atividades da pecuária, construção pesada e pelo segmento dos empreendimentos residenciais fechados de alto padrão. No caso dos Damha, o que ocorre com o nome é sua apropriação como signo de distinção social, o que pudemos observar em nossa pesquisa de campo (capítulo 2). O vocábulo “dama” ou “damete”, utilizado para identificar internamente as moradoras do Residencial Damha em Araraquara, expressa um sentido de exclusividade e distinção associado ao nome da marca. Portanto, é a marca que passa a ser conferidora de *status* e diferenciação social. No caso dos empreendimentos Damha, é o nome da marca que fala por si, ocupando uma posição de prestígio já consolidada no imaginário da população das cidades que possuem esses empreendimentos.

No caso do outro loteamento residencial murado observado, o Residencial Salto Grande, o nome faz menção a cachoeira de 50 metros de queda d'água que faz parte da Fazenda Salto Grande, construída em 1850, com mais de 500mil m<sup>2</sup>, para o cultivo de café, arroz, laranja e a criação de gado. Em 1940, a fazenda foi comprada pela família Lupo, tradicionalmente ligada ao ramo empresarial na cidade de Araraquara, e que expandiu suas empresas internacionalmente<sup>45</sup>. Apesar da origem do nome, cabem

---

<sup>45</sup> Informações obtidas no site do Hotel Fazenda Salto Grande. Hotel Fazenda Salto Grande. Disponível em: <<http://www.hotelfazendasaltogrande.com.br/o-hotel/>>. Acessado em 23 de fevereiro de 2021.



novas leituras sobre o sentido de sua adoção para os loteamentos residenciais murados da família Lupo: a expressão “Salto Grande” pode facilmente simbolizar um passo definitivo e grandioso num trajeto de ascensão social, concretizado pela compra de uma propriedade no interior de um dos empreendimentos da linha.

Dentre os residenciais da linha Salto Grande, temos o “Quinta do Salto Eco Residence”. O termo “Quinta” aparece frequentemente em loteamentos residenciais murados de alto padrão. Em Araraquara, temos ainda como exemplos o Portal Quinta das Tipuanas, o Residencial Quinta dos Atobás, o Residencial Quinta dos Oitis e o Quinta das Laranjeiras. Para os países lusófonos, o termo “quinta” é utilizado para designar uma grande propriedade rural, fazenda. No caso brasileiro, o casarão da Quinta da Boa Vista foi moradia da família imperial, abrigando importantes nomes da coroa como D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II. A história da propriedade começa em 1803, quando o traficante de escravos Elias Antônio Lopes ergueu um casarão no alto da colina com uma bela vista da Baía de Guanabara. Daí o nome “Quinta da Boa Vista”. Em 1808, com a chegada da família Real, Elias Antônio Lopes cedeu a propriedade, recebendo uma outra em troca. Após algumas modificações no Casarão, a família Real decidiu instalar-se definitivamente na propriedade localizada no bairro de São Cristóvão. Atualmente, a Quinta da Boa Vista é um dos maiores parques urbanos do Rio de Janeiro.

**Figura 09 – Portão de entrada do Zoológico da Quinta da Boa Vista.**



Fonte: Vivadecora.

**Figura 10 – Área verde com lago na Quinta da Boa Vista.**



Fonte: Vivadecora.

A apropriação contemporânea do termo “quinta” perpetua uma distância de classes sociais irremediável no Brasil desde os tempos da sociedade colonial. Se na “Quinta” da sociedade colonial os grandes casarões eram ocupados por senhores de engenhos, traficantes de escravos, aristocratas em geral, atualmente, a “Quinta” ainda é habitada por um estrato de classe social favorecido socioeconomicamente no interior da sociedade. No passado colonial, bem como no tempo presente, essa distância não é apenas de classe, mas também de cor. Guardadas as devidas diferenças entre Colônia e República, nosso ponto está apenas em destacar como alguns termos despercebidos no cotidiano perpetuam simbolicamente algumas das desigualdades sociais intransponíveis da sociedade brasileira desde a ocupação do território pelos europeus.

Recorrendo ao estudo de Spósito e Góes (2013), destacamos aleatoriamente o nome de alguns loteamentos residenciais murados listados pelas autoras: Em Marília, temos o “Portal dos Nobres”, o “Condomínio Residencial Garden Park”, o “Condomínio Residencial Campo Belo”, o “Residencial Villagio das Esmeraldas”. Em Presidente Prudente, citamos o “Residencial Saintz Moritz”, o “Residencial Golden Village”, o “Condomínio Residencial Quinta das Flores” e o “Central Park Residence”. Em São Carlos, elencamos o “Condomínio Gran Ville”, o “Residencial Village Mont Serrat”, o “Orizzonti di San Carlo Residenziale” e o “Jardim Vista Alegre”.

Numa análise conjunta dos nomes listados acima, podemos observar algumas tendências na nomenclatura desse tipo de empreendimento residencial de alto padrão: 1) alguns fazem menção direta ao lazer, oferecendo a imagem de um local com estrutura para o relaxamento, o descanso, ou seja, lugares onde a vida possa ser “bem aproveitada”, acompanhada de conforto e tranquilidade; 2) a presença de vocábulos de língua estrangeira, sobretudo italiana e inglesa, marcam também um produto de exclusividade<sup>46</sup>, “internacionalizado”, fazendo, em determinados casos, menção a lugares estrangeiros de prestígio, como a estância alpina de luxo Saint Moritz, na Suíça, que já sediou, em duas oportunidades, os Jogos Olímpicos de Inverno; 3) a presença de referências explícitas ao privilégio e a distinção social verificável em alguns casos, como no do “Portal dos Nobres”, em Marília.

Em suma, percebemos como os loteamentos residenciais murados de alto padrão podem ser classificados como um modelo conservador de reprodução urbana não apenas pelo impacto esses empreendimentos tem na morfologia das cidades, produzindo a fragmentação socioespacial e, por consequência, acentuando as desigualdades socioespaciais mas, também, pela própria nomeação desses espaços, que reforça seu teor de privilégio e distinção social. Nesse sentido, residir no interior de um espaço fechado significa também a aquisição de um *status* social elevado, distinto, diferenciado. Há uma força simbólica por detrás desses nomes. Mais uma vez, destacamos como as palavras não são neutras e, também no caso dos empreendimentos urbanos, trazem uma força simbólica expressiva, carregando as intencionalidades, os projetos e os sentidos arquitetados por quem constrói os espaços na cidade.

### **3.2.2 Novos padrões de segurança urbana: os imperativos da vigilância e do controle.**

O tema da insegurança urbana tem sido ostensivamente explorado pela bibliografia relacionada aos condomínios fechados. A presença massiva de mecanismos de vigilância e controle contribuem para a formação de um cenário panóptico no ambiente urbano, cercado por câmeras de segurança, rondas motorizadas, muros e cercas. A

---

<sup>46</sup> Ressaltamos como essa tendência que parte de um fetichismo da língua não está restrita ao segmento dos loteamentos residenciais murados. Em prédios de apartamento, também direcionados a um público de elevado padrão socioeconômico, vemos o mesmo fenômeno. Em Araraquara, por exemplo, há um edifício com nome “Le Privilège” e outro denominado “Evidence”. Essa tática de utilização de vocábulos estrangeiros para produtos nacionais é também uma forma de mascarar a opressão. Nomear um prédio de apartamentos como “O privilégio” poderia soar agressivo ou afrontoso. O mesmo não ocorre se o mesmo nome for traduzido para o francês. Institui-se assim uma forma igualmente poderosa de distinção social, que entretanto é expressa veladamente.



presença desses instrumentos de controle já está tão naturalizada que é difícil imaginar o cotidiano das cidades brasileiras sem esses recursos, que se multiplicam e se modernizam em velocidade acelerada.

Muitos são os fatores elencados para explicar tal fenômeno, dentre os quais se destacam o cotidiano violento das áreas metropolitanas e o medo enquanto sentimento social insuflado pelo sensacionalismo midiático comum a uma forma de jornalismo que se popularizou e angariou bastante audiência no Brasil das últimas décadas. Sobre o medo, Bauman, destaca:

Uma vez investido sobre o mundo humano, o medo adquire um ímpeto e uma lógica de desenvolvimento próprios e precisa de poucos cuidados e praticamente nenhum investimento adicional para crescer e se espalhar – irrefreavelmente. Nas palavras de David L. Altheide, o principal não é o medo do perigo, mas aquilo no qual esse medo pode se desdobrar, o que ele se torna. A vida social se altera quando as pessoas vivem atrás de muros, contratam seguranças, dirigem veículos blindados, portam porretes e revólveres, e frequentam aulas de artes marciais. O problema é que essas atividades reafirmam e ajudam a produzir o senso de desordem que nossas ações buscam evitar. (BAUMAN, 2007, p. 15).

O medo configura-se, portanto, não apenas em relação ao perigo iminente, ao risco que efetivamente existe. Pelo contrário, ele se relaciona mais ao modo como socialmente se lida com a possibilidade de risco, perpassando dimensões objetivas e subjetivas. É um sentimento social que se desenvolve de maneira autônoma e pode atingir patamares descolados da realidade da violência. Sposito e Góes (2014) problematizam a relação entre a violência real e o que chamam de violência representada, sendo a segunda uma resposta à primeira, mas que também transcende seus limites e enseja a construção de um cotidiano cerceado e vigiado.

Desse modo, sem menosprezar os danos e as sequelas presentes numa sociedade que convive ordinariamente com as marcas violência, como é o caso da sociedade brasileira, o que se pretende é pontuar que o modo como lidamos com o risco da violência e da desigualdade não nos parece tão natural ou esperado, mas é fruto da resposta social que se tem formulado para enfrentar o problema. Como pode-se observar no trecho da entrevista abaixo, para algumas pessoas, viver entre muros é a única solução para sobreviver ao contexto urbano em que nos encontramos:

*Olha, eu só acho assim... Os condomínios foram criados por uma necessidade, por uma falha do Estado. Não só por isso, né. Eu “tô” falando do ponto de vista do interesse social, mas tem o interesse dos donos e tal. Mas cada vez mais, falando pelo lado dos moradores, a solução é essa, né? **Viver cercado e pronto.** (Grifo nosso).*

Juliana (47).

Tradicionalmente, Araraquara não figura nos levantamentos estatísticos como uma cidade de altos índices de violência. Segundo o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2017, Araraquara era apontada como a 16ª cidade mais pacífica do país<sup>47</sup>, ficando à frente de cidades como Bauru, São Carlos e Rio Claro, e atrás de Jaú, Marília e Presidente Prudente. Em novo levantamento, de 2019, Araraquara figura entre as 20 cidades com menor número de homicídios a cada 100 mil habitantes<sup>48</sup>.

Em nossa pesquisa empírica, a totalidade dos moradores entrevistados nos dois loteamentos referiu-se ao problema da insegurança urbana. Para grande parcela desses, o medo foi o principal fator para a escolha de residirem num loteamento residencial murado. O cruzamento dessas narrativas do medo com os dados estatísticos ajuda a iluminar a forma como alguns setores das classes mais abastadas tem lidado com o medo da vida nas cidades. Em alguns casos, nem mesmo os muros e as câmeras de vigilância do loteamento parecem suficientes para estagnar a sensação de insegurança:

*Ainda tem mil pessoas estranhas circulando lá. A sensação de segurança pode te por mais em risco do que você imagina. Então legal, a criança pode andar sozinha. Mas você associado que está andando e não conhece a criança e acha que ela pode estar numa situação de insegurança, vai lá, fala com ela, pergunta quem é a mãe, avisa na portaria. Tenta ajudar na segurança como uma comunidade que se ajuda mesmo. Mas nessa parte da segurança eu acho que entre aspas você “tem uma segurança”. Porque se você não cuidar da sua própria segurança não tem. Então na minha casa, por exemplo... quando eu mudei para lá eu deixava tudo aberto: porta, janela, etc. só que assim, a gente vê notícias de países que a gente sabe que a criminalidade é super baixa, que não tem problema social, que as pessoas tem um alto nível de acesso à informação, você pega uma Suécia... e tem um louco que raptou uma menina e colocou dentro de um buraco a vida inteira. Então louco tem em tudo que é lugar. A pessoa pode ter qualquer tipo de desequilíbrio ou uma doença que leve ela a atitudes que não são esperadas. Então a minha filha, no caso, chegava da escola e ia correr à noite. Eu falava para ela: você tá correndo lá no meio onde fica o pessoal? Ela dizia que não, que corria ao redor. Eu disse: “não filha, é tarde!”. “Mãe, não tem ninguém”. “Como ninguém?”. São duzentas famílias, sabe?*

*[Ao redor você diz, mas dentro do condomínio?]*

<sup>47</sup> Atlas da Violência do IPEA de 2017. A pesquisa foi realizada com dados tabulados de 2015. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> >. Acessado em 07 de janeiro de 2021.

<sup>48</sup> “Das 20 cidades menos violentas do país, 14 estão em São Paulo”. Disponível em: < <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/das-20-cidades-menos-violentas-do-pais-14-estao-em-sao-paulo/> >. Acessado em 07 de janeiro de 2021.

*Sim, dentro. Mas ué, não pode ter uma pessoa lá mal-intencionada que te puxa para dentro de uma casa, né? Então assim, a gente começa a pensar que você para de tomar cuidado com certas atitudes pensando que está seguro.*

Maria Cristina (50).

O trecho acima demonstra como medo é capaz de invadir todos os âmbitos da vida social, fazendo com que o sentimento de segurança seja quase utópico dentro de uma sociedade de desconhecidos, e fortalecendo a crença de que o perigo se encontra na iminência de cada encontro. Isolar-se, pelos muros, dos outros moradores da cidade, como se pode observar, nem sempre é a garantia de que exista a tão almejada segurança, sob a ótica de alguns moradores.

O sentimento de vulnerabilidade da cidade aberta foi destacado em algumas conversas, e nesse aspecto, habitar um loteamento fechado atenuou as inseguranças de parte dos entrevistados. Era comum a fala de que, com os portões ligados diretamente a rua, invasões inesperadas seriam facilitadas no momento de entrada ou saída dos veículos, como se observa na fala abaixo, de uma moradora do Residencial Jardim Salto Grande I:

*Eu moro aqui há seis anos. Dez anos atrás começou uma história em Araraquara de você abrir o portão e o bandido entrar junto, na casa que é para a rua, sabe? E eu morava num bairro bom, o Santa Angelina, casa de portão automático..., mas não adianta, né? Você abre e o bandido pode entrar também. Meu marido é médico, saía a hora que era chamado, e eu ficava sozinha. Meus filhos também ficavam super preocupados porque perto de casa ocorreram vários assaltos assim. Então foi o principal motivo de irmos pro condomínio este. Vimos em 2013.*

Mercedes (65).

O controle de acesso na entrada e na saída de veículos recebe bastante atenção em empreendimentos desta natureza. Atualmente, adota-se, na maioria deles, o sistema de gaiola, onde os carros passam por um primeiro portão, que se fecha e só então abre-se a segunda passagem. O ingresso dos visitantes também se dá pelo sistema de gaiola, após rigorosa checagem da identidade do ingressante, solicitação do número do documento pessoal, foto para a câmera e afins. O rigor na permissão do acesso traz de imediato a mente à sensação descrita no romance “Estorvo”, de Chico Buarque:

*O vigia na guarita fortificada é novo no serviço, e tem a obrigação de me barrar no condomínio. Pergunta meu nome e destino, observando os meus sapatos. Interfona para a casa 16 e diz que há um cidadão dizendo que é irmão da dona da casa. A casa 16 responde alguma coisa que o vigia não gosta e faz ‘hum’. O portão de grades de ferro verde e argolões dourados abre-se aos pequenos trancos, como que relutando em me dar passagem. O vigia me vê subindo a ladeira, repara nas minhas solas, e*

acredita que eu seja o primeiro pedestre autorizado a transpor aquele portão. A casa 16, no final do condomínio, tem outro interfone, outro portão eletrônico e dois seguranças armados. Os cães ladram em coro e param de ladrar de estalo. Um rapaz de flanela na mão abre a portinhola lateral e me faz entrar no jardim com um gesto de flanela. (BUARQUE, 1991, p. 14-5).

Entregadores dos mais diversos produtos não têm permissão para entrar nos loteamentos estudados. Essa limitação é comum em empreendimentos fechados de alto padrão. Os moradores devem direcionar-se até a portaria para retirar seus pedidos. Tal medida é vista como positiva pela maioria dos moradores, que parecem não se incomodar ou questionar a limitação tão rígida de acesso. No caso do Residencial Salto Grande, funcionários também não tem permissão de ingressar o loteamento com seus veículos, ao menos que a entrada seja previamente comunicada pelo morador solicitante.

A segurança ostensiva no acesso, as câmeras de monitoramento interno e externo e a ronda motorizada são recursos suficientes para que alguns moradores se sintam seguros dentro do loteamento, não requerendo recursos outros de segurança em seus imóveis particulares. Há mesmo relatos daqueles que saem de suas casas e deixam portas e janelas abertas sem maiores preocupações. Em outros casos, existem aqueles que entendem a necessidade de um reforço da segurança no próprio imóvel:

*[No seu imóvel, em particular, você adota algum mecanismo de segurança ou não pensa que seja necessário?]*

*Eu acho necessário. Tenho um cachorro grande e bravo. Ele é bravo assim... é sociável, mas ele não permite que nenhum estranho entre em casa sem ser convidado. Então, bom, temos um cachorro e eu fico seguro com ele, porque aqui nós não temos grade, né. E tem esse outro ponto também: quando você mora na rua, num bairro, a sua casa, antes de você estar na rua, você tem ali um muro, uma grade... aqui não, aqui você abre a porta e está na rua. Aqui não tem gradil porque é regra do condomínio, não pode ter grade. E isso é uma sensação estranha, para quem é acostumado a viver enjaulado, né? É uma sensação estranha. Mas você se adapta, né? O ser humano é adaptável. Você se adapta. Mas eu não tenho outras coisas... por exemplo, câmera e tudo mais eu não tenho.*

Pedro (45).

Em suma, a maioria dos moradores entrevistados, em ambos loteamentos, parecem satisfeitos com relação a segurança. Uns mais preocupados com o tema, outros menos, mas, em geral, o anseio pela exclusividade garantidora de uma proteção para a vida na cidade parece ter sido alcançado mediante o isolamento e a homogeneidade.

Houveram relatos de situações episódicas nas quais crianças excederam as regras e provocaram transtorno entre os associados. Entretanto, casos pontuais como esses não

pareceram afetar a credibilidade associada ao loteamento. Curioso, nessas situações episódicas, são as relações de poder se fazem sentir e foram descritas num dos diálogos de campo:

*(...). Mas acho que eles pecam em algumas coisas, mesmo assim acontecem problemas. Não sei se você ficou sabendo daquele caso das crianças que entraram numa casa do condomínio, fizeram um estrago. Isso ficou bem marcado na época. E eram crianças de dentro do Damha. Parece que brigaram na escola, aí ficaram com raiva, entraram, quase botaram fogo na casa. E tem crianças e adolescentes que fazem coisas que fogem a conduta normal, de destruir coisas, mesmo questões simples. Já arreventaram banheiro, coisas bem assim, de vandalismo. Então eu não entendo, se tem câmara, por que não tomar as devidas providências? E tinha que ter, né. Agora, não sei se esse grupinho é protegido de alguém, sabe? Eu percebo que tem isso também. Se a criança ou o adolescente é filho de fulano de tal, então não vamos mexer, né?*

Pedro (45).

Não foi possível obter maiores detalhes sobre o fato relatado, outros moradores disseram não ter memória do que relatou Pedro, também não foram encontradas notícias de jornal sobre o incidente. O fato se passou no Residencial Damha; no Salto Grande também houve entrevistados que reclamaram da postura de algumas crianças, culpabilizando os pais. Nenhum desses episódios atingiu maiores proporções. O que vale mais a pena destacar é a percepção do próprio morador de que houve um tratamento diferenciado em determinados casos em razão do peso da influência e do status social de alguns residentes.

Por fim, quando falamos sobre segurança, a máxima de Hobbes (1588 – 1679) na qual se abre mão da liberdade em troca da segurança parece atualizar-se com força ímpar: no caso dos contemporâneos loteamentos residenciais murados, a construção de uma fortaleza murada e vigiada, com uma portaria capaz de realizar, em sistemas de computador, a catalogação completa de quantas vezes um morador deixa sua residência na semana, que visitas recebe com frequência, quantas vezes utilizou serviços de entrega, quem são as pessoas com as quais costuma estar, os horários em que costuma transitar para dentro e para fora do loteamento, em suma, o registro de toda a vida cotidiana que se passa por intermédio dos muros e é armazenada nesses registros não é vista como motivo de desconfiança ou incômodo pelos moradores. Pelo contrário, a presença de modernos equipamentos de monitoramento é o fator mais explorado pelos incorporadores imobiliários como forma de garantia de uma vida tranquila e segura. Nesse sentido, totaliza-se a existência de um verdadeiro complexo de segurança urbana privativa, que

atua de modo a circunscrever as relações livres e espontâneas dentro dos padrões previstos de conduta. Foucault (2014), ao tratar sobre a experiência panóptica, se referia a esta totalização da vigilância nos modos de uma docilização dos corpos.

Pode-se dizer até que a liberdade é compreendida apenas dos limites dos muros “para dentro”. A liberdade existiria, portanto, apenas na medida em que a segurança possa ser garantida de modo irrestrito, fato que altera radicalmente a construção de sociabilidades em nosso tempo histórico:

*[A que atribui a escolha de morar aqui?]  
Mais pela segurança e pelas crianças que tem uma vida social aqui no condomínio. É diferente da minha infância, né, que eu brincava bastante na rua, etc. Então o condomínio da isso, essa oportunidade de segurança e de estar dando uma liberdade para criança. Meu filho de 11 anos por exemplo vive na rua, dá 23hrs, 00hr e não estou preocupada, porquê sei que ele está dentro do condomínio, né? Então esse foi o ponto que pesou assim para escolha daqui.*

Fernanda (36).

### **3.2.3 Distanciamento socioespacial, autosegregação e cotidiano.**

O primeiro tópico a ser abordado quando falamos no isolamento socioespacial é de que as distâncias espaciais são, cada vez mais, relativas entre os diversos grupos da sociedade. Santos (1994), em suas análises sobre os fixos e fluxos do espaço urbano, observou a existência dos cidadãos menos móveis no espaço urbano: aqueles que frequentemente dependem dos serviços públicos de transporte e que não possuem veículo próprio para o deslocamento diário. Essa existência, fadada as limitações do lugar, orienta também uma outra relação com o espaço. No interior dessa reflexão, surge o pensamento sobre os homens lentos, forma como o autor nomeia os sujeitos que, não de forma voluntária, enfrentam, sem a velocidade maquinal, às ruas e avenidas da cidade, absorvendo delas algo que não é possível extrair quando os lugares são tomados como campos de passagem.

Os homens lentos constroem para si outras cartografias corporais, conteúdos explícitos da representação que o meio causa em cada um. Outras vivências orientam outras práticas do corpo. Tais cartografias são lidas por Jacques (2008) na forma de corpografias urbanas: os corpos, em suas respectivas práticas na cidade, têm em sua morfologia a inscrição das atividades que desempenham. Nesses termos, o que se verifica é que sujeitos e territórios estão postos e imbricados numa relação que os modifica

mutuamente. Uma vez investidos no espaço, esses corpos constroem a corporeidade da própria cidade.

Portanto, ao tratarmos das noções de “longe” e “perto”, ou, ainda, de “periferização” ou “centralidade”, estamos dialogando também, diretamente, com a construção e a orientação de corpos no espaço, e de como esses corpos atribuem dinâmicas, ritmos, variâncias à própria cidade. Considerar esse argumento implica conceber, por exemplo, que nenhum sujeito, enquanto ente corpóreo, está completamente desprendido do lugar onde ordinariamente tece suas relações. Pelo contrário, é a partir dessas conexões mais imediatas que se estabelecem nossas trocas com o mundo.

Conduzindo a reflexão para o universo dos loteamentos residenciais murados, abordamos um tipo de relação com o espaço que é própria das classes mais fluídas pela cidade. As distâncias são percorridas com automóveis particulares, reduzindo em muitos minutos o tempo de cada deslocamento. Essas facilidades rebatem em percepções particulares sobre aquilo que está próximo ou distante. Isso explica, por exemplo, o grande número de empreendimentos fechados de alto padrão nas áreas periféricas da cidade. Sair da periferia, se outrora poderia ser associado a um sacrifício ao qual estavam submetidas as camadas menos abastadas da sociedade, não é um problema para outros setores da população. Estar na margem, pelo menos desde os anos 1980, quando os condomínios fechados e demais loteamentos residenciais murados começam a invadir as periferias das cidades brasileiras, não significa mais estar em condições subalternas. Caldeira (2011) tratou tal mudança de panorama como uma inversão da lógica centro/periferia. De fato, os ricos não necessariamente buscam o centro para viver. Podem, inclusive, desejar afastar-se da concentração aguda das áreas centrais, buscando refúgio em localidades mais afastadas, sem enfrentarem grande transtorno para dirigirem-se ao centro quando necessário.

Em conversa, durante a pesquisa de campo, Dona Mercedes, de 65 anos, conta que escolheu o Residencial Salto Grande I para viver pois a proximidade do centro era maior do que a de outros empreendimentos. Motorista, explica que não demora muitos minutos para chegar aos lugares, atravessando a Avenida Presidente Vargas e chegando rapidamente a Avenida Sete de Setembro, local de grande atividade comercial, ou mesmo até a Avenida Castro Alves, outro eixo da região central da cidade. Explica também que os moradores costumam se organizar por grupos de *whatsapp* afim de evitar alguns deslocamentos, ou mesmo para promoverem atividades no interior do próprio loteamento:

*Quando eu mudei para cá foi uma época de debanda do condomínio. Nesse momento nós organizamos um whatsapp das mulheres, “moradoras do condomínio”. Desse whatsapp nós criamos conversas do tipo “alguém sabe de faxineira?”, “alguém sabe de passadeira?”, “vamos pedir na quitanda? Podíamos pedir todos juntos”, etc. Então muitas coisas, mesmo até banho em cachorro, eu sei que quem tem animal combinou, eles vêm buscar vários cachorros, tem lavanderia que eu vejo entrando em várias casas. São muitos interesses em comum e aí, agora aqui em frente abriu um empório que quebra um galho, tem uma perua que vem toda a sexta-feira aqui na nossa porta, nós compramos bastante lá também.*

*Eu encontrei com uma amiga esses dias, ela tem queijo de Minas. Ela me pediu o contato da síndica porque quer fazer uma degustação aqui. De vez em quando acontece essas coisas também, de fazer degustação, avisam os moradores, todo mundo combina o dia que todos podem.*

Moradores de ambos residenciais costumam relatar alguma insatisfação com a carência de serviços essenciais nas imediações. No caso do Residencial Damha, o alto preço de um supermercado localizado nas imediações do loteamento também foi alvo de reclamações. Entretanto, esses relatos não são vistos como motivos relevantes para que desqualifiquem a experiência de viver num empreendimento fechado ou mesmo considerem uma mudança de bairro.

Fernanda destaca que morar num residencial fechado fez com que algumas de suas atividades rotineiras passassem a ser vividas no intramuros. Sobretudo em relação ao Residencial Damha, que dispõe de vastos espaços de uso comum, notou-se que muitas atividades que, tradicionalmente são vivenciadas no espaço da cidade aberta, são ofertadas pelo intramuros, na utilização dos equipamentos de uso coletivo:

*(...). Veja só, nós somos sócios de um clube. Se eu te contar que meu filho tem 8 anos e nessas férias foi a primeira vez que ele usou a piscina de lá você não acredita. Mas é essa situação, você está dentro de um espaço fechado, e com a distância a gente se acomoda. Essa é que é a verdade, a gente se acomoda. Então nós temos que nos policiar para sair, entendeu? Eu fazia academia aqui, aí pensei que precisava mudar um pouco, então já procurei uma academia fora. Por exemplo, quando meu filho era pequeno nós éramos frequentadores assíduos do Sesc. Depois não fomos mais, sabe? Nessas férias que eu “leve ele” e ele adorou, então é nesse sentido que eu falo.*

A fala sobre a acomodação aparece como efeito da incorporação de atividades pelo espaço residencial fechado. Novamente, poderíamos fazer menção a promessa de um estilo de vida total, destacada por Caldeira (2011), na análise das propagandas de empreendimentos fechados de alto padrão. O que a autora observa é que a publicidade



oferta uma relativa independência da cidade, uma vez que, ao dispor de todos os privilégios que podem ser encontrados num residencial dessa natureza, não haveria mais nada a ser buscado na cidade.

O gradativo abandono do espaço público em detrimento das vivências intramuros reforça o caráter dos loteamentos residenciais murados como uma forma conservadora de reprodução do urbano: ainda que investidos no espaço, os muros opõem-se aos pressupostos básicos da vida urbana nos termos da acessibilidade, da livre-circulação e da interação entre os grupos sociais, evitando que os moradores de cada empreendimento necessitem do exterior para a realização de algumas atividades. Em nosso estudo, essa realidade se verifica sobretudo no caso do Residencial Damha, que é o que dispõe de mais áreas de convívio interno.

Em geral, observou-se uma tendência dos moradores em não frequentarem os espaços públicos da cidade. Em diversos diálogos, foi constatado que a ida até esses lugares não faz parte da vida cotidiana dos entrevistados:

*[Com que frequência utilizam os espaços públicos como parques, praças, feiras, etc.?)*

*Olha, zero!*

*[E você tem uma ideia do porque os espaços públicos não atraem, ou coisa do tipo?]*

*Eu acho que é o estilo de vida nosso, né? Por exemplo, o Parque Infantil... eu adoro o Parque Infantil mas poxa, se eu já tenho uma academia é mais complicado ir até lá. As crianças têm a sua rotina de escola e também o condomínio tem seus atrativos, então é mais por isso que não frequentamos.*

Fernanda (36).

*[Com que frequência você utiliza os espaços públicos da cidade (parques, feiras livres, praças, etc.)?]*

*Raramente.*

Rafaela (19).

*[Sobre a rotina, quais os espaços que costumam frequentar? Desde os espaços públicos até outros tipos de espaço. E o deslocamento, como é feito?]*

*Sempre de carro. Acho que seja o shopping o espaço que a gente mais vai.*

Roberto (22) e Natália (51).

Em resumo, pode-se dizer, em sua maioria, moradores de loteamentos residenciais murados de alto padrão costumam frequentar pouco o espaço público e, quando o fazem, é para tomá-lo como passagem. O uso do público não faz parte do exercício da vida cotidiana, mas acontece na ocasião de viagens de férias, passeios e afins. Na própria

cidade onde vivem, a apropriação material e simbólica da cidade está restrita a um circuito de casa, trabalho e alguns poucos locais de lazer fora do residencial.

O interesse decadente pelos espaços públicos revela também o quanto as elites urbanas parecem cada vez mais desinteressadas em relação aos assuntos de sua cidade. O local perde cada vez mais importância. Para Giddens (1992), os lugares assumem uma existência fantasmagórica, na medida em que a paisagem – a cena visível, é ultrapassada por elementos virtuais invisíveis, que circulam pela tela dos notebooks e celulares. A Era digital, sobremaneira, é mais um desafio a vitalidade do espaço público, e que coexiste com as reorientações produzidas no uso dos espaços pelas novas formas de habitar.

Bauman (2007) vê o abandono do local como uma das características do nosso tempo histórico:

Pode-se afirmar que, entre as transformações sociais, culturais e políticas associadas à passagem do estágio “sólido” para o estágio “líquido” da modernidade, o afastamento da nova elite (localmente estabelecida, mas globalmente orientada e apenas ligada de forma distante ao lugar em que se instalou) de seu antigo compromisso com a população local e a resultante brecha espiritual/ comunicacional entre os espaços em que vivem e viveram os que se separaram e os que foram deixados para trás são mais fundamentais. (BAUMAN, 2007, p. 84).

A imposição da barreira física dos muros representa, nesses termos, uma forma de habitar que está associada a uma espécie de desligamento da cidade. Por um lado, aglutinam-se atividades no interior do espaço habitado. Por outro, o desinteresse no público aparece como uma tendência. Essa dupla combinação tem um efeito que é o do enfraquecimento qualitativo das sociabilidades. Enquanto forma lúdica do social, as sociabilidades preservam sua força na imprevisibilidade e na espontaneidade das ações dos atores no social. O que se constata a partir das pesquisas de campo com os moradores de loteamentos residenciais murados é que as brechas onde os contatos, as trocas e as interações espontâneas se dão é cada vez mais cerceado, e não há ímpeto ou interesse na ocupação do público. A fluidez pelo espaço possível para esses setores mais abastados da sociedade não se converte num desejo ou numa prática de viver à cidade.

### **3.2.4 O intramuros dos loteamentos residenciais murados.**

Os residenciais Damha e Salto Grande estão estruturados sob o regime de associação. A tradicional figura do síndico corresponde ao presidente, que é acompanhado de um vice-presidente. As demais funções administrativas, no caso do Damha, ficam sob responsabilidade das Comissões, que se dividem nos diversos eixos de

interesse da associação: segurança, lazer, financeiro e afins. No residencial Salto Grande, a estrutura, semelhante, se dá em torno de conselhos deliberativos. Em ambos loteamentos são organizadas reuniões gerais abertas a todos os associados.

A participação dos residentes nas assembleias e reuniões é baixa. A maior parte dos entrevistados relatavam que prefeririam serem chamados apenas quando o assunto fosse diretamente de seu interesse e/ou responsabilidade. A própria eleição para presidente da associação tradicionalmente tem candidato único. Caldeira (2011) ressalta que a publicidade dos contemporâneos loteamentos fechados no Brasil não faz menção a existência de uma vida em comunidade, compartilhada entre os moradores de um mesmo empreendimento. A ausência do sentido comunitário contrasta com os residenciais análogos norte-americanos, tradicionalmente referidos como *gated communities*. Ainda que dividindo o mesmo espaço, é possível afirmar que os moradores dos residenciais de alto padrão não se mobilizam pela aposta de uma vida em conjunto. Pelo contrário, a experiência empírica tende a se desenvolver de modo atomizado.

Algumas atividades específicas costumam contar com uma colaboração mútua dos moradores. Por grupos de *whatsapp* são organizados rodízios de carona para o trajeto dos filhos até a escola. Noutros casos, são realizadas compras coletivas, algo comum também nos residenciais de apartamentos.

O maior convívio observado na experiência de campo se dá entre as crianças dos loteamentos, que costumam se agrupar em atividades recreativas. Esse aspecto é ressaltado como positivo por alguns pais, que definem a experiência dos filhos pelas ruas do loteamento como um resgate da infância provinciana que tiveram, na qual desfrutavam da “liberdade de brincar na rua”. Nesse discurso, os pais reforçam a importância dos mecanismos de vigilância e controle: os muros e câmeras de segurança são identificados como o único caminho para a garantia de liberdades outrora existentes, eliminadas pelo aumento da desigualdade e da criminalidade.

Numa comparação com a moradia anterior, Maria Cristina (50), destaca a diferença na experiência que vem tendo num loteamento residencial murado em relação àquela que vivenciou num bairro da cidade aberta:

*Olha, eu acho que é um pouco de uma característica de como essas pessoas que fazem a gestão encaminham. Eu moro lá fazem quatro anos e já conhecia algumas pessoas que moravam lá por ser de Araraquara. Eu já conhecia algumas pessoas e haviam pessoas que moravam lá há 8 anos, por exemplo, e diziam: “olha eu não conheço ninguém aqui. Entro, saio, trabalho e só”. Agora que já está mais estabilizado, com a Comissão de Eventos, por exemplo, é que eu sinto que as pessoas*

*começaram mais a interagir. Então, por exemplo, Dia Internacional da Mulher, 8 de março, vai ter uma atividade que eles falaram que chamaram um pessoal da Uniara que faz a parte de Estética e vão lá fazer massagem de graça e tudo mais (...). O único problema é que você não tem aquela coisa do bairro. Eu vivia no São Geraldo. Então desde criança eu já conhecia todo o bairro, todo mundo que morava lá (...). Quando você vai para um condomínio, você não sabe quem vai ser seu vizinho. As pessoas simplesmente foram lá, “mudaram de bairro”. Consequentemente não vai ter escola perto, não criam uma história de se conhecerem. Começam a estabelecer a amizade “do zero”, né.*

A cisão em relação a experiência de bairro surge também como efeito da metropolização das cidades. Nas cidades médias, ainda é possível encontrar bairros afastados nos quais algumas tradições cotidianas da experiência de bairro são mantidas. Um exemplo disso é o hábito de moradores colocarem cadeiras em frente ao portão de suas casas e lá permanecerem por algum período ocioso. Essa cena tem sido cada vez mais incomum nas áreas metropolitanas e pode ser lida também como um costume típico de gerações passadas. A desintegração da experiência de bairro é um fator crucial para a interpretação contemporânea das sociabilidades urbanas.

Uma vez rompidos o senso de integração e convívio aproximado, os indivíduos passam a estabelecer também relações outras com o entorno imediato de seus lares. Se o lugar mantém sua importância na constituição da memória afetiva dos indivíduos, configurando-se como eixo primeiro de nossa relação com o espaço, e resguardando seu papel na construção da identidade e do pertencimento de alguns grupos, como destacou Carlos (1996), também é verdadeiro que, para alguns setores da sociedade, o entorno imediato perde cada vez mais sua relevância enquanto campo de relações dos indivíduos, que agora tecem suas trocas em localidades mais distanciadas do que aquelas onde residem. No caso dos moradores de loteamentos residenciais murados de alto padrão, o intramuros é o lugar de uma experiência homogênea de sociabilidade, replicada noutros espaços de convívio também caracterizados pela segregação, como clubes e demais espaços elitizados de lazer.

Outro aspecto a ser destacado na entrevista supracitada é o da existência de eventos organizados para o interior da associação. A moradora cita que, no Dia Internacional da Mulher, profissionais da área de Estética de uma universidade privada de Araraquara foram até o Residencial Damha e disponibilizaram seus serviços para os moradores. A realização de eventos dessa natureza é comum em ambos loteamentos residenciais murados analisados. Em geral, essas atividades são pensadas por um grupo de moradores que se habilita para operacionalizar essas situações. A presença dos

moradores, contudo, é relativa. Parte dos entrevistados relatou nunca ter participado de nenhum evento da associação. Num primeiro plano, o que podemos observar é que esse dado evidencia o caráter aglutinador de alguns empreendimentos fechados de alto padrão, que passam a ofertar, no interior dos muros, atividades tradicionalmente vivenciadas no espaço da cidade aberta.

Até mesmo reuniões religiosas são planejadas no interior dos loteamentos residenciais murados em questão. No Residencial Damha, ocorrem missas católicas com a presença de padre convidado para realizar a missa no centro de convívio do loteamento. No Salto Grande ocorrem reuniões kardecistas, também no centro de convívio. Em relação aos cultos religiosos, soubemos, por uma entrevista, de atritos entre moradores. Pudemos investigar a razão desses atritos na conversa abaixo:

*[Uma moradora me relatou alguns conflitos com relação ao centro de convívio e a organização de cultos religiosos. Isso se deu de que forma? São frequentes os atritos nesse sentido?]*

*Acho que não. Tinha um pessoal que fazia missa em casa. Aí começou a ir muita gente, sabe? Então quem fazia tinha muito problema em casa para organizar. Falaram: tem lá um centro de convívio, será que não se pode fazer lá? Poxa, a gente achou sensato, disse que sim, claro. Depois na assembleia questionaram: “Pode ter coisa religiosa no centro de convívio? Fazer uma coisa de Umbanda pode?”. Eu falei que “olha, gente, eu não sou católica, eu sou espírita. Só que o Brasil é reconhecidamente um país católico, né? Tem muito católico”. Se eu quiser fazer uma coisa espírita lá eu sei que muita gente vai respeitar, mas eu sei também que o espiritismo não é uma coisa aceita... sabe? Acho que é um bom senso. Agora numa missa, com um padre, “tá” indo lá rezar, é uma coisa do bem, quem que vai se opor? Então eu disse que era bom deixar como está. Se algum dia falarem que se pode eles, então pode todo o resto e o negócio desandar então é melhor que não possa ninguém.*

Maria Clara (38).

A referência provocativa a Umbanda reforça o caráter segregado e homogêneo da experiência social que existe dentro daquele espaço. Se numa escola de samba, por exemplo, são habituais as referências as religiões de matriz africana, aos cultos de identidade negra, no ambiente majoritariamente branco dos loteamentos residenciais murados, a realidade é outra. Numa perspectiva bourdiesiana, o conflito relatado pode ser lido a partir das disputas de poder através dos discursos religiosos no interior de uma fração de classe social, que legitimam determinadas práticas ao mesmo tempo em que excluem outras.

### 3.2.5 De quem é a rua?

A Rua Lilia Eliza Eberli Lupo, entorno imediato do Residencial Salto Grande I, é local de realização frequente de práticas esportivas e atividades de lazer. Ambiente agradável, bem arborizado e iluminado, a área recebe diariamente corredores, ciclistas, skatistas, etc. Sobretudo aos finais de semana, durante o dia e à noite, jovens costumavam dirigir-se até o local com seus veículos, estacionando-os por toda a extensão da rua, e aproveitando de momentos de interação e convívio. Os ocupantes da rua são, em sua maioria, pessoas que não residem nos loteamentos Salto Grande.

A ocupação da Rua Lilia Eliza Eberli Lupo constitui um fenômeno paradoxal, já que o que se verifica é que a rua se tornou um espaço praticado, mesmo a partir da construção de empreendimentos que promovem a segregação.

Alguns apontamentos podem ser feitos a partir do paradoxo apresentado: é difícil supor que a referida rua, que não possuía as atuais condições de urbanidade antes da chegada dos empreendimentos residenciais fechados, constituísse local atrativo para as práticas que ali se desenvolvem. Entretanto, não é possível inferir que os incorporadores imobiliários tenham previsto que aquela localidade teria o presente uso público. Pelo contrário, nada foi feito para fomentar tal utilização do espaço.

O caráter de imprevisível dos usos da rua, até sua consolidação como espaço de lazer e práticas esportivas, reforça a agência inescapável dos atores sociais na construção de sociabilidades espontâneas, como já havia descrito Simmel (2005). Tal fenômeno reforça que, a despeito da existência das formas conservadoras de reprodução do espaço, os cidadãos são capazes de atribuírem novos significados e estabelecerem novas práticas para os espaços. Dessa forma, as sociabilidades aparecem como fenômeno sempre vivo e renovado.

A utilização da rua para práticas esportivas, sobretudo diurnas, segue a acontecer. Contudo, ainda no período pré-pandêmico, já foi possível constatar uma diminuição aguda na ocupação noturna da área. À noite, como descrevemos, era frequente que jovens estacionassem carros e motos pelo local, aproveitando o tempo livre, ouvindo música e afins. A queda desse tipo de atividade levantou uma dúvida sobre possíveis atritos entre os moradores dos loteamentos Salto Grande e os usuários do espaço.

Pareceu-nos importante compreender tal dinâmica, logo buscamos investigar que notícias poderíamos colher no noticiário on-line sobre possíveis ocorrências policiais na área. Também obtivemos informações sobre reuniões envolvendo vereadores e residentes

dos “Salto Grande”. Constatamos que, em abril de 2017, o vereador Rafael Bellinatti de Angeli (PSDB), indicou<sup>49</sup> ao prefeito que fossem tomadas medidas necessárias para o aumento da segurança na rua Lilia Eberli Lupo. Em documento, escreveu:

Indico ao Senhor Prefeito Municipal, a necessidade de entrar em entendimento com o órgão responsável, no sentido de que sejam providenciadas todas as medidas cabíveis para o aumento da segurança na Rua Lilia Eliza Eberli Lupo, número 105, bairro Quitandinha, próximo à entrada do Hotel Fazenda Salto Grande, considerando que, principalmente nos finais de tarde, jovens encostam seus carros e consomem drogas e bebidas, deixando o local sujo e causando apreensão aos que por lá transitam. (ARARAQUARA, 2017).

Em maio do mesmo ano, o vereador recebeu resposta<sup>50</sup> do Poder Público Municipal, sinalizando que a medida foi acolhida pelo Comandante da 1ª Companhia de Policiamento do 13º Batalhão de Polícia Militar do Interior.

Em janeiro de 2018, o vereador Edson Hel (PPS) articulou uma reunião entre condôminos do Salto Grande e o Comandante do 13º Batalhão de Polícia Militar do Interior. O desejo dos moradores era relatar e cobrar medidas cabíveis para a proteção da rua, que haveria se tornado local de sexo, tráfico de drogas e som alto, como sugere matéria publicada pelo portal da Câmara Municipal de Araraquara<sup>51</sup>.

Averiguamos duas manchetes de ocorrências na Rua Lilia Eliza Eberli Lupo: a primeira registra uma apreensão de drogas na região do Salto Grande, que data do ano de 2018<sup>52</sup>. A segunda, de janeiro de 2020, trata da morte de uma jovem de 20 anos, após uma colisão entre uma moto, na qual a jovem estava como garupa, e um carro estacionado na rua<sup>53</sup>.

A entrevista com a síndica do Residencial Salto Grande I foi bastante elucidativa sobre a relação entre os residenciais Salto Grande e a ocupação até então feita na área no

<sup>49</sup> Indicação nº 1614/ 2017 - Indica ao Senhor Prefeito Municipal, a necessidade de entrar em entendimento com o órgão responsável, no sentido de que sejam providenciadas todas as medidas cabíveis para o aumento da segurança na Rua Lilia Eliza Eberli Lupo, número 105, bairro Quitandinha, próximo à entrada do Hotel Fazenda Salto Grande. Disponível em: < <http://consulta.camara-arq.sp.gov.br/Documentos/Documento/173909>>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

<sup>50</sup> Ofício nº 0637/ 2017 – resposta a Indicação 1614/ 2017. Disponível em: < <http://consulta.camara-arq.sp.gov.br/Documentos/Documento/173909>>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

<sup>51</sup> “Drogas, sexo e som alto tiram sossego de moradores da região do Salto Grande”. Disponível em: <<http://www.camara-arq.sp.gov.br/noticias/drogas-sexo-e-som-alto-tiram-sossego-de-moradores-da-regiao-do-salto-grande,25-01-2018>>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

<sup>52</sup> “Homem é preso com êxtase próximo ao Salto Grande”. Disponível em: <http://portalmorada.com.br/noticias/policia/66221/homem-e-presos-com-extase-proximo-ao-salto-grande>>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

<sup>53</sup> “Jovem de 20 anos morre em grave acidente em Araraquara”. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/policia/NOT,0,0,1479292,grave+acidente+entre+carro+e+moto+mata+jovem+em+araraquara.aspx>. Acessado em 21 de fevereiro de 2021.

período noturno. Embora parte dos nossos entrevistados não tenha relatado incômodo algum sobre a movimentação da área, alguns moradores se mobilizaram para impedir que a rua seguisse sendo utilizada conforme descrito, sobretudo à noite:

*[Com relação ao movimento da rua externa aqui...]*

*Ai, melhorou bastante.*

*[Vocês já tiveram problemas com relação a isto então?]*

*Assim, na verdade, o nosso condomínio nunca teve problema com a movimentação da rua em si. Já houveram casos com relação aos condomínios mais para baixo, o Salto Grande III, IV, mais próximo do Hotel Fazenda. Mas nós temos um grupo no whatsapp com os síndicos dos condomínios. E lá, a gente conversando, nos reunimos ano passado aqui na frente inclusive com a Juliana Damus (vereadora), com a Polícia Militar, o coronel da Guarda Municipal, um representante do trânsito, enfim... nos reunimos e chamamos essas pessoas porque a reclamação dos vizinhos era de grandes festas, som muito alto, dificultavam o acesso do próprio morador do condomínio, muita sujeira e, no final, o que nos mobilizou mais além do acidente, da morte, foi que achamos alguns pinos coloridinhos aí perdidos. Eu faço caminhada de manhã cedo, é uma delícia esse espaço, então assim... Nessa reunião colocaram uma lombada aqui em frente ao Pub e algumas placas de sinalização. Na época eu quem fui atrás. Nós que não tínhamos muito problema acabamos nos solidarizando e fomos atrás. Por meio da Juliana Damus conseguimos essa reunião e a colocação das placas, que são das 20h até às 07 horas da manhã. O coronel da guarda me questionou sobre o horário e pensamos que até às 07 horas da manhã estaria ok já que é nesse horário que começa a movimentação, chegam os prestadores de serviço que estacionam ali fora.*

*[Essa medida solucionou o problema?]*

*Então, melhorou. Aí na metade do ano nós tivemos uma baita festa ali na rua. Nós não, né, as pessoas. Então os moradores, muito chateados e aí novamente reunimos as pessoas, o próprio condomínio fez mais placas. E a Polícia Militar, acho importante destacar isso, nos deu sempre muito apoio, muito apoio! Nós fizemos a reunião durante a semana e no sábado, de acordo com o capitão da polícia, já haveria uma espécie de “blitz” para este canto para já conter as movimentações. E, assim, já podemos dizer que melhorou muito o problema. Eu vejo até agora quando vou caminhar, em questão de sujeira, está muito melhor do que antes.*

Ana Clara, 39.

O relato de Ana Clara descreve a sucessão de acontecimentos que levou até a proibição da parada de veículos na rua Lilia Eliza Eberli Lupo durante o período noturno. Até o início de 2021, a medida parece encontrar efetividade, reduzindo notoriamente o nível de encontros verificáveis naquele espaço.



**Figura 11 – Placa de trânsito na Rua Lilia Eliza Eberli Lupo.**



Fonte: Acervo do próprio autor.

A existência de duas ocorrências policiais no intervalo de dois anos não configura um número alarmante. Ainda assim, um grupo de moradores dos residenciais Salto Grande compreendeu a necessidade de se organizarem para pleitear, frente ao poder público, ações visando a contenção ou o cessamento das atividades noturnas na rua. A velocidade e a seriedade com que a situação foi tratada sinaliza que a organização dos moradores teve influência sobre as ações do poder público municipal, que agiu de modo a solucionar as insatisfações com relação aos usos da rua.

Em outra região da cidade, nas proximidades dos residenciais Portal das Tipuanas e do Quinta das Tipuanas, a avenida Rosa D'Angelo Merlos vem sendo apropriada de maneira semelhante à da Rua Lilia Eliza Eberli Lupo. A forma de utilização desses espaços, associada a presença comum de empreendimentos residenciais fechados de alto padrão, nos leva a crer que, ao urbanizar trechos da cidade outrora isolados, a presença dos loteamentos origina, paradoxalmente, cenários mais propícios para a ocupação da rua. Outro ponto de destaque refere-se ao esgotamento das habituais atividades de entretenimento para os jovens das cidades médias fora dos espaços privados e mercantilizados como os shoppings centers. Não obstante, Araraquara, enquanto cidade média do interior de São Paulo, ter espaços de lazer e convívio já conhecidos e repetidamente frequentados pelo público. Outras possibilidades de lazer são exploradas pelos cidadãos que desejam evitar a repetição. Assim, torna-se plausível fazer da própria

rua um contexto de lazer, ainda que esta mesma rua não disponha de bares ou demais ambientes tradicionalmente ocupados pela juventude. O que, de certa forma, pode significar a fuga de espaços cuja lógica do lazer está calcada no consumo.

Considerando o exposto, ratifica-se o fato de que estruturas segregadas, a depender do contexto urbano no qual se localizam, refletem em diferentes respostas e impactos sobre a morfologia das cidades e as sociabilidades decorrentes. Daí a importância de estudos diversos e microescalares para a exploração dos efeitos empíricos da fragmentação socioespacial. Essa é a única maneira de abarcar, teoricamente, as respostas imprevistas da vida cotidiana frente as múltiplas investidas do capital no espaço. No caso abordado, pudemos observar que a utilização noturna da Rua Lilia Eliza Eberli Lupo foi sendo tolhida pela implementação de medidas restritivas do poder público municipal, como a instalação das placas que proíbem que veículos estejam estacionados em parte da rua das 20h às 07h e a circulação vigilante da Polícia Militar pelo local. A ação do poder público foi realizada a partir da articulação de um grupo de moradores que pleitearam ações naquela área, alegando que as atividades ali ocorridas representavam um risco para a segurança pública e um desconforto para os residentes. Se as sociabilidades são um fenômeno fluido e imprevisível, considerada a agência e a inventividade dos atores sociais, também é verdadeiro que o livre desenvolvimento das sociabilidades irá esbarrar, ora ou outra, na força política de determinados segmentos sociais, também decisivos na forma das dinâmicas socioespaciais.

### **3.2.6 “Eu vou chamar o síndico: Tim Maia!”**

Dificuldade para gerenciar seu tempo como síndico? Não sabe como se resguardar juridicamente? Quer descobrir como gerenciar mais de um condomínio? Complicar, pra quê? Olá, eu sou Tarso de Quadros – CEO da Sínplifica Escola de Qualificação Condominial S/A – e neste curso vou te mostrar, junto com outros especialistas do mercado condominial, um conteúdo completo que vai muito além da teoria. Reunimos em 40h de curso tudo o que você precisa saber para tornar-se um Síndico Profissional e construir uma carreira empreendedora neste mercado que não para de crescer (SINPLIFICA EAD, 2015?).

Já é possível encontrar na internet anúncios de cursos que prometem uma qualificação profissional para síndicos profissionais. O debate em torno da profissionalização dos síndicos tem crescido em razão da aproximação dessa figura condominial brasileira com a de um gestor, do representante da lei, do burocrata. No micro espaço do condomínio, o síndico exerce uma micropolítica de controle dos comportamentos identificados como excessivos diante de um regulamento interno.

O síndico assume uma autoridade semelhante à da figura do gestor: aquele que entende dos processos e de como fazê-los funcionar. É o responsável por conhecer a lei e aplica-la de forma geral, distanciando-se do julgamento excepcional, do caso a caso. Essa nova representação de autoridade, para o psicanalista Christian Dunker, substitui outro modelo clássico brasileiro de exercício da autoridade, sintetizada na frase: “Você sabe com quem está falando?” (DUNKER, 2015). A diferença do síndico com relação a este outro tipo de exercício de autoridade é facilmente identificada pela falta de impessoalidade do segundo. A retórica do “você sabe com quem está falando?” institui um jogo de desigualdades intransponível entre aqueles que se julgam acima da lei e os que não podem escapar dela:

Quando sancionamos, com nossa própria paixão pela servidão, os termos da pergunta, concedemos que aquele outro é um representante simbólico do Outro. Que ele dispõe pessoalmente da autoridade impessoal da lei. Essa forma de autoridade é principalmente um sintoma egóico, consoante com uma gramática de ideais na qual era muito importante “ser alguém na vida”. Aliada a retórica narcísica que oferecia segurança e prestígio em troca de submissão e obediência, vivíamos uma república de *autoridades constituídas* e de manipulação de exceções: *aos amigos tudo, aos inimigos a lei*<sup>54</sup> (DUNKER, 2015, p. 74 – 5).

A figura do síndico representa uma alteração substantiva no modelo de veiculação da autoridade e se consolida no Brasil em concomitância com a proliferação de seu laboratório originário de exercício: o interior dos muros do condomínio. O modo pelo qual essa figura, que se aproxima do tipo ideal de gestor, se pluraliza no interior da sociedade brasileira, é o que permite a Dunker, no seu *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros* (2015), expandir a metonímia do síndico para a análise de uma forma de tutela tecnicista e reguladora da vida social brasileira que é análoga ao universo condominial, onde os conflitos são objetos de gestão totêmica:

Consideremos que o síndico não é apenas um administrador, alguém que suspende a política para fazer funcionar processos racionalizando seus meios e otimizando seus fins. O síndico é um gestor, e não apenas um administrador. É possível ser um ótimo gestor de hospital sem entender nada de saúde, ser um gestor eficaz de escolas sem se preocupar com a educação ou ser um eficiente gestor público sem nenhum interesse na coisa pública. O que o gestor sabe com clareza é que o Real em jogo no capital é muito mais importante do que o Real em jogo na realidade. (...) o gestor sabe que os métodos, as métricas, os índices, os balanços (ou seja, os semblantes) são a única realidade que importa. Entendemos, assim, por que alguém como Tim Maia, ou como o palhaço Tiririca, seria um ótimo síndico. Com eles estamos livres dos síndicos gestores (DUNKER, 2015, p. 77).

---

<sup>54</sup> Grifos do autor.

O síndico, portanto, é aquele que argumenta pelo estatuto. Que, a partir do regulamento, tem legitimidade para interferir na conduta de A ou B, caso A ou B estejam assumindo comportamentos “avessos à norma”. O policiamento do gozo do outro, portanto, é o que faz com que investir autoridade numa espécie de representante neutro da lei seja oportuno. Assim, o síndico é quem se apresenta como postulante ao cargo daquele que pode ser visto como “intransigente” por alguns, mas que traz consigo a justificativa quase que intransponível para interferir em diversas situações que é a de “garantir o respeito ao regulamento”.

Em lugar da postura expansiva, egóica e narcísica de autoridade do “você sabe com quem está falando?”, o síndico implementa um novo modelo de controle: silencioso, burocrático e racional. No micro espaço do condomínio, é ele quem ocupa o olhar da vigilância para a contenção dos excessos e dos desvios. Dessa forma, é o garantidor da paz e da tranquilidade prometidas pela publicidade dos contemporâneos loteamentos residenciais murados. É o síndico quem operacionaliza, pela severidade da ordem, o ideal de um ambiente restrito, homogêneo, controlado e, sobretudo, afastado dos desprazeres da cidade aberta. Logo, essa figura aproxima-se cada vez mais de um papel de mercado, de atividade profissional. Essa tendência foi observada por Ana Clara, síndica com quem tive oportunidade de realizar uma entrevista:

*(...). Uma profissão que eu acho que promete é a de síndico profissional.*

*[Muito interessante o que você acabou de dizer. Me fale mais sobre isso!]*

*Porque é um trabalho, né? Aqui é pequeno, então eu gosto disso, dessa administração. E eu sou super aberta, os moradores me procuram e eu gosto de conversar, como você percebeu. E nem todos os moradores tem essa disponibilidade, essa paciência, que eu acho importante também, né, de assumir essa função. Então é algo que eu vejo que tende a crescer, até por conta da quantidade de condomínios que a gente tem na cidade.*

Ana Clara, 39.

Ana Clara não exerce a função de síndica como profissão. Contudo, relata que o acúmulo de trabalhos que desempenha nessa função é equivalente a qualquer outra atividade profissional. Sua atuação, descreve, está desde a instalação de câmeras de segurança até problemas ocasionais envolvendo comportamentos e posturas de determinados vizinhos. Além disso, a função exige um conhecimento das regras internas, do estatuto, a condução e convocação das assembleias de moradores e afins. Ana Clara relata que não havia se candidatado para a reeleição como síndica, mas foi votada do mesmo modo pelo conjunto de moradores e aceitou a tarefa. Acredita que este apelo dos

condôminos esteja ligado à sua capacidade pessoal de gerenciar o ambiente e implementar o controle interno.

Os relatos de Ana Clara corroboram para a tese de que a posição do síndico é como um segundo tempo da fantasia condominial, na qual todos tornam-se legisladores de uma micropolítica a partir da compra e do ingresso num condomínio fechado (DUNKER, 2015). Tão logo, o síndico é a realização da possibilidade de intervir diretamente em supostas “contravenções” alheias, instaurando normativamente a promessa antes apenas ideal de que a vida no interior dos muros de um residencial fechado se daria sem quaisquer formas de perturbação habituais da cidade:

Essa expectativa teórica se confirma na forma totalitária assumida pelos regulamentos internos de tais condomínios fechados. Regras extremamente severas e punições draconianas são estabelecidas para pequenos atos infracionais, traço bizarramente idêntico ao que se verifica no interior das prisões. Punição exemplar, punição espetacular. Tudo se passa como se a permissividade, expressa pelo ideal, retornasse na forma de severidade em um regramento insensato. O que antes era uma agradável “opção de vida” torna-se, então, uma “obrigação obscena de felicidade”. A necessidade legítima de regulação da coisa pública, a posição mediadora e negativa da lei como limitação do excesso torna-se, ela mesma, um ideal a ser realizado positivamente em sua totalidade. A fuga do desprazer, expresso pelas aspirações de segurança, torna-se, assim, equivalente do próprio prazer (DUNKER, 2015, p. 81).

A impessoalidade da ação sindical se traduz na realização de um desejo particular de controle acerca da vida do Outro. Assim, os contemporâneos loteamentos residenciais murados estão a ofertar, implicitamente, não apenas uma barreira diante dos infortúnios da vida urbana na cidade aberta. Mas o que residenciais fechados representam também é a possibilidade de legislar sobre um ambiente no qual o proprietário passa a poder reclamar direitos e cumprimento de regras justamente por ser o proprietário. A lógica condominial, nesse sentido, aproxima-se da lógica mercadológica: impessoal, racional, legal. A aquisição da propriedade, nesses termos, vem acompanhada de um campo de atuação micropolítica sobre o desejo.

Pensar na lógica do condomínio a partir da figura do síndico nos ajuda a vislumbrar um horizonte de expectativas que compõe o desejo de residir num loteamento residencial murado. No universo da cidade aberta, legislasse pouco ou quase nada sobre a vida do outro, sendo a única forma de interferência possível sobre tal se dando através das próprias regras da municipalidade, aplicadas, para todos os casos, por uma autoridade distante que é a autoridade policial. Dentro do condomínio, pelo contrário, o representante

direto da aplicabilidade da norma está a poucas casas de distância, e tem acesso a um conjunto de câmeras de monitoramento externo e interno, capazes de fazê-lo justificar interferências pontuais em cenários variados.

A análise aqui desenvolvida a partir de leituras acerca da figura do síndico nos permite ampliar o pensamento sobre o atual significado da opção por residir num loteamento residencial murado. Isso porque, a partir da representação ideal do síndico e do ambiente condominial, temos a chance de elaborar parte dos agenciamentos individuais e coletivos que constroem uma espécie de cartografia afetiva de nossa sociedade. O desejo de existir num espaço fechado, exclusivo, homogêneo e controlado como caminho para a obtenção de tranquilidade e conforto pode indicar que estamos pouco preparados para uma política aberta e democrática de gestão dos conflitos e mais próximos da adoção de uma gestão processual, fria, calculista, impessoal e mercadológica para nossas fraturas e distâncias sociais. Intimamente, assume-se que a lógica do mercado é superior e mais responsiva do que a lógica dos consensos no interior de uma comunidade. A prática democrática é substituída pela ação direta e livre de objeções da norma e do estatuto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A presente pesquisa nasceu por um intento de explorar os efeitos empíricos que um novo modelo de reprodução urbana tem produzido no espaço urbano. Este modelo é o da fragmentação socioespacial. A existência de espaços fechados, vigiados, homogêneos, cercados por câmeras e demais equipamentos de segurança privada tem se naturalizado e se proliferado nas cidades grandes e médias do Brasil. Dentre esses empreendimentos estão espaços de lazer, comércio, trabalho e também residenciais – esses últimos referidos aqui como loteamentos residenciais murados, que popularmente recebem o nome generalizado de condomínios fechados.

Loteamentos residenciais murados, bem como outros tipos de enclaves fortificados supracitados, representam um desafio para as cidades na medida em que: 1) alteram a morfologia urbana, provocando rupturas no espaço e acirrando as desigualdades socioespaciais; 2) engendram novos modos de vida cotidiana, segmentando e circunscrevendo em relações de poder o contato entre grupos sociais distintos. Sobre o segundo tópico, podemos apreender que empreendimentos residenciais fechados não são apenas um produto de sucesso do mercado imobiliário, como também são forte desejo de consumo para determinados setores da sociedade brasileira. Misturam-se fatores concretos e simbólicos que tornam os loteamentos residenciais murados um produto cada vez mais explorado pelos capitais (na forma dos incorporadores imobiliários, construtoras e afins)<sup>55</sup> e rapidamente aderidos pelo público consumidor.

Diante da constatação exposta, objetivamos produzir uma pesquisa cruzasse as considerações teóricas acerca da (re)produção capitalista do espaço, orientada para produção da fragmentação, com seus reflexos empíricos mais imediatos, ou seja, com o desenvolvimento de um novo pensamento sobre as cidades, acompanhado de uma nova maneira de vivê-la e apreendê-la. Do ponto de vista da intervenção dos capitais sobre o urbano, o que se vê é um contraste entre o acesso e a utilização dos espaços enquanto um direito – o direito à cidade. Isso significa que, sobre os mais ricos, recaem privilégios e maiores possibilidades de intervenção e alocação no espaço. Aos mais pobres, agudizam-se as dificuldades relativas à presença de fixos e fluxos e ao preço elevado da terra. Adentrando esta “cidade de poucos”, a vida que se desenrola cotidianamente por entre estruturas de segregação e confinamento revela alterações qualitativas em relação ao

---

<sup>55</sup> Maricato (2018), demonstra como a burguesia brasileira parece ter migrado da atividade industrial, que teve queda a partir da década de 1980, para o rentismo imobiliário, além do financeiro.

cotidiano do passado. Adotando dois loteamentos residenciais murados de alto padrão no município de Araraquara como objeto, empreendemos uma pesquisa de campo afim de captar o teor das sociabilidades que atualmente tem se produzido a partir dos muros, ou, por “entre muros”.

Consideramos que o conceito de sociabilidade, desenvolvido sobretudo a partir da obra de Georg Simmel, tem sua aplicabilidade reforçada e atualizada no estudo das relações espaciais aproximadas. Tal fator deve-se ao fato de que Simmel, ao explorar os gestos, os sinais, os afetos, as comunicações diretas e indiretas, interessadas e desinteressadas, conscientes ou não, que os indivíduos executam e a partir do qual constroem a própria sociedade na qual estão inseridos, revelou que as análises das microescalas explicitam facetas do social tanto ou mais do que os estudos macroescalares, a depender do que está em questão. Desse modo, o interesse pelo tema das sociabilidades foi o de desvelar, num aspecto mais amplo, os sentidos de uma nova realidade urbana que está sendo produzida: esta legítima e prioriza uma cidade de mosaicos, vigiada e cindida. Tais sentidos só se permitem serem desvelados mais profundamente pela adoção do cotidiano enquanto eixo principal de análise.

Nossa pesquisa de campo esteve primordialmente centrada na análise das entrevistas realizadas com moradores dos dois loteamentos residenciais murados de alto padrão selecionados. Em nossas conversações, perpassamos tópicos relativos à vida cotidiana, nas relações entre o habitar “entre muros” e o viver na cidade; questões sobre à segurança, o distanciamento socioespacial, os processos de autosegregação, o convívio interno dos loteamentos, bem como a discussão de questões não premeditadas que foram suscitadas pelas próprias entrevistas, como foi o caso do debate acerca da profissionalização dos síndicos.

Concordamos com as considerações de Sposito e Góes (2013) que, assim como nós, constataram que, no caso das cidades médias, a opção por residir em loteamentos residenciais murados costuma vir acompanhada de argumentos relacionados mais a contextos metropolitanos do que a própria realidade empírica das cidades médias:

Revelando a codeterminação entre a cidade e as práticas espaciais, o papel dos segmentos médios no processo de autosegregação envolve opções, ao mesmo tempo em que decorre de oportunidades mais amplas de residir em espaços residenciais fechados, com equipamentos e serviços de segurança, de estudar em escolas particulares, de comprar e se divertir em shopping centers etc., diretamente relacionadas aos seus custos mais baixos nas cidades médias. Tais práticas parecem contribuir diretamente para a fragmentação socioespacial nessas cidades, mas costumam ser justificadas com base em argumentos que dizem mais



respeito às realidades metropolitanas, caracterizadas por indicadores de criminalidade mais elevados, pela maior presença de desigualdades e de áreas de inclusão precária (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 290).

O principal motivo para a escolha de residir num loteamento residencial murado, como já era esperado, foi o da busca por segurança. Averiguamos que o desejo de mais segurança nem sempre tem um caráter autorreferencial, mas costuma-se estender na forma de uma preocupação com os filhos e/ou idosos. A questão da segurança suscita um debate importante sobre o tema das sociabilidades: a consideração de que a vida segura e tranquila na cidade só pode existir mediante o isolamento, a autosegregação e a presença massiva de câmeras e demais equipamentos de vigilância e controle social converte a paisagem urbana num cenário cada vez mais panóptico. Ademais, perdemos de vista o momento em que tais estruturas de segregação e confinamento passaram a ocupar de modo tão expressivo o cotidiano das cidades brasileiras. Pensar a (in)segurança urbana a partir da experiência dos contemporâneos loteamentos residenciais murados nos leva a confrontar um novo pensamento sobre a cidade, nutrido de uma perspectiva utilitarista e particularista diante das mazelas e das desigualdades sociais: o debate e o confronto das desigualdades socioespaciais, à nível de sociedade, é abandonado diante da possibilidade da compra de um pedaço no interior de um microcosmos que traga a promessa de ser um lugar seguro e tranquilo para se viver.

Contraditoriamente, pudemos observar que a aquisição de um espaço seguro, exclusivo e distanciado do entorno da cidade aberta não resultou, no caso de parte dos entrevistados, na obtenção de uma sensação de segurança plena. A narrativa do medo parece ultrapassar até mesmo a barreira dos muros. Alguns moradores reforçaram a preocupação com os sistemas de segurança do loteamento residencial murado em que residem e adotavam uma narrativa sobre o medo que indicava que os perigos e riscos poderiam “estar em qualquer lugar e vir de qualquer lugar”. Aqui, ratifica-se a tese de que o medo está dissociado de constatações objetivas: numa cidade média como Araraquara, alguns setores dessa sociedade desejam a segurança como se estivessem em áreas metropolitanas como a do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Nesse aspecto, Bauman (2007) atesta que uma vez investido sobre o mundo social, o medo adquire uma lógica de desenvolvimento própria, manifestada numa nova orientação da vida ordinária, repleta de práticas e dispositivos de segurança, controle e autoproteção. Esse conjunto de práticas reforça o caráter ambivalente da experiência urbana: quanto mais dispositivos de segurança estão presentes, maior é também a sensação de insegurança.

O tema da segurança nos levou também a investigar outras facetas determinantes que são parte do fenômeno dos loteamentos residenciais murados: a da autoss segregação e do distanciamento socioespacial. Empreendimentos urbanos dessa natureza apostam na oferta do isolamento como mercadoria atrativa para setores da população que não querem se desprender por completo da vida nas cidades, mas veem-se na possibilidade de aquisição de um microcosmos exclusivo, controlado, vigiado e seguro. Como mercadoria, os dispositivos de isolamento encarecem o preço da terra no interior desses espaços. O efeito colateral dessa forma de reprodução urbana é a da criação de novas descontinuidades territoriais, verdadeiras fraturas urbanas, que estão a segmentar, fragmentar o tecido das cidades.

Os efeitos empíricos da fragmentação socioespacial são sentidos de maneiras distintas para os diferentes grupos sociais: em nossa pesquisa de campo, pudemos constatar que habitar um espaço isolado não representa uma grande dificuldade para os moradores de loteamentos residenciais murados. A falta de comércios como supermercados e padarias nas proximidades dessas localidades são superadas pela presença do veículo próprio. A locomoção desses moradores é feita sempre que possível a partir de um automóvel particular. São formas de viver à cidade radicalmente opostas à dos chamados homens lentos: sujeitos que, não por vontade própria, orientam uma outra relação de corporeidade com o espaço, tomando as ruas e avenidas da cidade no fluir de suas próprias fisicalidades. Santos (1996), em sua célebre descrição do que chamou homens lentos, atesta que essa forma de relação entre os sujeitos desvinculados dos aprimoramentos da técnica, da engenharia maquinal dos carros e das motocicletas, os condiciona a construir uma relação outra com o espaço, sendo estes o corpo e sangue das cidades.

Inversamente, os moradores dos loteamentos residenciais murados tomam a cidade enquanto passagem, pela velocidade da máquina, pelo ritmo acelerado que molda também os cenários metropolitanos. Essa dinâmica de passagem, do tempo comprimido, opera uma antítese entre o “estar”, o “viver”, a “presença” e o próprio distanciamento, que aqui ganha o sentido também de um descolamento em relação as vivências do espaço. Tomar a cidade pelo pulso da velocidade, da passagem, também significa abandonar a própria cidade, ou ainda, tê-la apenas a partir de espaços restritos, exclusivos e fechados.

A tendência a distanciar-se dos espaços públicos foi apontada pelos moradores entrevistados. Por um lado, as vivências intramuros, na utilização dos equipamentos internos de uso comum, os afastavam de determinadas atividades costumeiramente

vividas no espaço da cidade aberta. Por outro lado, a distância de algumas áreas fazia com que resguardassem os deslocamentos apenas para os compromissos mais urgentes, que não costumam envolver uma relação mais demorada com o ambiente público. O que se tem é a montagem de um cotidiano efetivamente “entre muros”, algo que está para além dos muros do loteamento residencial murado, mas inclui também ambientes outros como o do trabalho, da escola, dos clubes, das academias, etc.

O modelo de reprodução urbana que se verifica a partir da proliferação dos loteamentos residenciais murados, que é o da fragmentação socioespacial, é o de uma cidade fechada, antítese de uma forma aberta das cidades. A cidade aberta é aquela desempenhada, por exemplo, pelos homens lentos. No decorrer dessa pesquisa, procuramos defender a ideia de que a permanência nos espaços também é uma forma de construção de subjetividades e corpos. De modo que, diante da existência de um cotidiano de impermanências nos espaços da cidade, separam-se trajetórias, corpos, subjetividades; por fim, atrofiam-se as potencialidades do coletivo a partir da eliminação dos eixos de sua própria constituição.

Frente a construção de um cotidiano vivido em “separado”, entende-se o papel dos síndicos gestores na solução de conflitos, algo que verificamos explorando as relações do intramuros. O papel dos síndicos, cada vez mais próximos da figura de pequenos gestores, é o da aplicação da burocracia também nos microcosmos da vida social. Essa tendência reflete também a amplitude da cisão que se constitui em nossa sociedade, cisão da qual os muros dos loteamentos residenciais murados são apenas mais um sintoma, algo também investigado por Dunker (2015). Em lugar da solução dialogada, coletiva, democrática, faz-se a aplicação fria e distanciada do estatuto.

Ao findar o trabalho, asseveramos que a proliferação massiva dos loteamentos residenciais murados nas cidades médias é um indicativo expressivo das divisões de nossa sociedade, que apontam também para a fragilidade de nossa realidade democrática, das fraturas socioterritoriais e da precária qualidade de vida em nossas cidades.

## ANEXO

### **Roteiro das entrevistas:**

a) perfil dos Entrevistados; b) informações sobre os motivos para a escolha de morar no loteamento; c) vida cotidiana e relação com a cidade; d) relações com a vizinhança e com moradores externos ao condomínio; e) informações sobre os funcionários do condomínio; f) avaliação geral do morador.

#### **a) perfil dos entrevistados:**

Qual sua idade?

Qual sua profissão?

Qual a renda familiar aproximada?

Quantas pessoas moram na casa?

#### **b) informações sobre os motivos para a escolha de morar no loteamento:**

Quanto tempo reside no condomínio e qual era a moradia anterior?

A que atribui a escolha de morar neste loteamento?

Quais as medidas adotadas pelo loteamento com relação a segurança?

No seu imóvel, em particular, também são adotadas medidas de segurança?

#### **c) vida cotidiana e relações com a cidade:**

Qual a rotina dos membros da família? O deslocamento é feito através de que meio de transporte?

Quantas vezes vai ao centro da cidade por semana?

Com que frequência vocês utilizam os espaços públicos da cidade (parques, feiras livres, praças, etc.)?

O que te atrai no espaço público *ou* o que não atrai?

#### **d) relações com a vizinhança e com moradores externos ao condomínio:**

Você conhece seus vizinhos? Como qualifica sua relação com estes?

Imagina que exista um traço de identidade comum entre você e seus vizinhos?

#### **e) informações sobre os funcionários do condomínio:**

Há empregados em sua residência?

Qual a rotina dos empregados na casa? Sabe em que bairro eles residem?

O condomínio interfere de alguma maneira na relação entre os funcionários e os condôminos? Se sim, como?

#### **f) avaliação geral do morador:**

Está satisfeito (a) com sua moradia atual? Quais são os pontos positivos e os pontos negativos?

Deseja acrescentar alguma informação que julga relevante e não foi abordada nesta entrevista?

**REFERÊNCIAS:**

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, 21(3), 483-498, 2015. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132015000300483](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000300483)>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *Cidades médias brasileiras*. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (orgs). Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. São Paulo: Autentica, 2015.

BEZERRA, Josué Alencar. A cidade-região sob as coexistências do território. *Boletim Goiano de Geografia*. 2007, 37(2): 158-174. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=337152480002>>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

BHABHA, Homi k. *O local da cultura*. Trad.: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIZZIO, Michele Rodrigues. *Condomínios Residenciais fechados: a urbanização do Grupo Encalso Damha em São Carlos-SP*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2015.

BONDUKI, Nabil Georges. *Os pioneiros da habitação social: vol. 1*. São Paulo: Editora UNESP; Edições Sesc SP, 2014.

BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

BRENNER, Neil; SCHIMID, Christian. *La “era urbana” em debate*. *Eure*, nº 127, v. 42, 307 – 339, 2016. Disponível em: <[https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0250-71612016000300013&lng=pt&nrm=iso](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0250-71612016000300013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

BUARQUE, Chico. *Estorvo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. e SILVEIRA, M. A. (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur., 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Condição Espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*. CEBRAP n° 45, 152 - 166, julho 1996. Disponível em: <[http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%20BA%2045,%20julho%201996.%20\(pp.152-166\)\\_0.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%20BA%2045,%20julho%201996.%20(pp.152-166)_0.pdf)>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

CAVALCANTI, Murilo Petito. *Sociabilidades urbanas e distanciamento socioespacial: um estudo de caso do Residencial Damha em Araraquara/SP*. Monografia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2019.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *Invenção do cotidiano*. Vol 2: morar, cozinhar. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Trad.: Roberto Orlando Luiz e Roberto Machado. São Paulo: Paz & Terra, 2018.

DUNKER, Cristian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

EHRENBERG, Alain. *O Culto da Performance*. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Sobre anjos e irmãos: cinquenta anos de expressão do “crime” numa tradição musical das periferias. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 56, p. 43-72, jun. 2013.

FERREIRA, Alvaro. Metropolização do espaço, tensões e resistências: entre espaços de controle e controle do espaço. *Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias sociales*. N. 493(55), 1 – 17, 2014. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-493/493-55.pdf>>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

FIX, Mariana. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FRÚGOLI JR, Heitor. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

FRÚGOLI JR, Heitor. Decifrando a cidade: sociabilidade e espaços públicos em São Paulo e Lisboa. [Entrevista concedida a] Graça Índias Cordeiro, João Pedro Silva Nunes, Lígia Ferro e Patrícia Pereira. *Etnográfica*, v. 17 (1), 185 - 204, 2013. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/2624>>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

GAMBARO, Daniel. Bourdieu, Baudrillard e Bauman: o consumo como estratégia de distinção. *Revista Novos Olhares*, v. 1, n. 1, 19 - 26, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51444>>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad.: Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. Tradução: Alyne Azuma. São Paulo: Boitempo, 2016.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. La Geografía de la acumulación capitalista: una reconstrucción de la teoría marxista. In: GARCIA, M.D. (ed.). *La Geografía Regional Anglosajona*. Bellaterra: Universidad Antonina de Barcelona, 1978.

HARVEY, David. *Limits to Capital 2*. Nova Iorque: Verso, 1999.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama do município de Araraquara. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araraquara/panorama>>. Acessado em 10 de março de 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>. Acessado em 10 de março de 2021.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida nas Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. Cartografias urbanas. *IV ENECULT – Encontro de estudos Multidisciplinares em cultura*. Faculdade de Comunicação/ UFBA, Salvador, 2008.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, fev. 2006. Disponível em: < [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02\\_arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf)>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

LEITE, Rogério Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 72, p. 73-88, 2010. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10713660006>>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. *GEOgraphia*, ano 1, n. 1, 71 - 91, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13364/8564>>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 35, p. 191 – 203, 1992.



MAIA, R. C. M. Sociabilidade: apenas um conceito? *GERAES – Revista de Comunicação Social*, n. 53, 4 - 15, 2001. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Rousiley\\_Maia/publication/317051024\\_Sociabilidade\\_apenas\\_um\\_conceito/links/5923241caca27295a8a7e774/Sociabilidade- apenas-um-conceito.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Rousiley_Maia/publication/317051024_Sociabilidade_apenas_um_conceito/links/5923241caca27295a8a7e774/Sociabilidade- apenas-um-conceito.pdf)>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Ermínia Maricato ...[ et al.]. São Paulo: Boitempo Editorial; Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Editora Vozes: Petrópolis, 2001.

MARICATO, Ermínia. O Brasil na era das cidades-condomínio. *Outras Palavras*, 2018. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/o-brasil-na-era-das-cidades-condominio/>>. Acessado em 10 de março de 2021.

MARX, Karl. *O Capital*: Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MELAZZO, Everaldo Santos. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, número especial (2), 29 – 40, set. 2013. Disponível em: < <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1118>>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO; Lucia Mury. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. *Revista de Estudos Culturais*, n. 1, v. 1, 5 – 25, 2014. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98372>>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

RAPOSO, Rita. Condomínios fechados, tempo, espaço e sociedade: uma perspectiva histórica. *Cadernos Metrópole*, v. 14, n. 27, p. 171 – 196, 2012.

RIBEIRO, L. C. de Q. *Dos cortiços aos condomínios fechados*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Propriedade fundiária urbana e controle socioespacial urbano. *XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona*, 1 - 17, 5-10 de mayo de 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Arlete%20Moyses%20Rodrigues.pdf>>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1ª edição. Boitempo Editorial: São Paulo, 2015.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. Urbanização brasileira: um olhar sobre o papel das cidades médias na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 12, n. 2, nov. 2010.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEABRA, Odette. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Cidades*. v. 1, n. 2, p. 181- 206, 2004.

SENNETT, Richard. *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Trad.: Clóvis Marques. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, pp. 557-591, 2005.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradutor Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. Org: Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito. São Paulo: Contexto, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, M. E. B; GÓES, E. M. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. A insegurança e as novas práticas espaciais em cidades brasileiras. *XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona*, 1 – 17, 5-10 de mayo de 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Eda%20Maria%20Goes.pdf>>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *Anais do XIV Encontro Nacional da Anpur*, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/193>>. Acesso: 29 de setembro de 2020.